

NOVOS RUMOS

ANO II Rio de Janeiro, semana de 2 a 8 de dezembro de 1960 Nº 92
Diretor Executivo — Orlando Bomfim Jr. Diretor — Mário Alves Redator-Chefe — Fragmon Borges

Dois cadernos

14 páginas

10

CRUZEIROS

Músicos Vivem Tocando a Canção do Desemprego

Texto na 6.ª página do 1.º caderno

Os Problemas da Paz e da Guerra e os Caminhos Para o Socialismo

Artigo de J. CAMARA FERREIRA na 2.ª pág. do 2.º cad.

Revista lanque Confirma: Trustes Sabotam Pesquisa de Petróleo no Brasil



Solidariedade a Cuba: Parlamentares de Todos os Estados Assinam Manifesto

Texto na 4.ª pág. do 2.º caderno

A DENÚNCIA feita da tribuna da Câmara pelo deputado Gabriel Passos (publicamos na íntegra seu discurso, na 8.ª página do primeiro caderno) a propósito da conspiração em marcha contra a Petrobrás, alcançou imediata e viva repercussão na opinião pública. Os órgãos do entreguismo tentaram inutilmente, de início, ridicularizar o parlamentar mineiro, passando depois a querer utilizar-se da própria denúncia para combater a empresa estatal. Mas os fatos estão mostrando de que lado está a verdade e uma revista norte-americana, «Time», acaba por confessar que a sabotagem das pesquisas de petróleo, pela Standard Oil, não se dá apenas no Brasil, mas também em outros países. (Reportagem na 3.ª página).

20 Mil Têxteis Lutam Por 40% de Aumento

CARCA de 20 mil trabalhadores na indústria de fiação e tecelagem do Estado da Guanabara estão empenhados numa difícil campanha pela conquista de aumento salarial, e talvez se vejam obrigados a recorrer ao recurso extremo da greve, para alcançar o seu objetivo, que é um aumento de 40%, a partir de 16 de novembro passado. O Sindicato patronal afirmou que orientará as empresas no sentido de um aumento de 30%. Leia reportagem na 2.ª página deste caderno.



O Que Está em Jôgo

ORLANDO BOMFIM JR.

O RELATÓRIO do Mr. Link com conclusões sobre os trabalhos do Departamento de Pesquisas da Petrobrás, por ele dirigido durante seis anos, ainda está sendo mantido em segredo. Mas não há dúvida de que as denúncias feitas a respeito da sabotagem que esse documento revela podem ser tidas como inteiramente confirmadas.

UMA pergunta ocorre de imediato: Por que não se divulga o relatório? Seria a prova dos nove. Se é mentira o que se afirma, a mentira seria desfeita. Mas não se age dessa maneira. Insiste-se em ocultar a peça que tudo tornaria claro. Como um criminoso esconde a arma do crime.

OUVIDO a propósito pela imprensa, o cel. Sardenberg procurou desconversar, de maneira aliás significativa. Não negou a existência do relatório nem as «teses» do ex-geólogo (será mesmo ex?) da Standard Oil. Esforçou-se por jogar água na fervura afirmando que o contrato do homem termina este ano e que ele já vai voltar para os Estados Unidos. Mr. Link, por sua vez, reagiu como se lhe tivesse pisado no calo de estimação. Embora jactando-se de que, como autêntico «super-man», houvesse se colocado muito acima das críticas que lhe eram feitas por «certa imprensa», não tendo, durante seis anos, julgado necessário defender-se sequer uma vez, correu agora para as colunas de «O Globo» («the right man in the right place») para fazer profissão de lealdade à Petrobrás! Mas, mesmo assim, não quis adiantar nem uma palavra sobre o relatório e as conclusões que defendeu.

A DENÚNCIA continua, pois, de pé. E se confirma ainda pela posição assumida por notórios entreguistas, que não a contestam de frente mas procuram utilizá-la contra a Petrobrás. Não discutem a sabotagem, o que aconteceu e vem acontecendo na empresa. Alegam que, tudo isso tendo acontecido, está lavrada a sentença de morte do monopólio estatal do petróleo... Não querem, como se vê, julgar e condenar o criminoso, mas liquidar a vítima.

A VERDADE é que, tornada conhecida a obra nefasta realizada, até agora impunemente, por Mr. Link, desvendou-se toda uma situação de desastrosos que exige exame de fundo e energias medidas corretivas. Ali estão também as denúncias contidas no relatório do cel. Geysel, que reforçam a convicção de tratar-se não apenas de um fato isolado, mas de toda uma trama de muitos fios urdida contra a Petrobrás.

OS PATRIOTAS não rezeiam enfrentar a realidade com os olhos abertos. Quando dizem que a Petrobrás é intocável, está longe de suas cabeças a idéia de que possam acabar-se sob essa intocabilidade aqueles que, objetivamente, atuam contra a empresa estatal, mesmo dentro da organização. E não cabe — sob esse aspecto apenas, é claro — distinguir-se entre sabotadores e desidiosos ou incompetentes. O problema fundamental é a defesa de um patrimônio que pertence a todo o povo e que representa um dos esteios para a conquista de nossa emancipação econômica.

POUCO importa que os agentes das trustes queiram aproveitar-se de erros e mazelas para atingir seus objetivos antinacionais. Estão cumprindo seu nojento papel. E o meio de impedir que eles alcancem qualquer êxito é exatamente o de combater os erros e mazelas. O que está em jôgo não é a política do monopólio estatal do petróleo. Esta já foi por nosso povo fixada em termos irreversíveis. É, realmente, intocável. Trata-se de colocar em debate a execução dessa política, que os fatos revelam estar sendo torpedeada por diversas formas. Trata-se de exigir que essa política seja fielmente posta em prática a fim de que alcance todos os resultados possíveis.

PASSADO o momento do libelo denunciador, pronunciado com veemência patriótica pelo sr. Gabriel Passos, os deputados nacionalistas já iniciaram, na Câmara Federal, através da constituição de uma Comissão de Inquirição, o processo de apuração dos fatos concretos. A opinião pública não apenas acompanha e aplaude sua iniciativa. Sabera também mobilizar-se para ampará-la e levá-la até o objetivo visado, que é o de fazer com que a Petrobrás cumpra sua missão.

Light Tem Máquina de Esconder Lucros

UMA DECISÃO adotada pelo juiz Amílcar Laurindo Ribas, da 1.ª Vara da Fazenda, poderá ser o ponto de partida para a revelação de grande parte das fraudes que vêm sendo praticadas pela Rio-Light, no sentido de sonegar lucros e apresentar fictícios prejuízos. Reconheceu aquele magistrado que a Rio-Light e a «Carris Jardim Botânico» não constituem empresas autônomas, mas são partes de um holding juntamente com a COBAST e a BRASCAN, empresas para as quais desviam seus lucros. (Reportagem na 2.ª página do 2.º caderno).

Pará Tem Cidade Que Nasceu da Reforma Agrária

A MARGEM da Belém-Brasília o governo do Pará constrói a Vila Mãe do Rio, núcleo de habitação de centenas de famílias de camponeses da região. A nova cidade surge como fruto da política da secretaria de Obras daquele Estado, no sentido de entregar aos camponeses os títulos de propriedade das terras por eles exploradas, ao mesmo tempo que de dotá-los de toda assistência. Se a moda pegar, será um grande passo para resolver um dos maiores problemas do Brasil. (Reportagem gráfica de JOSÉ DANTAS, na 6.ª página do 2.º caderno).

JK ABRE AS PORTAS AO TRUSTE QUE QUER LIQUIDAR A VALE DO RIO DOCE

Reportagem de RUI FACÓ na 1.ª pág. do 2.º caderno

20 Mil Têxteis Lutam Por Aumento de Salários

Cerca de 20 mil trabalhadores na indústria de fiação e tecelagem do Estado da Guanabara, continuam travando uma difícil batalha contra os empregadores, que se negam a manter as mesmas diferenças salariais tradicionalmente existentes na corporação.

Alá, no Estado da Guanabara, dois setores distintos da indústria têxtil: o que trabalha em tecidos de lã (casimira, tropical, etc.), que emprega cerca de três mil operários nas sete fábricas existentes; e o que opera em tecidos de algodão, seda, juta, malharia, e cordoalha. Esse setor emprega aproximadamente 20 mil trabalhadores, que se dividem pelas 98 empresas do ramo.



Hércules Comanda

de 40 por cento aos seus empregados, desde setembro do corrente;

2) do mesmo modo que a Nova América, também a São Luís Durão reajustou os salários dos seus empregados na base de 41 por cento;

3) os trabalhadores na indústria têxtil recebiam um salário mínimo de Cr\$ 6.840,00 e receberam, na prática, um aumento de 40,6 por cento, uma vez que o salário mínimo passou para Cr\$ 9.600,00.

Os empregadores, segundo declarou o deputado e líder têxtil, poderiam argumentar que o pessoal do algodão, etc., quer conquistar uma situação privilegiada, com um aumento de 40 por cento, quando os seus companheiros do setor de lã aceitaram, sem maiores discussões, um aumento de 30 por cento. Na verdade, segundo esclareceu o deputado operário, o pessoal de lã é melhor remunerado, e a contraproposta patronal trazia, para eles, um aumento maior que para o pessoal dos demais setores.

Os Lucros

Embora as entidades patronais afirmem que a indústria de fiação e tecelagem vem atravessando uma situação difícil, a verdade é que o lucro médio nesse setor industrial, durante o ano de 1959, esteve em torno dos 30 por cento. Os lucros confessados da Fábrica de Tecidos Bangu atingiram, em 1959, a importância de Cr\$ 63.235.638,00; os da tecelagem do Moinho Inglês, atingiram, no mesmo ano, a soma de 62 milhões de cruzeiros; enquanto que na Corcovado os lucros confessados chegavam a 28 milhões de cruzeiros.

No mesmo período que os indus-

triais dividiam entre si o resultado do trabalho das tecelagens, os operários na Fábrica Bangu recebiam um salário médio de 200,50 cruzeiros diários; os da Corcovado, um salário médio diário de 203,78 cruzeiros; enquanto que os salários do Moinho Inglês não ultrapassavam a média diária de 174,10 cruzeiros.

Experiências de Luta

A luta pela garantia de melhores salários na indústria de tecidos vem preocupando seriamente os líderes operários. Durante longos anos eles estudaram a estrutura interna de cada fábrica procurando encontrar os meios que pudessem assegurar a vitória dos trabalhadores, de maneira, mais rápida, no caso de uma greve. Isso porque, em geral, a indústria de tecidos vinha resistindo, sem maiores sacrifícios a mais de 30 dias de greve, o que tornava a greve por demais penosa para os trabalhadores.

Em março do ano passado, entretanto, os têxteis cariocas puseram em prática o resultado de suas experiências. A Fábrica de Tecidos Nova América, com os seus 3.200 operários, foi a cabeça do movimento operário vitorioso. Com efeito, ante a intransigência patronal, negando-lhes a concessão de um aumento, os trabalhadores declararam-se em greve. Mas não foi greve geral. Dos 3.200 operários só 781 tecelões paralisaram o trabalho. Todos os demais, empregados nas outras se-

ções, continuaram trabalhando. Com três dias de greve, estando os teares paralisados, já não havia mais onde depositar a produção dos demais setores, todas as vasilhas estavam cheias e os operários, que não estavam em greve, tiveram de parar de produzir, por ordens dos próprios patrões. Os industriais tinham de pagar os salários de 2.419 que não estavam em greve, mas que também não produziam nada, porque o setor chave continuava com os seus 781 tecelões de braços cruzados. Os operários que continuavam comparando normalmente a fábrica para trabalhar prestavam toda a solidariedade aos grevistas, a quem dedicavam inclusive, uma cota dos seus salários. Desse modo, foi possível tornar vitorioso, em 17 dias, um movimento que em geral se arrasta por mais de um mês.

As JJR e o Movimento Sindical

ROBERTO MORENA

Aplicando o que dispõe a Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960 e o Regulamento Geral da Previdência Social, n.º 48.959-A, de 19 de setembro de 1960, realizaram-se, em todo o país, as eleições para os membros das Juntas de Julgamento e Revisão das instituições de previdência social. Estes foram escolhidos pelos delegados-eletores das organizações sindicais de primeiro grau: os sindicatos. Por esse motivo, esses órgãos do PS, são os que têm uma direção democrática.

A atividade dos representantes dos trabalhadores, isto é, dos segurados empregados, na JJR, têm uma grande importância e enorme responsabilidade. Trata-se de demonstrar, praticamente, que os órgãos administrativos da Previdência Social, sob a direção dos próprios segurados, há de melhorar e corrigir os erros e desmandos anteriores. Compete aos JJR julgar "originalmente" os débitos de contribuições das empresas vinculadas à instituição e aplicar a estas, multas por infração das disposições legais e regulamentares; rever ex-officio, sem efeito suspensivo, as decisões relativas a benefícios, proferidas pelos chefes dos respectivos setores das Delegacias ou pelos agentes; e «julgar as demais questões de interesse dos beneficiários e das empresas».

Os dirigentes sindicais trabalhadores, eleitos para membros das JJR, para desempenharem corretamente a sua missão, têm que se ligar aos trabalhadores, aos segurados, não ficando confinados, apenas, às atividades burocráticas. Como membros das JJR, formam um conjunto com o Delegado Regional dos IAPs, que será o presidente das JJR, que trarão todas as questões relativas à Previdência Social na região onde estão sediadas.

Para melhor desempenho de suas funções, os representantes dos trabalhadores devem prestar regularmente

todas as informações aos sindicatos, comparando as suas assembleias e reuniões, para ouvir e discutir com os trabalhadores. Outra atividade que muito auxiliará sua missão, é frequentar os conjuntos residenciais das instituições de Previdência Social, em geral, desorganizadas e abandonadas. E, por último, ter sempre as portas abertas aos segurados, aos dirigentes sindicais, porque assim os sindicatos poderão estabelecer um bom serviço de Previdência Social em favor de seus associados e suas famílias.

Uma das reivindicações mais sentidas pelos trabalhadores, que constou sempre de seus programas de luta é a de entregar a direção das instituições de Previdência Social às mãos dos próprios segurados. Infelizmente, não só pelas disposições da Lei n.º 3.807, de 26-8-60, bem como o Regulamento Geral da PS, n.º 48.959-A, de 19-9-60, mas também pelo assalto que as direções das CNTI, CNTC, CNTT e a fantasma CNTMFA, procederam nos postos do DNPS, CSPS e, também, pela promoção dos Conselhos de Administração (CA), ainda os IAPs não estarão inteiramente, dirigidos pelos representantes diretos dos segurados.

A atividade das JJR cobra uma importância enorme, porque há de provar na prática a justiça das reivindicações dos trabalhadores. Os representantes das organizações sindicais dos empregados devem compreender sua tarefa. Só podem desempenhá-la, estando diariamente, com os trabalhadores, com os sindicatos, com os segurados. Qualquer dúvida, qualquer dificuldade que tiverem devem apoiar-se na vontade e na opinião coletiva dos trabalhadores.

E' isto que os trabalhadores esperam de seus representantes nas Juntas de Julgamento e Revisão da Previdência Social.

Nota Sindical

Em Pé-de-Guerra o Conselho da CNTI

Além de negar-se a convocar o Conselho Regional Consultivo da CNTI para discutir assuntos de interesse dos trabalhadores cariocas e do movimento sindical brasileiro, o sr. Ary Campista, presidente da entidade, voltou-se contra os seus dois secretários, os líderes Benedito Cerqueira e Giovanni Romita, porque estes, sobrepondo-se às suas manobras protelatórias, resolveram convidar os membros do Conselho Consultivo para uma reunião informal, onde debateram vários assuntos, entre os quais, o relacionado com o próprio funcionamento do Conselho Regional Consultivo da CNTI.

O sr. Ary Campista não gostou que a reunião tivesse sido realizada, principalmente porque, conforme noticiamos na edição passada, os dirigentes sindicais cariocas decidiram, entre outras coisas: 1) manter o Conselho Regional Consultivo da CNTI, no Estado da Guanabara; 2) censurar o sr. Ary Campista pelo abandono de suas funções, em prejuízo dos interesses dos trabalhadores e da organização sindical do país; 3) solicitar à presidência da CNTI, a substituição do sr. Ary Campista, caso ele continuasse dificultando o funcionamento do Conselho.

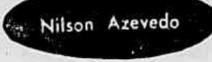
Depois dessa reunião, o sr. Ary Campista, que foi agraciado com a medalha de "Honra ao Mérito do Trabalho e da Produção", juntamente com os respeitáveis srs. Sindulfo de Azevedo Pequeno e Alfredo Pereira Nunes, o da Confederação dos Marítimos, pisou nas tamancas, e e viu uma circular agressiva a todos os sindicatos cariocas, informando que houvera uma reunião legal em que "abusivamente, foram tomadas deliberações consideradas nulas de pleno direito". Depois de esgrimir os seus conceitos de legalidade e ilegalidade, o sr. Campista dá o golpe final, com a severidade que lhe permite a mais recente comenda ministerial declarando: "Destituiu dos cargos de secretários de trabalhos da mesa do Conselho Regional Consultivo, da CNTI, os srs. Benedito Cerqueira e Giovanni Romita".

Já um pouco mais brando, o sr. Campista esclarece que se viu forçado a tomar essa atitude "porque os dois destituídos estavam pretendendo vincular e subordinar o Conselho Regional Consultivo da CNTI, na Guanabara a escusas e subalternas conveniências impatrióticas, prejudiciais ao sindicalismo brasileiro".

Na verdade, o sr. Ary Campista, como os seus demais amigos das Confederações, agraciados ou não com a medalha de "Honra ao Mérito do Trabalho e da Produção", não pretende nada mais que evitar a ação conjunta do movimento sindical, com o objetivo claro de impedir o êxito dos movimentos reivindicatórios das massas trabalhadoras.

Mas os homens sérios que militam no movimento sindical carioca, reunidos na semana passada, resolveram: 1) conceder um voto de confiança a Cerqueira e Romita; 2) repudiar o ato do sr. Ary Campista e processá-lo por crime de difamação; 3) denunciar ao Ministro do Trabalho a ação perniciososa do citado cidadão. Além disso, foi nomeada uma comissão composta pelos dirigentes sindicais Euripedes Aires de Castro, presidente da Federação dos Metalúrgicos; Odílio Borges, presidente da Federação do Vestuário; Nelson Mendes, presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas; Newton Eduardo de Oliveira, tesoureiro da Federação dos Trabalhadores de Calçados; para debater o assunto diretamente com o presidente da CNTI.

A par disso, os representantes dos mais importantes sindicatos e federações da indústria do Estado da Guanabara, decidiram intensificar a campanha pela prorrogação da Lei do Inquilinato e pela aprovação do projeto do deputado Floriscêncio Paixão, que altera a atual Lei do Imposto de Renda, estabelecendo que só os salários superiores a cinco vezes o maior salário mínimo vigente no país, estarão sujeitos aquela tributação compulsória. A apresentação desse projeto, aliás, foi de iniciativa dos próprios líderes sindicais cariocas, contra os quais o sr. Campista se voltou tão furioso.



Pagamento da Paridade Até o Natal: JK Promete ao Comando da Greve

Depois do encontro em Brasília com o presidente Juscelino Kubitschek, logo após a sanção da lei que restabeleceu a paridade de vencimentos entre civis e militares, e que coroou de êxito a greve nacional dos marítimos, portuários e ferroviários, o Comando Geral da Greve, das três categorias lançou a seguinte nota oficial, na qual se declara que o presidente da República prometeu o pagamento dos benefícios da paridade antes do Natal. E' a seguinte a nota:

Aos Marítimos, Portuários, Ferroviários e ao Povo em geral

O COMANDO GERAL DA GREVE de marítimos, portuários e ferroviários, no momento em que o projeto de Paridade se transforma em Lei e entra em vigor, dirige-se, através dos órgãos de cúpula, a todos os trabalhadores, aos funcionários públicos e ao povo em geral, para saudar a grande vitória conquistada graças à unidade e disposição de luta das três grandes categorias.

No sentido de reparar alguns equívocos de noticiários e precisar, perante o povo, os parlamentares e as autoridades, sua posição em relação aos vetos apostos pelo Exmo. Sr. Presidente da República, quer deixar claro que continua enviando todos os esforços no sentido de obter dos nobres componentes da Câmara Federal e do Senado, cuja conduta merece os aplausos de todos, a rejeição dos referidos vetos.

Quer salientar, outrossim, os resultados altamente significativos da audiência concedida pelo Presidente Juscelino Kubitschek, aos presidentes das Federações Nacionais dos Marítimos e dos Ferroviários e da União dos Portuários do Brasil, o que se verificou em Brasília, ocasião em que sua Excelência relem-

brando os vínculos de amizade que o une às três corporações, determinou as seguintes providências:

- 1 — tornar sem efeito a causa 11.4 das cadernetas-matrículas dos marítimos desembarcados, em decorrência do movimento "paredista";
- 2 — pagar aos trabalhadores marítimos, portuários e ferroviários, os salários correspondentes aos três dias de paralisação;
- 3 — reintegrar nos cargos de chefia os funcionários deles afastados por motivos do movimento grevista;
- 4 — pagamento das vantagens da Paridade antes do Natal;
- 5 — gestões governamentais no sentido do arquivamento dos processos instaurados contra os nossos companheiros que estiveram presos.

Quer, ainda, dizer francamente aos trabalhadores e ao povo brasileiro que, se a grande vitória conquistada, unanimemente reconhecida como uma das maiores de toda a história do movimento sindical brasileiro, ainda não se completou com a retroatividade a partir de julho, deve-se à indigna posição assumida pelos diretores de alguns órgãos sindicais de cúpula e de associações de funcionários públicos que não representam o pensamento e as aspirações de suas referidas classes.

Finalmente, chamamos a atenção de todos os trabalhadores para os frutos colhidos pela coesão monolítica dos marítimos, portuários e ferroviários com a comovente cobertura da solidariedade dos demais setores operários e da opinião pública nacional.

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1960.

Thaumaturgo da Silva Goya, presidente da Federação Nacional dos Marítimos; Raphael Martinielli, presidente da Federação Nacional dos Ferroviários; José Paulo da Silva, presidente da União dos Portuários do Brasil.

ADQUIRA EM SUA LIVRARIA

A ORIGEM DA FAMÍLIA, DA PROPRIEDADE PRIVADA E DO ESTADO

FRIEDRICH ENGELS

Este livro constitui um modelo magistral de aplicação do materialismo histórico à história do desenvolvimento da sociedade. Lenin caracterizou-o como uma das obras fundamentais do socialismo moderno.

Preço CR\$ 220,00

Publicação da EDITORIAL VITÓRIA LIMITADA

Peitidos pelo Reembolso para Caixa Postal 165

Rio de Janeiro / Estado da Guanabara

Defende Teu Direito

B. M. (Est. da Guanabara)

O consulente é metalúrgico. Pergunta sobre os dois últimos acordos salariais.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado da Guanabara, firmou, no ano de 1959, com o Sindicato representativo da categoria econômica correspondente, um acordo normativo, majorando em 28% os salários. O cálculo deve recair sobre os salários pagos em 1-8-1958 (data base). No ano de 1960, outro acordo foi firmado (TRT 42 HA/60), publicado no Diário Oficial de 22-8-1960, majorando os salários na proporção de 35% devendo recair o cálculo sobre os salários pagos em 1-8-1959 (data base). Todos os aumentos, compulsórios ou espontâneos, concedidos entre as datas bases e as datas de vigência serão compensados. A data de vigência do primeiro acordo foi fixada em 1-8-1959 e a data de vigência do segundo acordo em 1-8-1960.

D. H. (Estado da Guanabara)

O consulente sempre trabalhou 12 horas por jornada de trabalho. Foi despedido. Quer saber se a indenização que lhe é devida deve ser calculada à base da jornada de 8 horas ou à base da jornada de 12 horas de trabalho.

Em tese, as reparações por despedida imotivada são calculadas sobre a jornada de 8 horas de trabalho. E isto porque a lei considera extraordinárias, todas as horas que ultrapassam este limite.

Se o consulente, entretanto, sempre trabalhou 12 horas, esta era a sua jornada de trabalho contratual. As horas que ultrapassam o limite de 8, não são eventuais, realizadas por imediata e inadiável necessidade de serviço. Nestas condições e estudando a hipótese em todos os seus aspectos, poder-se-á calcular as reparações à base da jornada de 12 horas. Existem julgados dos Tribunais Trabalhistas que amparam este entendimento.

H. L. A. (São Gonçalo - Estado do Rio de Janeiro)

O consulente foi suspenso porque se recusou a executar horas extraordinárias. Quer saber se, com êxito, pode reclamar contra a suspensão, pleiteando o seu cancelamento e os dias de trabalho a ela correspondentes. A jornada normal de trabalho é de oito horas. (art. 58 da Consolidação das Leis do Trabalho) «desde que não seja fixado expressamente outro limite». A duração normal da jornada de trabalho, poderá ser acrescida de horas suplementares «em número não excedente de duas», se fixadas em contrato coletivo de trabalho.

Em caso de necessidade imperiosa «seja para fazer face a motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto» (art. 61 e parágrafos da Consolidação), as horas extraordinárias poderão ser exigidas pelo empregador, mesmo sem contrato coletivo de trabalho ou acordo escrito entre empregador e empregado.

Fora destes casos, o empregado é obrigado, apenas, à execução de oito horas, não constituindo qualquer falta a recusa de realizar trabalho extraordinário.

Assim, impossível uma resposta precisa à consulta que nos foi encaminhada. Em tese, o empregado tem razão e a suspensão foi injusta.

G. M. R. (Niterói - Estado do Rio de Janeiro)

O trabalho noturno (assim considerado o que é realizado entre 22 e 5), deve ser remunerado com acréscimo de 20%, no mínimo. Ademais, a hora noturna é reduzida (tem, segundo a lei, a duração de 52 minutos e 30 segundos). Nestas condições, o período de 22 às 5 comporta oito horas de trabalho (7 minutos e 30 segundos por hora, multiplicados por 7 horas, perfazem exatamente uma hora noturna, ou seja 52 minutos e 30 segundos).



"Time" Reconhece: Trustes Não Deixam Achar Petróleo

A sabotagem empreendida, sob a direção super-remunerada de mr. Link, aos trabalhos de pesquisa e exploração da Petrobrás não é surpresa, nem novidade. Há muitos anos, não só no Brasil mas em todo o mundo, constitui uma política sistemática e minuciosamente adotada pelos trustes do

petróleo a infiltração nos órgãos de pesquisa petrolífera dos governos estrangeiros, para que só apareça petróleo no mundo quando isso interesse à Esso ou à Shell.

O deputado Gabriel Passos, no discurso que pronunciou quarta-feira passada, em Brasília, já denunciou essa política dos trustes

de guardar no poço o petróleo dos outros. O Saara, a Índia, a China e outros países, se suas pesquisas petrolíferas ainda estivessem confiadas aos trustes internacionais, nunca teriam descoberto o "ouro negro" em seus territórios. Somente quando puderam utilizar seus técnicos nacionais, ou quando puderam lançar mão da ajuda soviética e rumena, aqueles países conseguiram localizar e explorar suas jazidas de petróleo.

A revista norte-americana "Time", em sua edição de 29 de agosto passado, reconheceu que esta política com que os trustes defendem seus mercados, em todo o mundo, está sendo desmascarada, com o aparecimento dos técnicos e dos equipamentos soviéticos e rumenos, no campo internacional. Numa matéria dedicada à quebra, pelos soviéticos e rumenos, do monopólio detido pelos trustes internacionais na Ásia, disse o "Time":

"Países como a Índia e o Paquistão, ansiosos por construir suas próprias indústrias de petróleo, não estão apenas utilizando os

russo para conseguir novas concessões das firmas ocidentais. O Paquistão acolheu uma tentativa de técnicos soviéticos para desenvolver seus recursos minerais, particularmente petróleo, e espera-se que os russos ofereçam ao Paquistão o mesmo acordo sobre petróleo que ofereceram à Índia, e façam uma proposta para a construção de uma refinaria (como a que construíram na Índia).

"Também em prejuízo das companhias ocidentais de petróleo, na Índia e no Paquistão, é uma crença muito difundida em ambos os países de que as companhias de petróleo (Esso & Cia.) não querem realmente encontrar petróleo, porque o sucesso representaria cortes nos embarques de seus próprios campos. As companhias negam vigorosamente a acusação, mas recentemente passaram por uma dura prova. Depois que a "Standard Vacuum" fez perfurações durante três anos perto de Calcutá, sem sucesso, a Índia permitiu aos russos que perfurassem na costa oeste, a 900 milhas de distância. Os russos encontraram petróleo."

Com a ajuda dos soviéticos e romenos, a Índia já descobriu petróleo em vários pontos de seu território: em Jawalamuck, perto do Himalaia, na província de Cambay, etc. O Paquistão e, mais recentemente, a Grécia, também resolveram dar as costas à Esso e pedir a ajuda dos socialistas para descobrir petróleo.

Com todo o seu Departamento de pesquisas e exploração dominado por antigos e fiéis funcionários da Esso, a Petrobrás não podia mesmo descobrir petróleo. Não fosse a luta de Monteiro Lobato e Oscar Cordeiro, que descobriram o petróleo da Bahia, ainda hoje estaríamos na estaca zero, no terreno da produção. Para que a Petrobrás descubra petróleo só há um caminho, já apontado pelo deputado Gabriel Passos e pelos nacionalistas do Congresso: o recurso à ajuda técnica dos países socialistas, única que está fora do controle dos trustes, e única que está realmente à disposição do nosso monopólio estatal.

Sardenberg: Mudança de Nomes Não de Política

Depois de várias semanas em que seu insistente silêncio sobre as denúncias que o envolviam dava margem a toda sorte de suspeitas e indagações, por parte dos nacionalistas, o Cel. Sardenberg, presidente da Petrobrás, resolveu dar uma entrevista à imprensa. Suas declarações, entretanto, ao invés de fazer reviver a confiança dos nacionalistas na direção da Petrobrás, vieram apenas reforçar o ambiente de apreensão e alarma, no país, quanto à execução que vem sendo dada à política do monopólio estatal do petróleo.

O Cel. Sardenberg não deu resposta alguma à denúncia mais grave feita à administração da Petrobrás: a de que o departamento de exploração e pesquisa da empresa, entregue a uma equipe de sabotadores especialmente treinada pela Esso, seguiu deliberadamente, durante seis anos, o caminho da negação da existência de petróleo no país, e agora recomenda a cessação de todas as pesquisas fora da Bahia. Pelo contrário, o Cel. Sardenberg de certa maneira confirmou os termos do "relatório Link" revelados pelo deputado Gabriel Passos e pela imprensa, ao dizer que "a opinião de Mr. Link não é a opinião da Petrobrás", e ao procurar tranquilizar os nacionalistas, afirmando que Mr. Link será substituído por um geólogo brasileiro, o engenheiro Lange.

Esta "revelação" do Cel. Sardenberg, no entanto, de forma alguma tranquiliza os nacionalistas. Antes, os deixa ainda mais revoltados. É sabido que o engenheiro Lange é perfeita "criatura" de Mr. Link. Segundo declarações do próprio Cel. Sardenberg em "O Globo", o sr. Lange foi "especialmente treinado" por Mr. Link para o posto de chefe. Tem a mesma escola, as mesmas concepções técnicas que vêm sendo utilizadas por Mr. Link e sua equipe de geólogos da Esso para provar que no

Brasil não há petróleo. Sua promoção será, por isso, apenas uma troca de nomes; mas a máquina de sabotagem continuará a mesma, e, inclusive, os homens serão os mesmos. Só Link sairá, mas deixando aqui uma máquina bem untada.

Há mesmo quem afirme que o sr. Lange é "mais realista que o rei" — mais "pessimista" e mais amigo da paralisação de que seus colegas norte-americanos. Um documento que está circulando entre os deputados nacionalistas, para ser entregue à Comissão Parlamentar de Inquérito que vai examinar o assunto, confirma esta versão. Trata-se de um quadro em que são relacionadas as opiniões dos principais geólogos da Petrobrás sobre as possibilidades de existência de petróleo nos diversos campos de prospecção da empresa, desde o Amazonas até o Rio Grande do Sul.

O mais impressionante, neste quadro, é a insistência na tecla do pessimismo. Com exceção de um ou outro técnico brasileiro, a grande maioria dos técnicos, composta de engenheiros norte-americanos e alguns brasileiros, entre os quais o sr. Lange, só abre algumas perspectivas de existência de petróleo em Sergipe. O resto do país, para eles, não tem apêlo. E o curioso é que o sr. Lange faz sempre questão de figurar entre os mais negros pessimistas — mais, mesmo, algumas vezes, do que alguns engenheiros norte-americanos.

Trocar Mr. Link por Mr. Lange, portanto, será apenas uma mudança de letras. A política será a mesma. Enquanto a Petrobrás não romper com as correntes que a prendem à Esso, ela não poderá encontrar petróleo no Brasil. Se quiser fazê-lo, terá que lançar mão da ajuda de técnicos europeus e socialistas, que não devem obediência nem aos interesses nem às "concepções técnicas" dos trustes.

Waldo Frank Comenta o Pleito Nos EUA

Waldo Frank é um dos mais renomados e acatados intelectuais norte-americanos. Escritor de fama internacional, ele se projetou, há vários anos, como um dos mais prestigiosos representantes dos círculos "liberais" da intelectualidade ianque. Por isso mesmo, o depoimento escrito por ele, e publicado na última terça-feira, em "O Globo", sobre as recentes eleições em seu país, merece o registro e a reflexão do público brasileiro.

"Nenhum dos dois candidatos revelou um intelecto de qualidade", diz Waldo Frank, logo de início; e aponta a única diferença que enxerga nos dois: «mas, podemos ter quase a certeza de que Nixon não conseguiria surpreender-nos, enquanto Kennedy talvez nos surpreenda favoravelmente».

Mas Frank mostrou-se mais preocupado com o pleito do que com os candidatos. «O prelo revelou mais coisas a respeito das nossas eleições do que acerca dos candidatos», diz ele, e especifica:

«Demonstrou, mais uma vez, que temos realmente o sistema de um só partido. (...) Dantes, tínhamos verdadeiros partidos de oposição, mas desapareceram. Os dois partidos fazem parte do "mesmo clube", em teoria econômica e em

valores vitais. Outro fato que revelaram as eleições foi a ficção das eleições livres. (...) Antes do encontro dos delegados nas convenções, os seus votos já estavam decididos: o que estava por fazer foi feito nos conciliábulos, a portas fechadas».

Depois de fazer uma análise franca e fria das mediocridades e dos laços comuns aos dois candidatos («Ambos, com fervor religioso, aceitam a justiça do sistema capitalista norte-americano»), de duvidar que a política armamentista, defendida pelos dois candidatos, possa levar à paz, e de afirmar que «O problema de um sistema eleitoral que expresse a verdadeira vontade e o autêntico e verdadeiro desejo do povo está por resolver-se nos Estados Unidos e, geralmente, não se toma conhecimento dele», Waldo Frank conclui assim o seu artigo:

«Tais problemas básicos nem sequer foram mencionados nestas eleições. O verdadeiro objetivo era a ESTABILIDADE. «Não balançem o barco!» Na verdade, em que direção se movia o «barco»? Para a paz, ou para a guerra camuflada de paz? Talvez os eleitores que tinham em mente esses problemas foram os vários milhões que se abstiveram de votar».

"Who's Who" Confirma: Walter Link Veio no Lugar de Theodore

O «Correio da Manhã», e outros órgãos da «sadia», procuraram ridicularizar a denúncia, que só agora veio a público, de que a direção da Petrobrás foi «enrolada», quando contratou Mr. Walter Link para dirigir o seu Departamento de exploração e pesquisas; pensava que estava lidando com o famoso Link, o Theodore, e quem veio foi apenas o Walter, irmão mais jovem e desconhecido da família e, ainda por cima, velho funcionário da Esso. O erro é tão grosseiro que aqueles jornais, pegos de surpresa, chegaram inclusive a duvidar da existência do Theodore, e tentaram levar o caso para o terreno da piada.

A história é grosseira, mas é verdadeira. Theodore Link não apenas existe, mas é um dos mais renomados geólogos norte-americanos. A prova disso está no alcance de qualquer um, que possa folhear a edição norte-americana do «Who's Who» («Quem é Quem»). Nesta enciclopédia de personalidades dos Estados Unidos, a partir da edição de 58/59, o nome de Theodore Link figura com uma longa e minuciosa referência, ao passo que seu irmão Walter nem sequer é mencionado.

Eliminados alguns detalhes sem importância, eis a notícia dada pelo «Who's Who» sobre Theodore August Link:

«Geólogo, diretor de sociedade. Nascido em La Porte, Indiana, em 19 de janeiro de 1897, filho de George e Frederika Link. Bacharel em Ciências. Doutor em Filosofia. Casou-se, em 1921, teve quatro filhos, divorciou-se, e casou-se novamente, em 1954, com Viola Ek. Geólogo da «Empire Gas and Fuel», em 1918/19. Geólogo da «Geology Survey», em 1918. Geólogo e, posteriormente, geólogo-chefe da «Imperial Oil Ltd», entre 1918/48. Presidente da «Link, Downing and Cook» (empresa de pesquisas de petróleo), a partir de 1948. Recebeu a Medalha Barlow, do Instituto de Mineralogia do Canadá, em 1949. Foi presidente da Associação dos Geólogos do Canadá, e presidente e membro honorário da Sociedade dos Geólogos de Petróleo do Cana-

dá. No período 1956/57, foi presidente da Associação Americana dos Geólogos de Petróleo. Reside atualmente no Canadá.»

Esta a referência sobre Theodore. Quanto ao Walter, como qualquer João Ninguém, ele não existe para o «Who's Who». É tão desconhecido que o sr. Neiva de Figueiredo, quando foi aos Estados Unidos, em nome da Petrobrás, procurar um chefe para o Departamento de pesquisas da empresa, não sabia de sua existência. Levou uma lista de nomes, mas não pôde contratar nenhum dos que procurava. Foi então que, na Esso, lhe recomendaram «o Link». Com esse nome, Neiva pensou no Theodore, que conhecia por leituras, sem entretanto lembrar-se do prenome; mas lhe deram o Walter, que ele enguliu, e depois, quando soube do engano, não pôde vomitar, porque o contrato já estava assinado.

Fora de Rumo

Enquanto o marechal ministro da Guerra, em ordem do dia, redigida para as comemorações estadonovistas referentes ao 27 de novembro, de 1935, advertia as forças vivas da nacionalidade sobre as constantes variações «dos métodos táticos dos comunistas», algo de realmente sério parece que se está operando no cenário brasileiro. Em Brasília, o sr. Gabriel Passos agitou o plenário da Câmara, ao denunciar novos «métodos táticos», da eterna conspiração dos trustes internacionais, interessados em sabotar as atividades da Petrobras, com vistas à imposição, em qualquer momento adequado, de alguma solução Frondizi, com ou sem Jânio Quadros.

O discurso do sr. Gabriel Passos, foi cuidadosamente abafado pela Agência Nacional, que se referiu ao mesmo, usando extraordinário poder de síntese. Segundo a agência do governo, o representante da UDN teria «bordado considerações» em torno do problema do petróleo. Em sua quase totalidade, os jornais que

Panorama Os Boatos de Jânio e o Medo de "O Globo"

A imprensa alugada aos trustes está assustada com certos propósitos e declarações atribuídas a Jânio, em correspondências que chegam de Londres. Disseram que Jânio recusou-se a aceitar um convite de Kennedy, para ir aos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que aceitava um outro de Tito, para ir a Brionni, e ali encontrar-se com Nehru, Nasser, e o próprio Tito. Disseram, mais, que Jânio teria o propósito de apoiar-se nos imperialistas ingleses e alemães, para romper alguns dos laços de dominação que nos prendem aos imperialistas norte-americanos. A par disso, o futuro presidente estaria se mostrando retraído e refratário a contatos post-eleitorais com os grupos econômicos ianques que financiaram sua candidatura.

Tudo, no entanto, não passa ainda de meros boatos, alguns deles desmentidos e depois republicados, mas nenhum deles confirmado. E tudo leva a crer que se trate de um jogo; Jânio sempre gostou de jogar com boatos. Mantendo-se numa atitude de aparente indecisão e «pesquisa», ele procura criar no país um clima de expectativa e esperança; um clima de «suspense», em que ele, «a sua decisão», seja o centro do espetáculo. Se ele conseguisse isso, as forças políticas ficariam paralisadas à sua espera. O movimento de massas, que está em ascensão, ignorando mesmo a existência de Jânio, seria entravado. E o presidente eleito assumiria o governo com mãos mais livres para agir a seu gosto.

Há, é certo, outros fatores em campo. Jânio, sendo homem inteligente e sensível, deve estar impressionado com o sentido inequivocamente democrático e ant imperialista da votação popular que recebeu. Externamente, ele tem vista bastante para enxergar as perspectivas de crise que se abre para a economia norte-americana. Quando o governo de Washington envia embaixadores itinerantes à Europa, com dramáticos pedidos de ajuda financeira, a primeira coisa que deve ocorrer à cabeça do futuro presidente é que ele não pode esperar qualquer ajuda econômica dos Estados Unidos.

Por estas e outras, Jânio gasta os meses que lhe restam, antes da posse, na procura de um campo de manobras; e não se pode por isso excluir que, nos seus apertos, ele pense mesmo em saídas extravagantes como essa, de trocar um imperialismo por outros, embora de forma alguma esta seja uma solução para os problemas do país. Mas, qualquer afirmação que se faça sobre o assunto, por enquanto, não passará de especulação vazia. Não se pode raciocinar com base em boatos.

Os simples boatos, entretanto, já foram suficientes para deixar alarmados o «Estado de São Paulo» e «O Globo». De tão reacionários, estes jornais tremem à simples possibilidade de uma visita do presidente eleito à Iugoslávia. E ficam torcendo para que tudo seja mentira.

Jânio, diz «O Globo», «provavelmente mudará a forma» da política externa do governo Kubitschek; mas «a essência» de sua política, frisa o jornal, será a mesma. Isto, diga-se de passagem, equivale a uma confissão. Para «O Globo», para os grupos reacionários e entreguistas que promoveram a sua candidatura, Jânio deverá ser apenas o «continuidor» da política de submissão vergonhosa ao imperialismo norte-americano, que predominou no governo Kubitschek. E a massa de milhões de eleitores de Jânio, que votou contra a política de Kubitschek, que votou «para mudar» a essência mesma da política do governo, não votou apenas contra Kubitschek; votou também contra os que financiaram e conduziram a candidatura de Jânio.

Esta é, por enquanto, a grande lição a tirar da onda de boatos que Jânio põe em circulação. O povo brasileiro quer mudanças radicais, e num sentido democrático e nacionalista, nos métodos e na política do governo; mas ele só conseguirá efetivar essas mudanças se as impuser, ele mesmo, às forças políticas e econômicas que cercam Jânio, e ao próprio Jânio.

Jango em Moscou e Pequim

A viagem do sr. João Goulart ao mundo socialista, iniciada segunda-feira última, representa sem dúvida, pelo momento em que é empreendida e pelas circunstâncias que a cercam, significativo acontecimento na vida política do país. Pela primeira vez, um Vice-Presidente da República, eleito, Presidente do Senado e chefe de um grande partido nacional, sai do país para visitar a União Soviética e a China Popular, e sua viagem é especialmente autorizada pelo Congresso.

A viagem do sr. João Goulart é uma nova e inequívoca demonstração de reivindicação simpática a todo o povo brasileiro do restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS e do reconhecimento da China Popular. Antes das eleições, foi o sr. Jânio Quadros, ao incluir a visita à URSS na bagagem eleitoral, a estabelecer a sua vitória, quem reconhecia a popularidade da exigência de relações de amizade com a URSS, entre os brasileiros. Agora, passada a eleição — o que é também uma maneira de confirmar o sentido popular e anti-imperialista do pleito de 3 de outubro — é o sr. João Goulart que se sente atraído pelo mesmo roteiro, quando procura responder a situação política de nosso tempo.

Durante algumas semanas, na Tchecoslováquia, na URSS e na China, o sr. João Goulart terá certa oportunidade de aprender muitas coisas que o interessam, como homem de Estado. Mas, sua viagem tem outro sentido, mais importante: ela expõe ao ridículo e condena, em um trambolho de outro século, a política de «maccartismo» e de submissão ao Departamento de Estado ianque, ainda hoje seguida pelo Itamarati, que dias atrás opôs um veto à vinda de um bale soviético ao nosso país, sob a estúpida alegação de que se tratava de «espões».

Com a viagem de Jango, as relações diplomáticas com a URSS e o reconhecimento da China já são fatos oficiais. Com ela, os Plo Correia e os Lafer perdem a compostura, e a voz, com mais um pouco, perderão toda a partida.

Morreu Coutinho Cavalcanti

Com o falecimento em Brasília, domingo último, do deputado Coutinho Cavalcanti, o movimento nacionalista e democrático perdeu um de seus mais combativos militantes. Durante várias legislaturas, representando o PTB de São Paulo, aquele parlamentar projetou-se na Câmara Federal como um ardoroso patriota, que sempre procurou por-se ao lado dos interesses nacionais e populares.

Não apenas em suas intervenções na Tribuna da Câmara, da qual foi um dos mais assíduos frequentadores, o sr. Coutinho Cavalcanti fez-se reconhecer como um democrata e patriota. Foi ele o autor de inúmeros projetos de lei, visando ao atendimento de reivindicações populares e nacionalistas. Um de seus projetos, o que estabelece a reforma da estrutura agrária no país, além de garantir-lhe um lugar de destaque na história do parlamento brasileiro, tornou-o internacionalmente conhecido, e foi, inclusive, um dos documentos em que se baseou o governo revolucionário cubano para elaborar a sua lei de reforma agrária.

Nos últimos anos, mesmo com sua saúde abalada pelos sucessivos enfartes que o vitimaram, Coutinho Cavalcanti foi incansável na luta para conseguir a adesão e a simpatia de seus colegas para a revolução cubana, face à intervenção promovida contra ela pelos imperialistas norte-americanos. Sua morte deixa uma lacuna sentida por todos os nacionalistas, em suas fileiras.

Ajuda a NOVOS RUMOS

Recebemos e agradecemos:

Um Jornalista	500,00
«Dez dias que...»	200,00
4 funcionários	1.200,00

Paulo Motta Lima

rezam, muito piedosamente, pelas melhores cartilhas ocidentais e cristãs, foram também discretíssimos, quando se ocuparam do discurso do sr. Gabriel Passos. Alguns, verdadeiramente ortodoxos, em matéria de entreguismo, nem mencionaram a indiscreta denúncia. Houve também os que fugiram ao esquema da Agência Nacional, informando que o sr. Gabriel Passos não havia exatadamente bordado, mas tecido considerações em torno do problema do petróleo.

Apartando o sr. Gabriel Passos, o padre Vidal, representante punitivista das Alterosas e pessoa muito temente a Deus (incapaz, portanto, de inventar patranhas), contou que em viagem com o presidente da República, no momento em que era sobrevoada uma área petrolífera, o técnico americano Link dissera em péssimo português, ao imperturbável JK: «Se as empresas privadas dos Estados Unidos pudessem entrar na exploração do petróleo brasileiro, estariam vendo ai em baixo, uma floresta de torres de petróleo».

Paralelamente, é anunciado um relatório do coronel Geisel, sobre outras esquisitices que ocorrem em matéria de petróleo e para o começo desta semana, já os deputados da Frente Parlamentar Nacionalista, anunciavam novas denúncias.

Sendo o petróleo assunto ligado a mistérios insondáveis, não devemos estranhar que venha sendo mais uma vez denunciado o irremovível técnico americano Link, justamente agora, quando está para expirar o prazo de seu contrato com a empresa estatal brasileira à qual tem servido livremente há anos, embora sempre manifestando como no caso do passeio aéreo com JK, má vontade em relação à política do monopólio estatal.

Mas não há de ser nada. Jânio vem aí e o marechal ministro da Guerra parece estar atento às constantes mudanças de métodos táticos dos comunistas.

NR na Bahia

Caravelas: Fome e Desemprego Levam População ao Desespêro

Caravelas (do leitor Nilo dos Santos) — A onda crescente de carestia que avassala o país, transformou a vida do povo de Caravelas num martírio diário. Os preços dos gêneros de primeira necessidade sobem assustadoramente, criando um clima de revolta e de indignação. A situação dos trabalhadores, a maioria dos quais é constituída de portuários e ferroviários, é cada vez mais grave em virtude da falta de trabalho. O movimento do porto, que anos atrás abrigava 10 e mais navios por mês, se reduziu a quase nada (3 navios por mês), obrigando os portuários, para sobreviver, a se dedicarem à pesca, quando encontram um barco, ou então a se sujeitarem, para poder comer, a pescar caranguejo nos mangues. Os ferroviários vivem na mesma situação. Antes, na localidade de Ponta de Areia existia uma oficina da ferrovia, agora transformando apenas num pequeno depósito da Rede Ferroviária Federal.

Relogado ao completo abandono pelos governos, o município de Caravelas estacionou e regrediu.

NR no R. G. do Sul

Pelotas: comitês de apoio a Cuba

Pelotas, novembro — Com a presença do muralista cubano Henrique Ollvar, companheiro de armas de último, monumental assembleia na Faculdade de Direito de Pelotas. Foi estruturado o Centro Cultural 26 de julho, com a participação de professores, operários e estudantes. Uma de suas primeiras iniciativas foi a estrutura de subcomitês em todos os bairros de Pelotas, onde se realizaram conferências e serão distribuídos livros e revistas sobre a Revolução.

CARESTIA

Porto Alegre, novembro — Por iniciativa da Câmara Municipal de Porto Alegre, será realizado nos dias 1, 2 e 3 de dezembro o I Congresso Estadual de Vereadores. Na ocasião será formada a Frente Municipalista de luta contra a carestia, entidade que levará os parlamentares a protestar contra a avassaladora carestia que se verifica no Rio Grande.

LUTA INTERNA

Seria crise de direção grassa no PTB gaúcho. O secretário de Energia, Wilson Vargas, apoiado pelos elementos mais jovens e progressistas daquela agremiação, acusa o sr. João Suederl Caruso, atual presidente do Diretório Regional, de ser um dos fatores das sucessivas derrotas sofridas pelos trabalhistas riograndenses. O governador do Estado até o momento não se definiu e procura apaziguar os ânimos. Por outro lado, sabe-se que o sr. João Caruso pretende ser o futuro candidato a sucessão de Leonel Brizola, coisa que nem é admitida pelos elementos nacionalistas e mais ligados às bases do trabalhismo gaúcho.

GARNE

Canoas, novembro — A luta que o povo brasileiro trava contra os frigoríficos estrangeiros, será grandemente reforçada, graças à iniciativa dos vereadores da cidade de Canoas, que decidiram propor a fixação do preço do boi vivo num máximo de trinta cruzeiros por quilo. Com isso as indústrias gaúchas de carne poderão voltar a funcionar e competir com os trustes que até agora açambarcaram o mercado da carne.

DIRETRIZES E BASES

Porto Alegre, novembro — Realizou-se nesta capital a I Convenção Estadual do Magistério Primário do Rio Grande do Sul. O conclave teve lugar no Teatro São Pedro e foi presidido pelo professor Oscar Decamilis. Os professores decidiram reivindicar melhoria salarial e enviar ao Senado e ao presidente da República, mensagem frisando que a Constituição deve ser respeitada quando diz que a educação é um dever do Estado. Os debates foram dos mais acesos, e, não obstante a atitude de elementos reacionários como o sr. Brito Velho, defensor do monopólio particular do ensino, a posição assumida pela classe foi das mais progressistas.

MARXISMO

O Centro de Estudos da Faculdade de Direito da Universidade do Rio Grande do Sul, vem realizando um curso de marxismo, que tem obtido completo êxito nos meios intelectuais gaúchos. Com os exames, o curso foi temporariamente suspenso, mas logo voltará a funcionar com o início do estudo do materialismo histórico, a cargo do sr. Calo Lustosa.

GREVE

Os trabalhadores em combustíveis líquidos decidiram que entrarão em nova greve, caso não seja paga, pelos empregadores, a taxa de periculosidade a que têm direito. Como se recorda, há duas semanas a classe paralisou o trabalho mas ainda não teve as suas reivindicações inteiramente aceitas pelos patrões. (Dos correspondentes, João Sussella e Paulo Derengo)

A pesca da baleia, que era também um dos motivos de trabalho para a população local, foi completamente abandonada e, em virtude de tal fato, os poucos hotéis que haviam na região tiveram de cerrar suas portas.

ESPERANÇA

Na construção do trecho da Rio-Bahia que passa pela cidade e na mais remota possibilidade de vir a ser construído na região o chamado porto de comunicação com Brasília, residem as esperanças da população da cidade, de encontrar trabalho e de ver o progresso industrial da região.

NR no Pará

Depois de 100 anos govêrno do Pará cria ginásios estaduais

Belém, novembro (do correspondente JOSÉ DANTAS) — O governo do Estado, depois da aprovação da Assembleia Legislativa, sancionou a lei n. 2.033 que cria 10 novos ginásios estaduais, que funcionarão nas cidades de Bragança, Santarém, Castanhal, Alenquer, Abaetetuba, Obidos, Soure, Marabá e Icoaraci. Os referidos estabelecimentos, enquanto não ficam prontos os prédios em que serão instalados, funcionarão em horário noturno nos Grupos Escolares das referidas cidades.

A decisão do governador Moura Carvalho, aprovada pela Assembleia, assume caráter de máxima importância, mormente quando se sabe que, há 119 anos o govêrno do Pará não autorizava a construção de nenhuma escola de ensino médio. A situação no Estado, nesse aspecto, é verdadeiramente calamitosa, pois dos 30 estabelecimentos do gênero não funcionando, 27 são de propriedade de particulares, 2 estaduais e 1 federal, a grande maioria localizada em Belém. Também por decreto do governador Moura Carvalho, foi criado em Belém o "Ginásio Magalhães Barata", que já está funcionando regularmente.

NR no Estado do Rio

Govêrno suspende ação de despejo contra camponeses

NITERÓI, novembro (do Correspondente) — Em virtude da posição firme de resistência que adotaram, da solidariedade do movimento sindical e da orientação da Associação dos Lavradores do Estado do Rio, lavradores de Nova Iguaçu, principalmente os da localidade de Japeri, que haviam sido despejados das terras que lavravam recuperaram-nas após decisão do govêrno Estadual.

A luta dos camponeses do município de Nova Iguaçu vinha se desenvolvendo sob a direção da Federação dos Lavradores e, em virtude de numerosas ameaças de despejo que se registravam, a entidade resolveu programar uma grande passeata para o dia 23. A manifestação foi realizada com grande êxito e contou com a presença de delegações de lavradores dos municípios de Rio das Ostras, Nova Iguaçu (Japeri e Terras do Pacheco), Duque de Caxias, Magé, Cachoeira de Macacu, São João da Barra, Cabo Frio e Mangaratiba. Inicialmente, os manifestantes se dirigiram ao Palácio do Ingá, onde foram recebidos pelo Secretário do Trabalho, dr. Wandir de Carvalho, que representava o governador Roberto Silveira. Na ocasião, foi entregue um memorial da Federação dos Lavradores, que denunciava as arbitrariedades que estavam sendo cometidas contra os lavradores, a ação dos grileiros, prestigiada pelo secretário do Interior e Justiça, sr. Mário Martins e apresentava as seguintes reivindicações: 1 — desapropriação imediata, na forma da lei e mediante interferência da Secretaria do Trabalho, das terras em litígio, bem como a entrega das mesmas aos lavradores que as ocupam e que nela trabalham há muito tempo; 2 — designação de advogados do Estado para que colaborem com a Federação dos Lavradores no sentido de encontrar uma solução legal para a questão das terras em litígio, de modo a permitir a permanência dos lavradores em suas glebas; 3 — a determinação de instruções à Secretaria da Segurança, a fim de que esta não favoreça a ação dos grileiros contra os lavradores, como também medidas para que estes tenham assegurado um clima de tranquilidade propício ao trabalho.

Durante a concentração no Palácio do Ingá, falaram o camponês Manoel Ferreira, o vereador José Barreto, de Duque de Caxias, e o marítimo Djama Prado, que hipotecou a solidariedade dos trabalhadores à luta dos camponeses. Os manifestantes também se dirigiram à Assembleia Legislativa e à Câmara Municipal de Niterói para solicitar a colaboração de deputados e vereadores à luta que desenvolvem.

A ação dos grileiros

Como para justificar a manifestação dos lavradores, naquele mesmo dia 23, na localidade de Japeri, as autoridades procediam ao despejo de numerosos lavradores de suas terras, praticando atos de violência contra pessoas, incendiando barracos e apre-

dendo bens. A operação teve a autorização do Secretário do Interior e da Justiça, que está apolando francamente a ação dos grileiros. O assalto contra os lavradores de Japeri provocou grande repercussão e obrigou o govêrno a intervir, sob a pressão dos camponeses e de numerosas entidades que apóiam a sua luta. Por determinação das autoridades, o despejo foi susinado e os camponeses recuperaram as terras das quais foram expulsos.

Revogação do Art. 58

VALENÇA — A Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, moção pedindo a revogação do art. 58 do Código Eleitoral considerando-o uma excessividade jurídica que compromete seriamente o regime democrático.

NR no Paraná

BATALHA DA CARESTIA

CURITIBA, novembro — Estudantes, trabalhadores e donas de casa vêm se empenhando em vigorosa campanha contra a carestia, agravada nos primeiros dias de novembro com o aumento do preço do pão e dos transportes coletivos na capital paranaense. O movimento mobilizou vastas camadas da população da cidade que, através de assinaturas dirigidas à COAP, advertiam da possibilidade de se criar uma grave situação no caso de o órgão controlador de preços elevar absurdamente o preço do pão.

Em relação a esse produto a COAP, pressionada, negou-se a conceder o aumento de 45% solicitado pelos panificadores, majorando-o de 15%. Em reunião anterior à decisão aumentista, o plenário do órgão controlador de preços recusara-se a atender à reivindicação dos donos de padarias, alegando que não se justificava qualquer aumento pelo simples fato de não terem sido elevados os preços da farinha de trigo. Nessa mesma reunião, durante os debates, o sr. Expedito Rocha interviu para manifestar o protesto dos trabalhadores e estudantes contra qualquer decisão aumentista e entregou também aos conselheiros da COAP um manifesto da associação "Anita Garibaldi", assinalando a gravidade da situação do povo curitibano, incapaz já de suportar novos aumentos dos preços das utilidades e gêneros alimentícios, em virtude da constante alta do custo de vida que se vinha verificando.

A BATALHA DO TRANSPORTE

Em relação ao problema dos transportes, as entidades sindicais e estudantis de Curitiba realizaram vigorosas manifestações de protesto contra os absurdos aumentos verificados nos preços dos ônibus, que variaram de 60 a 80%. Reclamando contra tal fato, as federações sindicais e sindicatos subscreveram os termos da nota oficial divulgada pela União Paranaense dos Estudantes, sugerindo a revisão imediata das tarifas de ônibus e exigindo uma redução de 30 a 40% nos preços atuais. A nota, além disso, reclama o retorno do serviço de ônibus à administração da municipalidade. A posição das entidades sindicais e estudantis é apoiada pelo Prefeito, que nesse sentido luta na Justiça contra a autoridade estadual que feriu a autonomia municipal no que se refere ao problema dos transportes.

CONGRATULAÇÕES

CURITIBA, novembro — O deputado Waldemar Deros vem recebendo numerosas manifestações de solidariedade e congratulações, dentre as

Vitoriosos os Posseiros do Faxinal

Magnífica experiência de luta, firme e irredutível, foi a dos posseiros do Faxinal, localidade situada a oitenta quilômetros de Encruzilhada do Sul.

Centenas de camponeses trabalhavam, cultivando 1.800 hectares, ocupados há 50 anos atrás, pelos primeiros posseiros que ali chegaram. Durante 36 anos viveram tranquilamente naquele rincão, reinando a paz e a amizade. Até então ninguém havia reclamado o direito de propriedade dessa área.

Posteriormente, apareceu o Sr. Euclides Lanza dizendo-se dono do Faxinal, e cobrando de cada ocupante, determinada importância para ali continuar. Os posseiros acharam melhor pagar. Muitos tiveram que vender suas criações, móveis e até mesmo roupas para conseguir dinheiro. Passados muitos anos, há meses, apareceu o advogado Cândido José Moreira, representando o grileiro. Escreveu cartas a todos os moradores do Faxinal, propondo que comprassem as terras, caso contrário seriam despejados.

Não ficaram na simples ameaça, surgindo a primeira medida judicial contra o posseiro Daniel Rodrigues de Oliveira. Acompanhado de um oficial de justiça, apareceu em seu sítio o referido advogado, dando ordem de despejo.

O lavrador pensou no imenso sacrifício feito desde 1918, quando ali chegou; desbravando as matas virgens, arando e cultivando o solo, regando-o com o seu suor, de homem que ama a terra e, depois, sem intimidar-se com o revólver do oficial de justiça, falou com convicção e bravura: «Esta terra ninguém me tira, ela é minha. Daqui só saio morto».

A noite, seu chamamento de homem de verdade, tinha sido atendido por todos os posseiros, que também estavam ameaçados. Em memorável reunião seletaram um pacto de honra de não saí-

quais um telegrama do dirigente comunista Agliberto Azevedo, em virtude da aprovação, pela Assembleia Legislativa do Estado, de um projeto de sua autoria invalidando a cobrança, pela Fôrça e Lux do Paraná, da "Taxa de Combustível".

DELEGADO DO I.A.P.I.

CURITIBA, novembro — O Sindicato dos Químicos do Paraná, através de seu presidente, enviou ofício à Federação dos Trabalhadores na Indústria do Paraná, solicitando a convocação de uma reunião do Conselho de Representantes da entidade para debater o problema da eleição do Delegado do IAPI naquele Estado. A reivindicação dos químicos se deve ao fato de que existe, no PTB local, a tendência a indicar para o cargo o sr. Rubens de Melo Braga, homem completamente desligado do movimento sindical e, por isso mesmo, sem condições de compreender os problemas dos trabalhadores.

No ofício enviado à Federação, os químicos assinalam sobretudo a necessidade de "reivindicar do Conselho Administrativo do IAPI que o cargo de Delegado no Estado seja exercido por um trabalhador, através das entidades sindicais".

FALECIMENTO

Faleceu no dia 19 de novembro, na cidade de Curitiba, a senhora Gabriela Klainer Borba, esposa de nosso companheiro e colaborador de NOVOS RUMOS, sr. Manoel Borba.

NR no E. Santo

AUMENTO DE TARIFAS

Vitória — Utilizando o velho e surrado argumento da falta de numerário para atender ao reajustamento salarial pleiteado pelos trabalhadores, a «Central Brasileira» pretende elevar para 5,50 cruzeiros as tarifas dos bondes.

O fato, de maior gravidade se vier a se consumir o aumento, prende-se, segundo tudo indica, à recente nomeação, pelo ministro da Agricultura, dos membros da comissão de tombamento contábil e físico dos bens da Central. Considera-se, nos círculos políticos da capital, que a medida visa também a exacerbar os ânimos da população contra a empresa, levando a atos de desespero e à depredação dos bondes pelos mais exaltados, o que levaria a Central a «resolver» o problema entregando o serviço de transporte à municipalidade e recebendo a indenização pelos prejuízos que venha a sofrer (!)

SOLIDARIEDADE A CUBA

Vitória — Endereçado ao embaixador Cabot, democratas do Espírito Santo enviaram memorial de protesto contra a ameaça de agressão armada contra Cuba, que vem sendo preparada pelo Departamento de Estado norte-americano, o que constitui uma afronta ao princípio de autodeterminação dos povos. Assinam o documento jornalistas, médicos, dirigentes sindicais, etc.

E. J. CURVELO

Vereador em Pelotas (R.G.S.)

rem jamais da terra, que de fato, lhes pertencia, afirmando: «Mesmo mortos aqui ficaremos». Em seguida, organizaram uma comissão e foram até a cidade pedir apoio ao prefeito Milton Cerros Rodrigues. Expuseram-lhe tudo, mostraram-lhe as cartas e, o prefeito ficou ao lado deles, reconhecendo que a terra lhes pertencia, pois o sr. Euclides Lanza nunca pagou impostos à Prefeitura.

Poucos dias depois, duzentos homens estavam reunidos, de armas na mão, dispostos a morrer em defesa de suas famílias e de suas terras.

Enquanto o delegado de polícia preparava soldadas para executarem os despejos cumprindo ordem de Juiz, o prefeito e um enviado do govêrno do Estado convenceram o magistrado a adiar a execução.

Mas, a situação se agravava seriamente com a ameaça de utilização da força militar, após o último prazo concedido pelo Juiz. Os posseiros estavam dispostos a defender seus sítios e suas lavouras e preparavam-se para a heroica resistência.

Enquanto isto ocorria no Faxinal, o prefeito buscava uma solução junto ao govêrno do Estado e os pretensos proprietários das terras.

Finalmente, não podendo os chamados proprietários das terras do Faxinal, provar como seus, mais do que 500 dos 1.800 hectares, o govêrno resolveu desapropriá-las, mediante o pagamento, em apólices estaduais. E, aos atuais ocupantes, o govêrno expedirá títulos de posse das respectivas áreas.

Desta forma, alcançaram os posseiros do Faxinal uma grande e merecida vitória, que há de servir por os demais posseiros. A união faz a força, mas, acima deste proverbio popular, o que decide mesmo é uma firme e irredutível posição de luta em defesa daquilo que é sagrado, que é de direito e que é inalienável.

Coluna do Leitor

SOLIDARIEDADE A CAMPONESES PRESOS

Do leitor Benedito Barbosa Milne, presidente da União Beneficente Operária de Santa Fé do Sul, Estado de S. Paulo, recebemos carta narrando a situação dos lavradores presos pela polícia do sr. Carvalho Pinto e de suas famílias. O missivista, após traçar o quadro de miséria em que vivem as famílias dos camponeses processados, apela aos leitores de NOVOS RUMOS para que enviem sua ajuda para mitigar o sofrimento de dezenas de mulheres e crianças.

REVOLUÇÃO DE 35

Do leitor José Praxedes de Andrade, de Salvador, Bahia, recebemos carta, relembando os acontecimentos de novembro de 1935 e sugerindo a publicação, em NOVOS RUMOS, de trabalhos alusivos às origens e conseqüências daquele movimento. O leitor José Praxedes de Andrade foi membro do govêrno revolucionário instalado em Natal, Rio Grande do Norte, em 1935.

ANIVERSÁRIO DE CASAMENTO

No dia 27 de novembro último, o casal Joaquim Teixeira Chaves, de Belo Horizonte, Minas Gerais, comemorou o seu 20º aniversário de casamento.

PANORAMA POLITICO

Do leitor Carlos Alexandre, de Valparaíso, São Paulo, recebemos uma poesia popular tendo como tema as lutas do povo e as promessas dos políticos. Publicamos abaixo a primeira estrofe do trabalho: A vida do pobre é dura Em nossa grande Nação Passa grandes amarguras Só come arroz com feijão atravessa grande penúria lavrando com a enxada o chão E o fruto do seu trabalho Vai todo pros tubarão

SINDICALIZAÇÃO

Do leitor Celso Alípio Franco, de Jau, São Paulo, recebemos carta denunciando arbitrariedades cometidas contra trabalhadores que constroem a Usina Hidroelétrica de Bariri e pedindo esclarecimento sobre o processo de sindicalização dos trabalhadores. Ao denunciar as arbitrariedades, o missivista informa que na construção da Usina estão sendo utilizados camponeses e, por esse fato, os salários pagos são inferiores ao mínimo estabelecido por lei. A falta de sindicalização, diz mais o leitor Alípio Franco, deixa os trabalhadores completamente a mercê da direção da hidroelétrica, que inclusive dispensa sem mais nem menos aqueles que lhe são «importunos».

UNIVERSIDADE DOS POVOS

Leitor Afonso Celso de Magalhães, Fortaleza, Ceará. Infelizmente não estamos em condições de prestar os esclarecimentos que nos pede. Aconselhamos a escrever diretamente para a Universidade da Amizade dos Povos, ou para o Instituto Brasil-URSS, rua México, 119 s/1506 — Rio.

COOPERATIVA

José Ribeiro, de Campos Mourão, Paraná, nos comunica a fundação de uma cooperativa de produção e consumo dos camponeses do local, entidade que vem recebendo a solidariedade das autoridades e líderes políticos da cidade. Com relação ao envio do jornal e ao recebimento de pedidos de assinatura, informamos à gerência.

PARTIDO NACIONALISTA

Do leitor Gonçalo Lopes de Souza, do Estado da Guanabara, recebemos carta sugerindo a constituição, no Brasil, de um partido progressista denominado «Partido Nacionalista do Brasil». Agradecemos as referências elogiosas a NOVOS RUMOS.

TRIBUNA DE DEBATES

Leitor Paulo Alves, Santa Maria (RGS). A seção «Tribuna de Debates» deixou de circular a partir do número 76, motivo por que não podemos utilizar seu trabalho.

ESTUDAR NA URSS

O leitor José Silvério Andrade, de Belo Horizonte (MG), nos pergunta como fazer para conseguir estudar medicina na URSS. Escreva para a Universidade da Amizade dos Povos, rua Kalinin, 16,

Moscou, candidatando-se a uma das vagas naquela casa de ensino para o ano de 1961.

INFORMAÇÕES

Leitor Carlos de Freitas Andrade, Diamantina (MG), recebemos sua carta e já estamos tomando medidas para apurar as informações que nos enviou.

UMA VIDA EXEMPLAR

Do leitor Henrique Kozlowski N.º 10, de São Gonçalo, Estado do Rio, recebemos missiva comunicando o falecimento do velho militante comunista Oswaldo Coelho de Mattos.

Solicitando a publicação da nota, diz o leitor: «Batalhador desde 1935, sua vida foi uma eterna difusão das idéias comunistas. Foi forte, corajoso, consciente e revolucionário até o fim. Sempre dizia aos jovens: «No comunismo não há mentira e não há comunismo não há verdade».

JOSÉ PEDRO

Do leitor José Pedro Silva, de Salto Grande, São Paulo, recebemos carta relatando a tragédia que ocorreu com sua filha, vítima das injustiças humanas, dos males de uma sociedade corrompida.

Ao sr. José e família, nossas sinceras condolências.

CANÇÃO A CUBA

Do leitor Manoel da Silva Santos, recebemos um poema de exaltação a Cuba, do qual destacamos a seguinte estrofe: O canto que paira nascido das con-

[tendas] Por que teus inimigos te buscam [silenciar] É este o canto de paz que acalenta O Cuba heroica de heróico alvissarar.

O PAPEL DA IMPRENSA

Fazendo críticas, levadas em conta pela direção do jornal, e ressaltando o papel da imprensa no movimento comunista, escreve-nos o leitor de Belo Horizonte, Joaquim Teixeira Chaves.

MILAGRE

Do leitor CERGIL, de São Paulo, recebemos uma carta em que ele critica a orientação de NOVOS RUMOS em relação ao caráter entreguista da candidatura do sr. Jânio Quadros e de esperança em relação à política do sr. JK. Dizendo que a situação do país não é difícil, CERGIL afirma inclusive que, hoje, com apenas dez cruzeiros a dona de casa pode trazer da feira montões de banana, cenoura e verduras. Estamos interessados em saber, para dar conhecimento aos leitores, onde é que se vende tão barato.

DESEMBARQUE DE GADO

Um leitor revoltado com o espetáculo que assistiu na estação de Gramacho, telefonou à redação de NOVOS RUMOS para deixar consignado o seu protesto. Disse que em aquela estação o desembarque do gado é realizado fora da plataforma, de forma que os bois caem do vagão uns em cima dos outros, quebrando as pernas, sob as vistas do agente da Estação. Tamanha desumanidade é assistida com revolta pelo povo. Afirmou o leitor que tais episódios ocorrem diariamente, sem que sejam tomadas quaisquer providências.

ERNANI SALDANHA

Faleceu em sua residência (Rua Marselha, 270, Bangu) o antigo militante comunista Ernani Saldanha da Gama. O extinto deixa viúva a sra. Francisca Saldanha da Gama.

NOVOS RUMOS

Diretor	Mário Alves
Diretor Executivo	Orlando Bomfim Júnior
Redator Chefe	Fragmon Borges
Secretário	Luiz Fernando Cardoso
Gerente	Guttemberg Cavalcanti
Redatores	Renato Azevedo, Paulo Motta Lima, Nilson Ateneu, Fausto Cupertino, Rui Facó, Solon Pereira Neto
Redação:	Av. Rio Branco, 257, 17º andar, S/1712 — Tel: 42-7344
Gerência:	Av. Rio Branco, 257, 9º andar S/905
SUCURSAL DE S. PAULO	Rua 15 de Novembro, 228 8º andar — S/827
	Tel: 37-52 64
Endereço telegráfico —	"NOVOS RUMOS" ASSINATURAS
Annual	Cr\$ 500,00
Semestral	" 250,00
Trimestral	" 130,00
Área anual, mais	" 200,00
Área trimestral, mais	" 100,00
Área semestral, mais	" 50,00
Número avulso	" 10,00
Número atrasado	" 16,00

Coisas e Loisas

Os de minha idade costumam afirmar que somos uma geração sofredora. Estou de acordo, num certo sentido: duas grandes guerras marcaram nossas vidas e outras guerras menores se encarregaram de ensinar o quanto é necessário a luta pela paz. Em 1914, éramos demasiadamente jovens para raciocinar; a guerra contra o fascismo levou-nos à tomada de posição consciente. Mas em compensação, como temos visto coisas e loisas! Como tem sido bela a vida que com luta vamos vivendo. Vimos no mundo nascer e crescer o socialismo; vimos o proletariado adquirir a consciência de sua força; vimos a derrocada do fascismo, revoltas e revoluções contra a opressão e o escravagismo; vimos povos libertar-se do jugo colonial e o começo da libertação imperialista, como é o caso de Cuba.

Uma geração sofredora é claro, mas uma geração atuante, ativa. Aqui mesmo neste nosso Brasil, a quantas lutas assistimos. Como é bom termos visto e sentido nesta última greve dos marítimos, portuários, ferroviários, o quanto a consciência de classes se fortifica, o quanto vai o proletariado brasileiro alimentando sua organização em defesa dos seus interesses. Greve de tanta importância na história do movimento operário brasileiro que obrigou definição de partidos, que fortaleceu a unidade de um proletariado que não tem direito de fazer guerras porque há um artigo na Lei de Segurança Nacional, como se a fome e a miséria pudessem respeitar artigos como esse.

Geração sofredora, sem dúvida porque conheceu a fome, a miséria, a opressão. Mas grande geração que assiste, acompanha como se o caso fosse seu, à luta dos argelinos pela independência, à luta dos cubanos pela liberdade de existir como povo e país sem a escravidão imperialista.

Ouve-se muito louvar o tempo da vovó, o tempo da mamãe. Naquele tempo não era assim. Claro que a carne custava mais barato, que a miséria ainda não assolava o mundo. Mas que eles também tiveram seus problemas, e graves, e sérios, nem há dúvida. Depois cada um de nós tem o dever de viver o momento em que vive e não ficar de braços cruzados, olhos para o alto pensando no passado.

E' o presente que importa, presente para preparar um bom futuro. Nossas crianças o terão. E para que elas o tenham é preciso que desarmemos os braços. Geração sofredora? Nem tanto. Geração atuante, isso sim. Vejam a beleza com que os jovens estudantes da UNE compartilham, tomam parte, agem. Estão sempre em luta, o que levou um vespertino reacionário — «O Globo» — outro dia a declarar que era espantoso que os estudantes estivessem defendendo Cuba e a Argélia (tão distantes) e não tivessem tido o menor entusiasmo pelo «Festival do Rio».

Não é formidável tudo isso? Pois é isso que nossa geração sofredora assiste e aplaude ou protesta, repudia ou aceita. Eu, por mim, quero viver mais dez anos. Porque nessas dez anos tenho a certeza que muita coisa vai acontecer para que eu morra senão contente (morrer sempre é chato) mas, pelo menos com «tarefa cumprida».



Tópicos Típicos

O Suplemento Dominical do Jornal do Brasil dedica seu último número, na quase totalidade, à II Exposição Neoconcreta, ora em realização no antigo Ministério da Educação. Publica, inclusive, uma fotografia em que aparece a exma. sra. Condessa Pereira Carneiro, dona do jornal, em visita à exposição.

A condessa, diante de um dos «bichos» da sra. Lygia Clark, ouve as explicações e comentários de Ferreira Gullar — comentários que devem ter sido muito espirituosos, a julgar pelo sorriso que ilumina a fisionomia da nobre senhora. Gullar dizia-lhe talvez, repetindo José Guilherme Merquior, que «os bichos de Lygia são a metáfora plástica do ser em si».

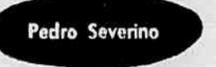
E' possível que o sorriso da sra. condessa, entretanto, nada tivesse a ver com as palavras do hábil Gullar, e fosse devido apenas à satisfação (natural numa representante do belo sexo) de estar sendo fotografada. Ou, também, que o sorriso resultasse de uma alegria de outro tipo, natural numa Diretora-Presidente de um grande jornal ou de uma grande empresa jornalística: a idéia de estar diante de uma inteligente promoção publicitária, que resultaria em certa forma de prestígio para o seu matutino e em maiores possibilidades comerciais para a sua empresa.

Há, ainda, outra causa hipotética para o sorriso tão cheio de simpatia da sra. condessa: é a causa, digamos, ideológica.

Ao espoucar o «flash» — quem sabe? — a nova aristocrática encarnação de Mecenaz, dotada de uma consciência de classe mais realista do que possamos supor, está simplesmente conjecturando algo assim: «Eis um grupo de jovens talentosos, sensíveis, aos quais não podemos, nós, da classe dominante, mistificar quanto à inaceitabilidade da ordem constituída. Já percebemos a natureza desumana da organização social em que vivemos e, indisciplinados como são, tornam-se potencialmente perigosos. Deixá-los, portanto, renegar o formalismo acadêmico, deixá-los revoltarem-se, investindo contra velhos cânones e velhos ídolos, cuidando, porém, para que não passem a trilhar um caminho revolucionário».

Ao lado da condessa, na fotografia, Ferreira Gullar também sorri. Em seu sorriso, por sua vez, deixa entrever sentimentos diversos dos da dona do jornal. O orgulho, talvez, do jovem que, cónscio de seus méritos, participa de um movimento que pretende, de fato, criar novos valores plásticos. Talvez uma alegre sensação de liberdade individual (cujo caráter relativo no momento não lhe ocorre), a impressão de que está fazendo o que quer, sem sofrer constrangimento algum. As manifestações preconceituosas de incompreensão quanto ao seu trabalho, responde com a inabalável dignidade de D. Quixote.

A burguesia de hoje estimula francamente as formas de rebeldia individual. E, se os moços artistas, interessados por questões sociais, dedicarem-se a estudar filosofia, como é o caso de muitos, achará sempre bom que eles leiam Heidegger e Merleau-Ponty, para afastá-los de Marx e Engels.



ALUNOS DO PEDRO II ORGANIZAM CORAL

Os alunos do colégio Pedro II, sede, acabam de inaugurar a sua «Associação de Canto Coral e Teatral». A cerimônia, realizada no último dia 3, no gabinete do diretor Clovis Montêiro, compareceram os diretores do Grêmio Pedro II-sede, representantes de vários grêmios do Estado e grande número de alunos. Em seu discurso de posse, o Presidente da Associação (também tesoureiro-geral do grêmio) agradeceu o apoio e o incentivo dados pelos professores e anunciou para breve a estreia do «Coral» dos alunos do Pedro II. Em caráter de experiência o «Coral» já fez uma apresentação, realizada no Automóvel Clube, no mês passado.

Está nas Livrarias
NOITE E ESPERANÇA
 de
MILTON PEDROSA
 «uma novela que se pode sem hesitação classificar de obra-prima»...
 «uma genuína obra de arte» (Astrojildo Pereira)
Preço Cr\$ 160,00
 Pedidos pelo reembolso postal para
Editorial Vitória Ltda
 Caixa Postal 165
 Rio de Janeiro — Est da Guanabara

IBÉRIDA

Entrou já em terceiro número (No. 3, aparecido recentemente, com certo atraso) está dedicado a insigne cientista brasileiro — o professor Sousa da Silveira. Este grande filólogo brasileiro realmente mereceu a atenção dos editores da *Ibérica*. Depois do prof. Antenor Nascentes — mentalmente e quanto à sua infatigável capacidade de trabalho o mais jovem dos filólogos brasileiros — e do prof. Serafim da Silva Neto, cuja recente morte, tão prematura e dolorosa, foi lembrada nesta revista — é Álvaro Ferdinando de Sousa da Silveira o maior representante da importante pleiade atual dos filólogos brasileiros, que, com a sua

sólida cultura, contribuíram, eficazmente, para elevar a um alto nível a pesquisa filológica no Brasil. Embora o prof. Sousa da Silveira — antigo professor da Universidade do Distrito Federal... (1935-1937) e catedrático aposentado da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1939-1953) — não deixasse uma enorme «avalanche» da produção científica (como os dois outros professores citados acima), publicou livros que, devido à sua solidez, pertencem ao melhor que foi escrito sobre a língua portuguesa. As suas *Lições de Português* (1921 e muitas vezes reeditadas, última-

Prof. ZDENEK HAMPEJS

Albânia 1960: a Reforma do Ensino

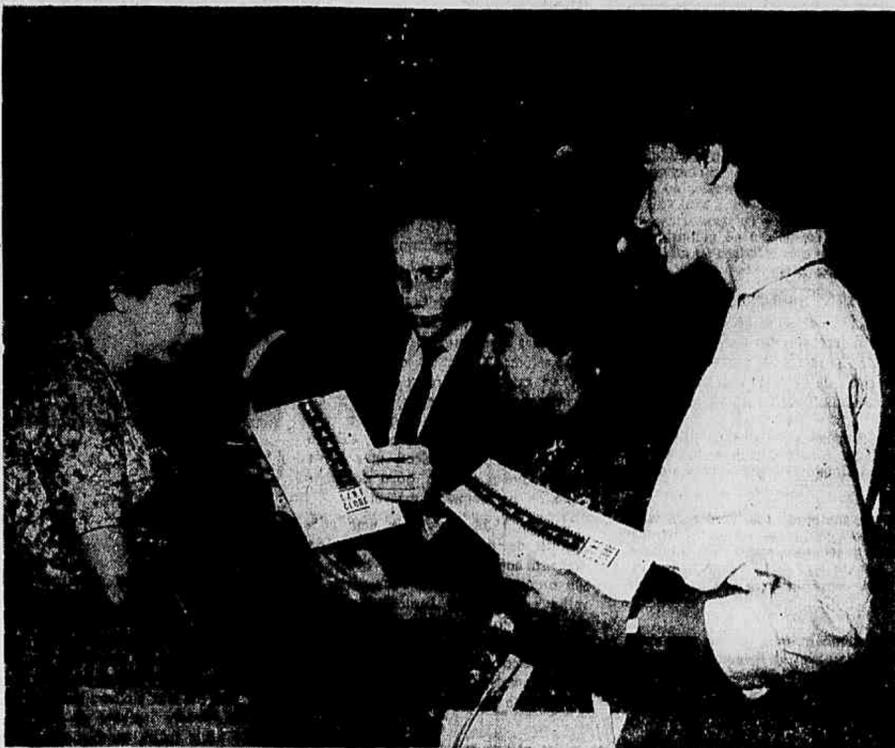
A propósito das comemorações do 16.º aniversário da libertação da Albânia do jugo fascista e da proclamação da República Popular naquele país, a Associação de Intercâmbio Cultural Brasil-Albânia deu a público um trabalho preparado pelo professor Paschoal Leme. O opúsculo, além de dar uma visão de conjunto da história e do desenvolvimento da terra albanêsa, apresenta com detalhes a reforma do ensino recentemente realizada naquele país.

aguarde:

BRASIL SÉCULO XX

Rui Facó

Uma interpretação marxista da atualidade brasileira
 Editorial Vitória



Cine-Clube: Informação e Orientação

Está circulando o primeiro número da revista «Cine-Clube», publicação destinada a informar e orientar o público sobre os problemas estéticos e econômicos do cinema nacional e mundial. A publicação, que foi lançada festivamente na feira de livros da Cinelândia (foto), traz em seu primeiro número trabalhos sobre a obra de Mário Peixoto, com extratos do roteiro de «Limite», e sobre a legislação bra-

silveira no terreno cinematográfico. «Cine-Clube» é dirigida por Marcos Silveira de Farias e conta com numerosos colaboradores, entre os quais Alex Viany, Vinícius de Moraes e Pedro Lima.

Notas Sobre Livros

Só nestes últimos dias pude compulsar mais de perto os três volumes iniciais da Coleção Temas Brasileiros, publicados pela Editora Conquista: *Exodo Rural no Brasil*, por Francisco de Camargo; *Amazônia — Natureza, Homem e Tempo*, por Leandro Tocantins; *A Insurreição Praieira (1848-49)*, por Edison Carneiro. A coleção é dirigida por Artur César Ferreira Reis, pesquisador e escritor de merecido renome, e estes três volumes nos proporcionam uma substancial demonstração de seriedade científica.

Gostariamos de nos estender na apreciação de cada um destes livros; mas o espaço não nos permite senão uma breve notícia, com o objetivo de chamar a atenção dos estudiosos para os assuntos a que são consagrados.

Exodo Rural no Brasil é prefaciado pelo Prof. Paul Huguon, da Universidade de São Paulo, a cujo corpo docente pertence igualmente o autor do livro, Prof. José Francisco de Camargo. Trata-se de um estudo do maior interesse sobre a demografia econômica brasileira, no qual são examinadas, em capítulos sucessivos, as formas, as causas e as principais consequências econômicas do fenômeno de migração interna das nossas populações rurais. O Prof. Camargo é um economista de boa formação universitária, que sabe orientar suas pesquisas por seguro critério metodológico, e isto lhe permite impregnar seu livro de excelentes qualidades de vigor e clareza. Se bem que discordando de suas posições teóricas, não nos custa reconhecer os méritos deste volume, que representa uma contribuição muito positiva ao estudo dos problemas econômicos, políticos e sociais relacionados com o fato do exodo rural no País.

O volume de Leandro Tocantins, *Amazônia — Natureza, Homem e Tempo*, divide-se em duas partes, que se desdobram em oito capítulos assim intitulados: «O espaço físico-social» — «O processo econômico» — Crônica das gentes, das plantas, dos animais — «A Técnica de produção e o comércio seringueiros» — «A civilização da borracha» — «A outra Amazônia. O abuteco exterior» — «Revolução e consagração da borracha» — «Seringa, seringueiro e dante a bibliografia utilizada pelo autor, que se serve igualmente de boa copia de experiência direta no trato de muitos dos problemas abordados na obra. Suas interpretações sociológicas não são descuradas, pois que resultam de pontos-de-vista teóricos também discutíveis; mas o livro faz qual se apresenta nos oferece precioso repostório de materiais e sugestões sobre o mundo amazônico, terras brasileiras que permanecem desconhecidas e abandonadas, e cujas imensas riquezas potenciais constituem, por isso mesmo, alvo predileto de cobice imperialista. Neste ponto precisamente das cobice imperialistas, que Leandro Tocantins não desconhece, parece-nos entretanto que o autor assume uma posição de condescendência que a nosso ver não se justifica de maneira nenhuma. A lição melhor que se pode tirar de seu livro consiste em alertar a Nação para a necessidade cada vez mais premente de integração da Amazônia no complexo econômico, social e cultural da Pátria comum, nem há outro meio de podermos enfrentar e barrar os desígnios cobiceiros do imperialismo — concretamente do imperialismo norte-americano, que é o que mais de perto e mais cobiceosamente ameaça subtrair-nos a imensa potencialidade escondida no seio daquelas terras sem fim.

Sobre o livro de Edison Carneiro — *A Insurreição Praieira (1848-49)*, não há meio termo: ou se fala muito ou se fala pouco. Mas o menos que se pode dizer dele é que se trata de trabalho de primeira ordem, a melhor história e a mais correta interpretação daquele movimento insurrecional. Edison Carneiro já nos havia dado *A República dos Palmares*, a que agora vem juntar-se este volume de *A Insurreição Praieira*, dois modelos, de como se pode e se deve fazer a história dos grandes momentos revolucionários do passado brasileiro. *A Insurreição Praieira* foi um movimento nitidamente nacionalista e cheio de implicações sociais — nesta dupla feição residindo o seu maior interesse, interesse ainda de plena atualidade. O livro de Edison Carneiro nos faz compreender adequadamente, isto é, em sua perspectiva histórica, o que significa tudo isso. Acrescentamos que o volume é valorizado pela transcrição dos principais documentos deixados pela insurreição.



NOVOS LIVROS

Com o comparecimento de nomes mais expressivos dos meios intelectuais, realizou-se sexta-feira última, na Livraria S. José, o lançamento dos livros «Homens, livros e idéias» e «Ensaio, história e economia», do prof. Pinto de Aguiar e da 2.ª edição do «O Médio S. Franciscano», de Wilson Lins, ambos baianos. O ato foi patrocinado pela Livraria Progresso Editora, pela Livraria S. José e pela Casa da

Bahia e ao mesmo estiveram presentes, entre outros, o reitor Calmon, Astrojildo Pereira, Eneida, Dalcídio Jurandir, R. Magalhães Júnior, Jorge Amado, Dias da Costa e muitos outros. Na ocasião, os autores autografaram exemplares para o público. No clichê, Pinto de Aguiar autografando um exemplar de «Ensaio, história e economia».

D. Lygia Desmascara a Campanha da "Lanterna" Contra os Vereadores

Os antigos vereadores cariocas, que agora vêm posto em questão o título de deputados que lhes foi dado pela Lei que criou o Estado da Guanabara, ganharam na semana passada uma valiosa e inesperada defensora: sua colega D. Lygia Lessa Bastos. Em vigorosas declarações à imprensa, esta vereadora udenista saiu em campo para defender a transformação dos vereadores em deputados, e, no mesmo tempo, para denunciar os autores do «Ato Institucional» — assim designado o projeto de lei elaborado pela liderança udenista na Constituinte, visando à extinção pura e simples da Câmara de Vereadores — como serviços da Light e de outros sonegadores de impostos.

A participação de D. Lygia nessa campanha, ao lado dos vereadores, é inesperada, de certo modo, por ser ela membro destacado da UDN carioca; o bloco udenista é precisamente o maior interessado na cassação dos mandatos dos vereadores, pois isto deixaria Lacerda com maioria parlamentar quase assegurada e de graça, ao passo que a incorporação dos 30 constituintes aos 30 vereadores, para formar a futura Assembleia Legislativa, obrigaria o líder lanterna, seja a conformar-se com uma forte oposição ao seu governo, seja a fazer contatos desmoralizantes com grupos de vereadores-deputados, para obter uma cómoda maioria. D. Lygia, entretanto, parece não ter levado muito em conta o interesse de Lacerda no assunto.

A vereadora da UDN, na verdade, sempre teve diferenças com o grupo Lacerda-Adauto Cardoso, que domina a seção carioca de seu partido. Ela se projetou, pelo contrário, ao lado de seu colega Paulo Areal, também da UDN, como integrante do grupo mais combativo de vereadores que lutam contra as ladrocinhas e crimes da Light. Por isso, e também porque ela não pode ser acusada de agir em benefício próprio, uma vez que foi eleita para a Constituinte, sua tomada de posição ao lado dos vereadores tem, para estes, um caráter especialmente v.

As longas declarações escritas distribuídas à imprensa por D. Lygia Lessa Bastos são um verdadeiro libelo contra a liderança de seu partido na Câmara Constituinte, entregue ao ultra-lanternista e especialista na chantage política, Amaral Netto, e enfiada por alguns elementos da linha do aristocrático reacionário, como Alomar Balseiro, Tienistocles Cavalcanti e Sandra Cavalcanti. Depois de estranhar a atitude desses colegas seus, que pretendem, sob o pretexto de inconstitucionalidade, deixar de cumprir dispositivos de leis cuja validade seja aceita apenas no que satisfaz as ambições ou os caprichos de grupos ou facções, D. Lygia observa:

«Evidentemente, a competência para apreciar a constitucionalidade das leis cabe aos tribunais. Quem tiver dúvidas, pois, sobre a Lei n. 3.732 (que criou o Estado da Guanabara e determinou a incorporação dos constituintes aos vereadores, para formar o Legislativo), ou partes dela, recorra ao poder judiciário, mas cumpra e respeite a lei, porque, de outra forma, estará atentando contra a própria organização político-administrativa do Estado.»

Indo adiante, D. Lygia denuncia os propósitos escusos da campanha contra os vereadores, e que apoiada pela Light e outros grupos econômicos, cujos interesses são contrariados, sobretudo ultimamente, por alguns atos da Câmara. Afirma D. Lygia:

«No momento em que vivemos convém, sobretudo, não perder de vista a ação solerte dos chamados «inocentes úteis» que, procurando retribuir serviços eleitorais à custa da comunidade, se preocupam apenas em anular a ação dos que, no cumprimento do dever, exigem que as Companhias concessionárias de serviços públicos cumpram seus contratos e os sonegadores de impostos paguem o que devem.»

A atitude de D. Lygia provocou, imediatamente, uma crise e uma cisão nas hostes lanterneiras, e serviu para alertar também os membros de outras bancadas na Constituinte que estão apoiando a campanha udenista contra os vereadores interessados na prorrogação de seus mandatos, de dois para cinco anos, que seria possibilitada pela extinção da Câmara de Vereadores.

Das Páginas de Cervantes Para a Tela de Cinema

Qual maravilhoso milagre a figura esguia de DOM QUIXOTE deixou as páginas seculares de Cervantes e criou

Teatro

Notas e Comentários

Se o ano corrente esteve frágilíssimo no setor teatral, nestes últimos meses, então, esta de maneira que o crítico se vê, totalmente sem assunto a comentar, por falta de espetáculos. Nada de novo em cartaz. E quando há e aquele gênero que por questão de higiene mental, deve ser evitado. Felizmente, no setor infantil, nota-se grande interesse em preparar as peças de amanhã, criando novos grupos que se dedicam exclusivamente ao teatro para crianças. Presentemente se realiza, com sessões aos domingos, no Teatro Tijuca, o "1.º Festival de Teatro Infantil". Primeiro de iniciativa particular, pois tivemos, nos anos passado e atrasado, mais ou menos por esta época, dois festivais idênticos, de iniciativa oficial, ou seja, orientados e supervisionados pelo Serviço Nacional de Teatro. Iniciou-se no domingo passado, com a peça da poetisa Stella Leonardos "O Caso dos Pirlampinhos", que já comentamos aqui. Damos agora, a programação para os próximos dias:

14 — A Língua de Noé — do Grupo Teatro Aparte; dia 4 — Plá-Plá-Plá-Plá — do grupo Passaro Azul — A peça de Silva Moneira; dia 10 — A Formiguinha que Foi à Lua — Empresa miguinha que Foi à Lua — Empresa Teatro Carrusel — A peça de Zuleika Mello; dia 11 — O Bôbo das Advinhações — pelo Grupo Teatro do Solar; dia 18 — Peripeças na Lua — Teatro Experimental de Arte — Peça do poeta Waldir Ayala; dia 25 — O Chapeuzinho Vermelho — Grupo Dramático Brasileiro — peça de Maria Clara Machado; dia 31 — O Príncipe Negro — grupo Pinguim; dia 1/1 — O Rei Mentiroso — Empresa Paulo Gama — autor Graça Melo Filho; dia 7 — Um Génio na História — grupo Os Peregrinos; dia 8 — O Rei Bôbo — Constelação Teatro de Arte; dia 14 — O Vestido de Estrela Flor — Comediantes da Belacap; dia 15 — Pluft, o Fantasminha — grupo Os Interpretés — autora Maria Clara Machado.

Como vêem, são 12 grupos se dedicando ao teatro infantil. Exclusivamente, e o que nos consta, ótimos propósitos que nem sempre atingem suas finalidades. Para fazer teatro infantil, é preciso ter pelo menos, alguns conhecimentos pedagógicos. As mães procurem se informar antes de levarem as crianças. Peças com elementos de terror, devem ser evitadas. Das enumeradas, recomendamos, e podem levar seus pequeninos sem susto: "A Formiguinha", o "Plá-Plá-Plá-Plá" e as duas de Maria Clara: "Chapeuzinho Vermelho" e "Pluft". Das outras não temos informações. Não as vimos. Os preços são os cobrados atualmente em cinema — Cr\$ 60,00. O Teatro da Tijuca, Rua do Conde de Bonfim, 422. As sessões podem ser feitas pelo telefone 28-1039.

vida na pele do ator soviético Nicolai Tchercassov. Agora Dom Quixote corre mundo, vivo e falante, acompanhado pelo seu fiel amigo Sancho Pança, interpretado por outro grande ator — Juri Tolubiev.

Não pense, porém, que o filme e uma das comédias para rir «a bandeira despregada». Muito ao contrário. Fiel ao grande livro de Miguel de Cervantes possui um tratamento poético comovido. Em realidade os momentos de comichidade são breves passagens espirituosas. Intencionalmente, procurou-se dar um tom dramático em que a dignidade do herói, o cavaleiro da triste figura, ressalta diante da pequenez de uma nobreza insignificante. Delirante sim, mas um delírio idealista, cheio de nobres sentimentos e de ternura pelos homens.

O que contrasta profundamente para o nosso público, acostumado às contrafações de numerosas obras literárias realizadas em Hollywood, é esta seriedade respeitosa com que o diretor Gregori Kozintsev realizou o seu Dom Quixote. Medindo a enorme responsabilidade de adaptar obra tão rica preferiu a fidelidade ao espírito da obra ao efeito fácil, à comichidade exagerada.

É claro, para realizar uma película como esta não se pode prescindir de uma cuidadosa preparação do guarda-

O DISCO É O SEU MAIOR INIMIGO

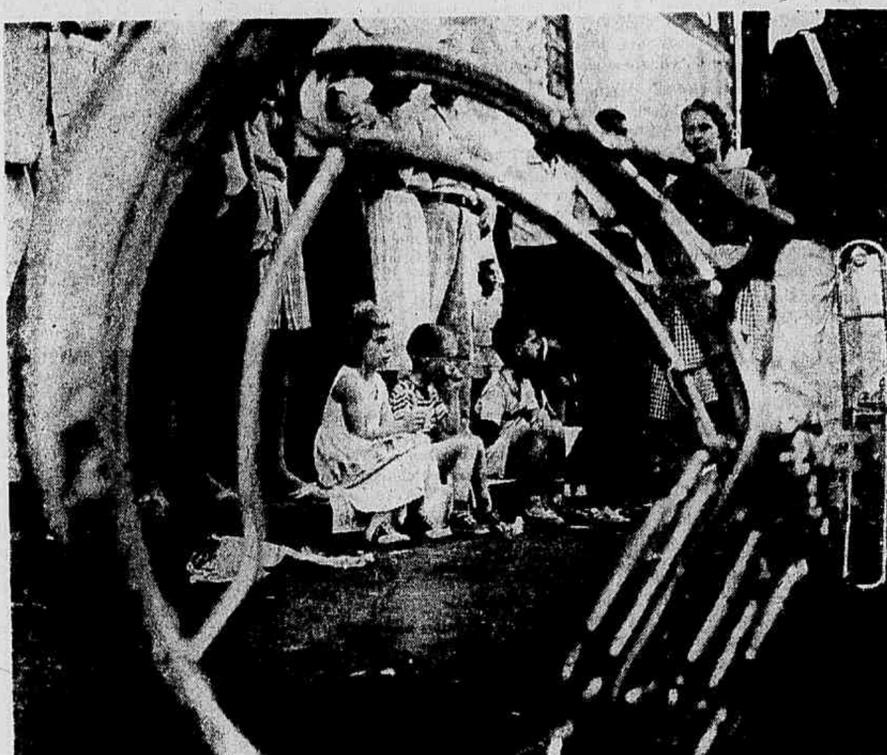
Músicos Vivem Tocando a Canção do Desemprego

Como o condenado que cava a própria sepultura antes de ser executado, músico no Brasil enterra sempre um pouco mais as possibilidades de um emprego estável quando grava um disco. O que se poderia chamar de automação no campo da música, invadiu as emissoras de rádio no país e o disco, a cada dia que passa, substitui mais e mais a atividade do músico na programação normal. O fenômeno é mais ou menos recente e vem se acentuando de maneira impressionante nos dois grandes centros da vida artística do país, São Paulo e Rio.

Oportunidades

O rádio, dentre as oportunidades que tem o músico para encontrar trabalho, era o que mais possibilidades oferecia. O número de emissoras existentes, a concorrência, levavam à formação de orquestras permanentes, criavam um mercado de trabalho mais amplo que, aliado às outras manifestações artísticas que exigiam o emprego da música, davam uma certa estabilidade aos profissionais e levavam mesmo a estimular o estudo da arte. O rádio começou a fechar as suas portas aos músicos dando lugar ao disco, ao mesmo tempo que as dificuldades começaram a surgir em outras seções. O campo de atividades foi se estreitando cada vez mais, e o instrumentalista começou a pular de galho em galho para garantir a subsistência. Na Guanabara, hoje, existem cerca de 3.000 músicos, dos quais uma pequena minoria goza do privilégio de um emprego estável.

Em 1934 não havia uma categoria de nome, um restaurante de primeira categoria que não tivesse a sua orquestra — conta ao repórter o velho músico Julio Fantauzzi, diretor do Sindicato da categoria e velho profissional. — Hoje tal não existe e nem mesmo os grandes hotéis da cidade, como o Copacabana, se dá ao trabalho de manter uma orquestra pa-



Greve dos instrumentos

ra funcionar nos seus restaurantes e na buate. O fenômeno, revelador de uma situação, adquire maior gravidade em virtude do fato de se repetir em estabelecimentos de diversão que têm na música um dos motivos de atração. O disco invadiu também as buates e grande parte delas, no Rio e em São Paulo, trocou o conjunto pelas facilidades de uma «Hi-Fi».

Quanto vale o trabalho

O músico não é bem remunerado. Aquêles contratados pelas emissoras recebem um salário médio de 15 mil cruzeiros, os da Orquestra Sinfônica do Teatro Municipal são mais afortunados pois podem atingir um padrão de salário de 22 mil cruzeiros. Esses são os privilegiados, pois a grande maioria, que não tem emprego fixo, vive mesmo à base do cachê. A televisão, por um dia de trabalho está pagando 800 cruzeiros; o rádio, em média 500 e os bailes rendem de 200 a 450 por hora. A gravação, ramo que oferece mais oportunidades, vale em média 450 cruzeiros à hora para o músico.

Levando-se em conta as condições de vida do país, o próprio nível do atual salário mínimo da Guanabara, chega-se à conclusão de que os preços no mercado da música estão bem por baixo. Um profissional estuda geralmente 9 e 10 anos para conseguir um nível de execução aceitável. Os cursos existem e dão uma condição cultural acima da média do artista, isto, entretanto, não é levado em conta na apreciação do valor monetário do trabalho fornecido pelo músico, sempre inferior à sua real capacitação. Não é por acaso que o número de estudantes da Escola Nacional de Música vem diminuindo sensivelmente, fato este, inclusive, que prejudica o próprio desenvolvimento da arte no Brasil.

A desvalorização e o descaço pelos profissionais chegaram a tal ponto que emissoras como a «Rádio Gazeta» de São Paulo, que sustentava toda a sua programação sobre a música de primeira qualidade, com os conjuntos orquestrais que contratara (uma boa orquestra sinfônica e uma orquestra de música ligeira), suspenderam completamente os programas desse tipo e passaram a utilizar apenas discos. No Rio tal ocorreu com a Rádio Jornal do Brasil, a Mayrink Veiga e a Rádio Globo. Todas elas mantinham sob contrato conjuntos orquestrais, despediram os músicos e recorreram aos discos. Hoje, no Rio de Janeiro, a única emissora que mantém um «cast» de músicos é

No Brasil, quando um músico é contratado para tocar em algum lugar, embora recebendo sempre remuneração muito abaixo do valor de seu trabalho, é como se acertasse na Loteria. Por isso, o Sindicato e a União dos Músicos estão dispostos até a entrar em greve para se defender da enxurrada das «hi-fi», fator de desemprego.

a Nacional que, por isso mesmo, através de ameaças veladas, procura impedir qualquer luta por melhoria de salários que os seus contratados tentam encetar.

O sindicato e a luta

A classe tem um sindicato que conta com 1.594 associados. A entidade, em virtude da própria situação dos músicos, a maioria dos quais não tem emprego estável e por isso mesmo não paga imposto sindical, vive com grandes dificuldades. Mesmo assim e com a colaboração da União dos Músicos, vem ele realizando um trabalho de esclarecimento e organização e tem tomado algumas medidas importantes visando à regulamentação da condição profissional dos músicos.

Encontra-se no Senado, para aprovação, o projeto 699-1959, que cria a Ordem dos Músicos do Brasil e dispõe sobre a regulamentação da profissão de músico. A matéria é de maior relevância para a classe pois dá personalidade profissional e artística definitiva a uma categoria até agora completamente desamparada. Ao mesmo tempo, cria uma legislação específica de proteção ao músico, impedindo os abusos que vêm sendo cometidos até hoje no que se refere ao aproveitamento de artistas estrangeiros em detrimento dos nacionais. Nesse sentido, o projeto já aprovado pela Câmara Federal estipula que as orquestras, os conjuntos musicais e os cantores estrangeiros, além de ter limitado o prazo de permanência no país, quando contratados por empresas de radiodifusão e

de televisão, por casinos, buates e demais estabelecimentos de diversão, só poderão nelas trabalhar quando a empresa que os contratou também contratar, pelo mesmo período e pagando o preço que pagam aos estrangeiros, um igual número de músicos brasileiros.

Em relação à luta por melhores salários, o sindicato está estudando já uma tabela que deverá ser aprovada pela classe. Nela serão fixados um salário mínimo para o profissional, assim como o preço pelo trabalho de gravação e outros.

Festa dos músicos e Harry James

O sindicato e a União dos Músicos fizeram realizar, de 15 a 22 de novembro, a semana da Música. Uma série de manifestações marcou o acontecimento, entre elas a eleição da rainha dos músicos, a cantora Elen de Lima, e um baile de coroação realizado no Maracanãzinho. A festa foi de congratamento dos músicos e, aproveitando a presença do «band-leader» Harry James, seus colegas brasileiros pretenderam homenageá-lo, fazendo realizar um concerto de música popular no Tijuca, Harry, apesar dos músicos de sua orquestra terem aceito o convite, recusou-se terminantemente a participar da homenagem alegando que fazia tal em represália ao que ocorreu com ele no México (?), quando teve de realizar um espetáculo com renda total para o Sindicato dos Músicos do país do Norte.

Escândalo da «Barbará»

VITÓRIA — Provocou a mais profunda indignação entre a população desta capital e de Cachoeiro do Itapemirim, a escandalosa concessão do governo à firma «Barbará S. A. — Fábrica de Cimento Portland», isentando-a do pagamento de impostos pelo prazo de 20 anos, assim como outorgando-lhe o direito de poder ceder ou transferir, a quem lhe convier, o conjunto industrial que forma o atual patrimônio da empresa no municí-

pio de Cachoeiro do Itapemirim, gozando, nesse caso, «isenção do imposto de transmissão de propriedade e taxas com ele relacionadas».

O escandaloso ato do governo do Estado, sancionado pela Assembleia Legislativa, prevê também outras regalias à empresa, entre elas a da venda de uma área de 500 hectares, da Fazenda Monte Libano, para exploração de jazidas de calcário, pelo preço de 5 mil cruzeiros.

PALAVRAS CRUZADAS

F. Lemos

PROBLEMA N.º 35

HORIZONTAIS: 1 — Artigo masculino plural. 3 — Alvo. 6 — Moeda italiana. 8 — Artigo feminino plural. 9 — Desferir voto. 11 — Rio da União Soviética. 13 — Oceano. 15 — Nome próprio feminino. 17 — Em a. 18 — Nome grego do deus do Amor. 20 — Adoleto. 21 — Sobrenome popular.

VERTICAIS: 1 — Órgão da vista. 2 — Sétima nota da escala musical. 3 — Molestia. 4 — Mácula mural. 5 — Artigo feminino plural. 7 — Pista de corrida de cavalo. 10 — Querer muito bem a. 12 — Nome próprio masculino.

1	2	3	4	5
6	7	8	9	10
11	12	13	14	15
16	17	18	19	20
21	22	23	24	25



Russos Interpretam Cervantes

Que melhores encarnações de Dom Quixote e Sancho Pança poderiam ter? Juri Tolubiev com seu rosto vivo e ar de autoridade e uma grande relação de comediante.

(Conclusão da 8.ª página)

Há um Plano Esso em Marcha Para Liquidar a Petrobrás

dentemente, na Lei nº 2.004, que instituiu no Brasil o monopólio estatal do petróleo, essa falha, permitindo a existência de refinarias particulares; mas essa própria lei estabeleceu que, dos lucros de tais refinarias, uma certa percentagem destinasse ao Fundo de Pesquisas. Pois bem, isto, que é obrigação, é lei, até hoje não foi cumprido. Essas refinarias já amealharam cerca de dois bilhões, que devem à Petrobrás, para o Fundo de Pesquisas. Entretanto o Conselho Nacional do Petróleo manobra da melhor maneira para que essas refinarias não paguem a Petrobrás!

O SR. GABRIEL PASSOS — Perfeitamente.

O Sr. Fernando Santanna — Isso está na lei, mas não vem sendo cumprido.

O SR. GABRIEL PASSOS — O relatório Geysel prova essa circunstância.

O Sr. Fernando Santanna — V. Ex. se referiu aos homens que, diante do debate dos problemas nacionais ficam com a cara parada como se fosse um pedaço de mármore. Há poucos dias, numa discussão desse tipo, saindo da minha condição de engenheiro, disse a esses técnicos que eles tomassem cuidado, porque este petróleo que hoje temos no Brasil, o País não deve aos falsos técnicos mas a homens leigos, como Monteiro Lobato e Oscar Cordeiro.

O SR. GABRIEL PASSOS — Exatamente. Muito bem.

O Sr. Fernando Santanna — Foram esses leigos que deram petróleo ao Brasil, contra a opinião de Glycon de Paiva, de Oppenheim e Oto Leonardo, todos eles manipulando uma falsa geologia, tentando provar, por não sei quantas idéias falsas que o Brasil não tinha petróleo. Esse clima de falsos técnicos, de falsos geólogos que se está impondo no Brasil pode fazer com que voltemos à fase dos leigos, porque estes darão petróleo ao nosso País. (Muito bem, Palmas).

O SR. GABRIEL PASSOS — V. Ex. tem toda razão. Quem lê o relatório de Ernesto Geysel verifica as tergiversações, as indignidades praticadas por Capuava, por furtar-se a essa obrigação. Nem lhe faltam advogados administrativos, alguns dos quais se fingem nacionalistas para melhor encaminhar suas injustas e falsas máquinas. (Muito bem).

Intocável é o Monopólio Estatal

É necessário que a opinião do País, que homens que nada têm a lucrar pessoalmente com a questão ou os negócios do petróleo, mas que amam esta terra e desejam vê-la engrandecida através de uma fonte de riqueza preciosa como é o petróleo, é preciso que todos se mobilizem apontando erros e deficiências, deficiências também da Petrobrás, porque intocável é a política monopolista instituída pelo Congresso. (Muito bem; palmas) — que, mesmo assim, pode ser tocada, para ampliar-se o sistema monopolista. Mas a administração viciosa, rotineira, empreguista, tardinha e ineficiente essa deve ser verdadeira, (palmas), porque não queremos que se entregue a homens incapazes a defesa de riqueza como esta.

O Sr. Ivan Luz — Nobre Deputado, a atenção com que a Câmara ouviu o discurso de V. Ex. e os aplausos com que o pontilha estão demonstrando que, realmente, a Nação ganhou a consciência da autenticidade do problema do petróleo, da necessidade de defesa daquilo que é genuinamente nosso. Eu, que há pouco ingressei nesta Casa, acompanho a atuação de V. Ex. com a mesma emoção com que hoje

reço a oportunidade de apartear-me e de colaborar com V. Excelência.

O SR. GABRIEL PASSOS — Generosidade de V. Ex.

O Sr. Ivan Luz — Essa consciência que homens como V. Ex. já sedimentaram neste País, parece-me, nobre Deputado, deve ser ampliada para outros setores, a fim de que o nosso nacionalismo seja realmente de tipo integral. Ainda há pouco, chamei a atenção desta Casa para o problema do ferro, e V. Ex., por motivos particulares, não pôde assumir o seu posto na Comissão de Inquérito da qual é relator.

Então, a V. Ex. sugiro que lidas essas energias, que V. Ex. dedica a defesa do petróleo, sejam empregadas, também, na defesa das nossas reservas ferríferas. E, nobre Deputado, se a sua bondosa tolerância ainda me permite, quero dizer que há muito venho sentindo a necessidade de criar outra consciência no País, no que se refere, diretamente, ao problema do petróleo. Não é mais só «o petróleo é nosso», mas também «o café é nosso», porque, está entregue aos trusts internacionais aquilo que, de fato, representa a retaguarda da política petrolífera, isto é, a política do café. De tal maneira esses grupos internacionais estão manipulando o café brasileiro, que precisamos levantar a bandeira de «o café é nosso», pois, sem café não defenderemos a política do petróleo. Desejo, então, que esse impulso ingente despertado por homens como V. Ex. vire-se, também, para o café, que se encontra em situação de estrangulamento total, pois para atingir o petróleo, estão começando a brocar nosso café.

O SR. GABRIEL PASSOS — Vossa Ex. tem toda razão. O meu nacionalismo e dos companheiros desta Casa dá prioridade, sobretudo, às questões de energia, porque sem energia — seja ela oriunda do petróleo, seja do carvão, da eletricidade, atômica, seja solar, seja dos mares e dos ventos, seja, enfim, energia de qualquer fonte — sem o seu domínio não pode haver nem indústria, nem progresso, nem liberdade econômica para o País. Estabelecida a prioridade para o problema da energia, cumpre que defendamos aquilo que constitui a base da industrialização de um país: o ferro, o manganês, os minerais necessários à indústria básica.

Os Estados Unidos são hoje uma grande e desenvolvida nação porque seu povo seja superior ao nosso? Não! Porque não existem povos superiores, desde que todo material humano é sempre do mesmo barro. Mas porque ali se descobriu, em tempo, abundantes minas de carvão mineral e em seguida petróleo. E quando o carvão mineral, que constitui a base de domínio da Inglaterra, também foi descoberto nos Estados Unidos, que em seguida descobriu e aproveitou petróleo, antes dos outros povos, passou a soberania dos mares para a nação americana, pois outra fonte de energia mais poderosa se apresentou ao mundo.

As fontes de energia constituem, na verdade, elemento básico para se assentar sobre elas a independência econômica e política de uma nação.

Nos Estados Unidos houve sempre, também abundância de minério de ferro e de manganês e ainda hoje, se encontram na Quinta Avenida meios-fios de aço, que certamente vão ser aproveitados agora como sucata porque em vista da imensa industrialização daquele país suas reservas exurem. E a prova disso é que os grupos ferríferos americanos voltam suas vistas para os países que possuem essa riqueza, a fim de manter a base de sua

grande industrialização, com o que mantém sua principal fonte de riqueza e, conseqüentemente, fica assegurado para seu povo um padrão de vida elevado.

Nós hoje, que estamos com 70 milhões de habitantes; sabido que a população no Brasil se duplica em 25 anos, daqui a 25 anos teremos 140 ou 150 milhões de habitantes e, em meio século, 300 e tantos milhões. Meio século não é tempo na vida de uma Nação. Já teremos porém 300 milhões de habitantes fortes, saudáveis, prósperos, com bom padrão de vida, se preservarmos as nossas fontes de energia, se preservarmos a base da nossa industrialização, (muito bem) como o ferro, como o manganês e outros materiais. (Muito bem. Muito bem, Palmas). Não adianta a vangloria de possuímos 300 milhões de habitantes, se esses habitantes viverem miseravelmente, como os milhões de habitantes da Egipto, como os milhões de habitantes da China até há poucos anos, como a Índia até há poucos anos. Não adianta ter população numerosa, se essas populações não encontram meios de produzir, de alimentar-se, vestir-se, instruir-se, para elevar-se, para trabalhar, para viver. Não adianta a massa numerosa, o pobre e triste rebanho humano! O que adianta, o que é relevante é que população numerosa, sadia, operosa, feliz, disposta de fontes de riqueza capaz de transformar-se em enriquecimento do povo.

Achamos perfeitamente, natural que os Estados Unidos lancem as vistas para os outros países, e desejem transformá-los em suas fontes de matérias-primas, ou em mercados consumidores de sua produção. O que não achamos natural é que tais países, como o nosso, aceitem este mesmo destino e a ele se submetam. O que não achamos natural é que esses países se sujeitem ao papel miserável de entregar ao estrangeiro as suas riquezas, vivendo depois subjugados ao domínio deles, porque não souberam segurar aquilo que Deus lhes deu através da Natureza.

O Sr. Fernando Santanna — Ficando na miséria e com as minas dilapidadas.

O Sr. Milton Reis — Nobre orador, desejo acrescentar à brilhante e patriótica oração de V. Ex. pequeno aparte. Voltando ao caso das refinarias, apresentamos à consideração da Câmara, há 15 dias, requerimento para que o Conselho Nacional do Petróleo desse as razões pelas quais não havia aplicado sanções às refinarias particulares de petróleo, particularmente a de Capuava, que, desde 51, não tem pago a quota de contribuição devida a Petrobrás. Sabe a Casa e V. Ex. já pontificou, que a pesquisa, a prospecção é o ônus, o prejuízo, enquanto o refino e a distribuição oferecem lucro. Portanto, as refinarias particulares incumbidas de pagar sua contribuição, não o vêm fazendo, sendo que Capuava desde 1951. Quanto à parte do manganês e do ferro, a que Vossa Ex. aludiu, merece política mais objetiva e patriótica. Sabe V. Ex. que as nossas minas de manganês, as de Condeirão Lafayette, por exemplo, segundo os últimos dados, têm, aproximadamente, 5 milhões e 200 mil toneladas. Estamos exportando 150 mil toneladas por ano. Em 40 anos, portanto se verificar a exaustão. Isto apenas com a exportação, sem levarmos em conta o produto utilizado no consumo nacional. Por isso apresentamos projeto proibindo a exportação do minério de Lafayette, bem como regulando o de Urucum e do Amapá. Quero congratular-me com V. Ex. por essa contribuição, por essa aula patriótica, pela oração brilhantíssima que V. Ex. profere, fazendo com que toda a Casa e a Nação, que em breve terá conhecimento da mesma, ainda mais se entusiasmem e admirem a forte e marcante personalidade de Vossa Excelência (Apoiados).

O SR. GABRIEL PASSOS — Vossa Ex. é gentil, e agradeço as suas palavras. Em verdade, Srs. Deputados, o Brasil está numa encruzilhada de seu destino. Ele poderá tornar-se uma das grandes nações do globo, porque não lhe falta um território vasto, e o futuro — já o disseram — das grandes nações; não lhe faltam, riquezas abundantes e nem patriotismo falta ao seu povo, à sua massa popular.

O que é preciso é que os homens públicos tenham consciência dessas riquezas, dessas possibilidades, e também das nossas deficiências para corrigi-las e remediá-las e, sobretudo, não tenham medo, não tenham receio de defender o interesse nacional e de por isto passar por comunista ou alarmista.

O Sr. Dagoberto Sales — Muito bem.

O SR. GABRIEL PASSOS — ... ou retrógrado, ou «superado».

A quota de sacrifício de cada um deve ser justamente o mau julgamento provisório, em benefício de uma causa nobre.

Dissê o jovem apartante que o manganês de Minas foi esgotado. De que serviu para Minas e para o Brasil a exportação desse manganês? Minas ganhava 500 mil cruzeiros por ano de impostos, mas a ferrovia Central do Brasil se desgastou em muito mais com o transporte do minério.

E a Companhia que explora esse manganês de Minas é mera subsidiária da United Steel Corporation dos Estados Unidos, que realmente o explora, o exporta, o importa, o consome, o ven-

de e de lidas as faces dessa operação ouve lucro, não se firando no sub-faturamento para o efeito de diminuir o número de divisas.

Para nós, resta o miserável salário pago a pobres trabalhadores desassistidos, que até poucos anos nem salário mínimo tinham, que ainda hoje vivem de salário de fome.

Quando a indústria de ferro se desenvolver no Brasil, teremos necessidade de manganês, e com o de Minas já não poderemos contar. Recorreremos, certamente, para o de Amapá, se não continuar a transmigração dessa riqueza para os Estados Unidos, porque a política americana é a da transmigração das grandes jazidas. Foi precisamente o que aconteceu até com o simples cristal de rocha, que transportado para a América do Norte, em vasta proporção possibilitou ao Departamento de Estado possuir o maior armazenamento do melhor cristal de rocha do mundo, tendo ele ido daqui, armazenamento que durará para anos, pois a manipulação dessas riquezas alienígenas é que hoje em dia assegura a sua fortuna, o engrandecimento de seu povo, além de seu predomínio no mundo.

O Sr. Fernando Santanna — Nobre Deputado Gabriel Passos, V. Ex. acaba de abordar o problema do manganês e dizer, mesmo que a política dos Estados Unidos é de transferir serras inteiras. Isto vai acontecer, ou melhor, já está acontecendo. O Amapá, que tem, apenas, 30 milhões de toneladas de manganês, estará completamente esgotado em menos de vinte anos, porque a exportação desse minério vai se elevar este ano para mais de um milhão de toneladas. A política da América do Norte é de acumular em seu território 200 milhões de toneladas de reservas, enquanto suas minas existentes não estão absolutamente exploradas e são guardadas como reservas nacionais. O mesmo aconteceu, por exemplo, à República da Venezuela, que tinha apreciável reserva de manganês e essa reserva foi toda transferida para os Estados Unidos. Hoje, Cuba, com seus pequenos fornos, se deseja fazer algum material siderúrgico, vai buscar o manganês de que necessita na Costa do Ouro, na África, pois, suas reservas foram totalmente transferidas.

O SR. GABRIEL PASSOS — É o que está acontecendo no Brasil.

O Sr. Fernando Santanna — É transferência maciça de serras inteiras de manganês para o Texas, acumulando reservas nos Estados Unidos.

O SR. GABRIEL PASSOS — Por algumas pequenas e miseráveis divisas. Nós exportamos uma tonelada de ferro por 18 ou 20 cruzeiros e depois importamos esse mesmo ferro trabalhado por alguns milhares de cruzeiros.

O Sr. Ferro Costa — Para complementar o depoimento do nobre colega Fernando Santanna, quero revelar à Casa um autêntico escândalo que se passa na exportação do manganês brasileiro, e principalmente na concessão da INCOME. Foi baixado um decreto-lei especial autorizando a cobrança do imposto da exportação do manganês do Amapá tomando por base apenas o preço do minério à boca da mina, o que significa...

O SR. GABRIEL PASSOS — Um furto contra a Nação.

O Sr. Ferro Costa — Exatamente. Enquanto o minério de manganês vale 35 a 40 dólares na exportação, paga o imposto sobre o valor de 200 cruzeiros. Em outras palavras, o minério do manganês sai para a América do Norte inteiramente grátis, sem qualquer lucro para a Nação brasileira.

O SR. GABRIEL PASSOS — Verificamos V. Exas. como essa política predatória, essa fábula de benefícios com que nos acenam, com que encham as nossas casas através dos rádios, e das televisões, tudo isso é apenas para embalar a opinião pública, para pervertê-la, para corrompê-la, para enganá-la, porque, na realidade, o que pretendem é a transferência de riquezas perecíveis que, se não soubermos guardar para nós, a fim de as aproveitarmos em nosso próprio processo de desenvolvimento industrial, estamos sujeitos a continuar atrasados nesse mesmo processo, porque sem elas não se pode pensar em indústria florescente. Nesta hora, as siderúrgicas existentes no Brasil devem multiplicar e espalhar-se por vários Estados, para dar consumo ao nosso ferro e para fazer a base da nossa industrialização, pois é inútil pensarmos em nos industrializar importando matérias-primas. Por outro lado, a exportação do minério de ferro deve ser feita através de órgão do Estado e com lucros que aproveitem ao país. Mas, se o minério de manganês do Amapá, como o de Mato Grosso ou o de Urucum, tiver a mesma sorte que o minério de manganês de Minas, vamos dispor de muito ferro, sem poder fazer uma série de tipos de produtos siderúrgicos necessários ao nosso desenvolvimento industrial.

A deficiência maior dos Estados Unidos em relação à Rússia, reside, atualmente em ter a União Soviética grandes jazidas de ferro e de manganês, ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos. E é por isto que a América do Norte quer se utilizar de nossa vizinhança, nos quer no seu quintal, isto é, para arrebatar as jazidas existentes, transportá-las e armazená-las no seu país.

nação, nos quer no seu quintal, isto é, para arrebatar as jazidas existentes, transportá-las e armazená-las no seu país.

A causa ocidental é a da miséria

Estamos todos defendendo este mundo ocidental, não para nós, mas para os outros: estamos defendendo para ler um povo miserável e sem possibilidades de desenvolvimento, crescimento e enriquecimento. Não queremos apenas o orgulho de ser numerosos, queremos ler a satisfação de ser numerosos e de ver esse povo numeroso em situação de dignidade e de conforto que só uma certa industrialização, numa base de desenvolvimento do país, pode oferecer. Olhe-se para a Arábia, para a Ásia Menor: Lá existem as maiores jazidas de petróleo do mundo, as mais abundantes e ricas, mas sobre o seu solo vive uma população miserável, uma população andrajosa e desassistida, porque a riqueza petrolífera não pertence a esses países, mas aos grupos estrangeiros, aos trusts internacionais. Não queremos ocorrer no Brasil o mesmo, e que nossas riquezas fundamentais tenham a mesma sorte e que uns tantos que se engordam ao serviço dos grupos estrangeiros nos venham acenar com divisas, com técnicas e coisas místicas. Quando se fala em técnica estrangeira, logo se pensa em máquinas e engenhos, em coisas deslumbrantes, quando esses efeitos apenas se produzem ou se comparam, quando sabemos criar riqueza para adquiri-los.

Não! Queremos transformar nossas riquezas em enriquecimento do povo e do Brasil (muito bem), e só poderemos conseguir isso no dia em que tornarmos nossa essa riqueza. Quando conseguirmos desenvolver a siderurgia neste País, se o controle do ferro e do manganês nacionais estiverem em mão de grupos internacionais com interesses fora daqui e aos nossos antagonistas?

O Sr. Celso Brant — Permita-me apartear-lo rapidamente, nobre Deputado Gabriel Passos, para dizer que V. Ex. está pronunciando um dos mais importantes discursos já ouvidos por este plenário. (Muito bem). No entanto provavelmente, amanhã, na imprensa brasileira, aparecerá em pequena notícia de quatro ou cinco linhas. Veja Vossa Ex. que será publicado no «Correio da Manhã», onde nunca foi noticiado qualquer matéria em defesa dos interesses da Petrobrás.

O SR. GABRIEL PASSOS — O nosso colega Dagoberto Sales e eu fizemos parte da comissão de inquérito sobre as atividades da Steel e do Standard. Verificamos a força de que essas companhias dispõem, através das agências estrangeiras de brasileiros em sua direção, são autenticamente estrangeiras, ligadas aos trusts internacionais, e como elas dominam, não digo aos jornalistas, mas às gerências dos jornais. Esses quilos de jornais que se compram aos domingos, significa trabalho dessas companhias. E da publicidade. Por isto, nossa luta é muito grande e tem de ser feita sob a forma de coleteado, dirigida aos poucos, de nacionalização real e de efetiva das agências de propaganda, para libertar a própria imprensa falada e escrita de sua escravidão.

O Sr. Dagoberto Sales — Felicito o nobre orador pelo discurso que está pronunciando e, principalmente, pelo apelo caloroso dirigido aos homens públicos do Brasil para que, desprezando os perigos e atentando para as vicissitudes por que passam aqueles que se colocam a serviço do País, ataquem de frente a estrutura colonialista aqui existente, o que impede a defesa dos verdadeiros interesses do Brasil. Cito o fato ocorrido ainda ontem, num almoço de que participamos. O Deputado Joffily interpelou um dos deputados americanos sobre quais as razões que faziam com que os trusts de grupos econômicos americanos fossem fiscalizados, severamente vigiados e cobidos no seu abuso, seu território, enquanto tivessem todo o apoio e o encorajamento do Departamento de Estado americano. A resposta, Sr. Deputado Gabriel Passos, que vale uma lição a todos nós brasileiros, foi a seguinte: «Por que os senhores também não criam uma lei antitruste e não defendem os seus interesses?»

O Sr. Nestor Duarte — O Projeto já existe na Câmara.

O Sr. Dagoberto Sales — Por isto, Sr. Deputado Gabriel Passos, não devemos atribuir somente aos trusts internacionais os males que nos afligem, mas à falta de fibra, de coragem e de patriotismo dos homens públicos brasileiros. (Muito bem, palmas).

O Sr. Nestor Duarte — Há mais de dez anos existe uma lei antitruste nesta Câmara e o Congresso Nacional não a vota jamais! (Muito bem).

O Pe. Arruda Câmara — Quero levar ao nobre orador minhas congratulações pela brilhante oração que vem proferindo, toda baseada no mais sadio patriotismo. Mas queria pedir a S. Ex. não encerre o discurso sem incluir no apelo ao Governo e aos homens públicos em prol de nossas riquezas, uma defesa tenaz e firme, não só em relação ao minério de ferro, de manganês e ao petróleo, mas também na parte atinente às areias monazíticas, ao urânio e tório. Foi relator de um projeto

na Comissão de Segurança Nacional que impedia a exportação desses minérios atômicos, que, como S. Ex. sabe, foram contrabandeados e até surrupiados do Brasil, durante tantos anos. De forma que encareço não esqueça seu apelo, cheio de patriotismo, de fé nos destinos do Brasil, às areias monazíticas, o urânio e o tório, relativamente aos quais quase nada se tem feito neste país.

O SR. GABRIEL PASSOS — V. Ex. tem tanta razão, quanto mais que das areias monazíticas se extrai o tório, um dos combustíveis atômicos mais preciosos de que o Brasil vem sendo despojado através de artifícios que já pusemos a nu, em outra oportunidade. Temos nos batido no Congresso por uma disciplina da sua exploração, podendo informar a V. Ex. que, infelizmente, alguns brasileiros serviram de testas de ferro à exportação destas areias monazíticas de maior teor fértil.

Lamentavelmente, nas costas do Espírito Santo, onde existem com maior abundância, já não há as mais ricas, porque estas foram verdadeiramente contrabandeadas para o estrangeiro. O apelo de V. Ex. tem toda a oportunidade e o agradeço.

Sr. Presidente. V. Ex. advertiu-me de que se esgotou o meu tempo. Quero, apenas, para concluir, pedir, por intermédio da Mesa umas informações à Petrobrás, para o que apresento o seguinte requerimento e peço o amparo a Mesa perante as autoridades:

«Requero, por intermédio da Mesa, que a Petrobrás preste informações com a possível urgência, a esta Câmara sobre:

- a) os termos de todos os memorandos e estudos submetidos pelo Chefe Geral do Departamento de Exploração do Petróleo, ou seu primeiro assistente, dirigidos à Diretoria do Conselho de Administração, os quais versam sobre as possibilidades petrolíferas de jazidas nas bacias sedimentares do País, sobre o planejamento e os programas das atividades respectivas, bem como todas as recomendações sobre matéria emitidas desde 1º de janeiro de 1958, até a presente data;
- b) cópia do contrato e da respectiva prorrogação, celebrado entre a Petrobrás e o Sr. Walter K. Link;
- c) cópia do trabalho recentemente elaborado pela missão do Instituto Francês de Petróleo sobre a bacia do Paraná e da respectiva análise pelo Departamento de Exploração da Petrobrás;
- d) informação sobre se precedeu autorização aos Srs. Link e Moraes para divulgar os conhecimentos acumulados pela Petrobrás sobre a geologia das bacias sedimentares brasileiras no Congresso Mundial de Petróleo, realizado recentemente em Nova York;
- e) caso afirmativo, por que a Diretoria não considerou confidencial e de interesse da segurança nacional esse conhecimento?
- f) no caso negativo, qual a punição imposta a esses dois técnicos estrangeiros inconformes, pela queda de ética e pela violação de matéria reservada?»

Com essas informações, Sr. Presidente, poderemos talvez aquilatar de alguns dos destemperos que se vêm praticando em matéria petrolífera. (Muito bem; muito bem. Palmas prolongadas. O orador é vivamente cumprimentado.)

Com essas informações, Sr. Presidente, poderemos talvez aquilatar de alguns dos destemperos que se vêm praticando em matéria petrolífera. (Muito bem; muito bem. Palmas prolongadas. O orador é vivamente cumprimentado.)

Congo: Lumumba volta ao primeiro plano

O primeiro-ministro congolês, Patrice Lumumba, abandonou a cidade de Leopoldville e se dirigiu para a capital da província Oriental, Stanleyville, de onde é originário e onde seu partido ganhou as eleições por esmagadora maioria. Oficialmente, Lumumba foi enterrar sua filha que morreu recentemente na Suíça.

É interessante notar que quando Lumumba saiu de Leopoldville o presidente Casavubu e o coronel Mobutu se encontravam em Brazzaville, capital do antigo Congo francês e centro das conspirações colonialistas contra o governo legal de Lumumba, conferenciando com os dirigentes separatistas da Catanga e do Casai e seus «assessores» belgas.

As tropas congolêsas e da ONU que se encontravam diante da residência de Lumumba não se atreveram a impedir sua saída. Em Stanleyville já se encontra o ministro da Defesa do governo legal, coronel Lundula e outros colaboradores de Lumumba que conta igualmente com o apoio dos governos provinciais de Oriente, Equador e Quivu, além do de Leopoldville. Só não tem o apoio da ONU e do colonialismo...

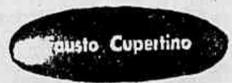
Nota Internacional

A Luta na Venezuela

A repressão violenta praticada pelo governo do presidente Bettencourt na Venezuela contra as manifestações estudantis e operárias indica claramente a acentuação cada vez maior de sua guinada para a direita, para uma política de conciliação com os interesses norte-americanos no país e em toda a América Latina. Há cerca de dois anos, Bettencourt iniciou seu governo com o apoio da grande maioria dos setores populares e progressistas do país. De seu governo participavam, além de seu partido, a Ação Democrática, os dois outros partidos que apresentaram candidatos à presidência, a União Republicana Democrática e o Copel, social-cristão. Hoje o quadro é bem diverso. A Ação Democrática cindiu-se, formando-se o Movimento de Esquerda Revolucionária, com os principais setores estudantis, operários e camponeses do antigo partido, que passaram a fazer aberta oposição a Bettencourt. A URD também abandonou o governo e passou para a oposição, que atualmente forma com o MUR e o Partido Comunista. Apenas o Copel e a direita da AD, que representam os interesses dos latifundiários e da alta burguesia venezuelana, associada ao imperialismo, continuam dando cobertura política a Bettencourt.

Mas o grande sustentáculo do governo passou a ser o exército e a polícia, herdados da ditadura de Perez Jimenez com algumas transformações realizadas pelo governo provisório de Larrazabal e anuladas por Bettencourt. De fato, enquanto o governo provisório que derrubou a ditadura contava com todo o apoio popular e realizava uma política de emancipação nacional contra os trusts do petróleo e de democratização, o governo de Bettencourt foi se caracterizando cada vez mais por sua conciliação com o imperialismo e o latifundismo, sotroando, conseqüentemente, uma oposição crescente por parte do povo venezuelano. Daí a necessidade de medidas antidemocráticas, de fortalecimento da oligarquia militar e do policiamento. A lei de reforma agrária teve sua aprovação pelo Congresso dificultada pelo partido de Bettencourt e está sendo boicoteada na prática pelo governo. Ao invés de promover a industrialização do país em bases nacionais e a diversificação da produção agrícola, Bettencourt acelerou o processo de desnacionalização da indústria e fortalecimento do latifúndio.

A campanha popular para modificar a política do governo, encabeçada pelo Partido Comunista, pela União Republicana Democrática e pelo Movimento de Esquerda Revolucionária e por várias entidades operárias, camponesas e estudantis. Ao invés de seguir o exemplo de Cuba, sua política de independência em relação ao imperialismo e de defesa dos interesses nacionais e populares, Bettencourt preferiu o exemplo de Frondizi que traiu a luta antiimperialista e se aliou aos piores inimigos de seu país e da América Latina. O afastamento progressivo de Bettencourt para a direita e a política de subversão ao imperialismo mostram, por outro lado, a que se dá a política de conciliação com os imperialistas e os latifundiários dentro do movimento popular.



DRAMÁTICA DENÚNCIA DE GABRIEL PASSOS:

Há um Plano Esso em Marcha Para Liquidar a Petrobrás

O deputado Gabriel Passos, na sessão de quarta-feira passada, dia 23, da Câmara Federal, pronunciou um discurso que reflete a extraordinária gravidade e significação do debate que atualmente empolga a opinião pública nacional, sobre a política petrolífera do país. Constantemente interrompido pelos aplausos e apertes de seus colegas, que o ouviram em atitude de extrema atenção, o representante da UDN mineira fez o processo das pontas-de-lança imperialistas que estão minando o monopólio estatal do petróleo, e foi levado, pelos apertes de numerosos deputados de todos os partidos, a fazer uma crítica enérgica e patriótica de todo o sistema de especulação imperialista a que o nosso país está submetido, pelos grupos econômicos norte-americanos.

Transcrevemos a seguir a íntegra do discurso do deputado Gabriel Passos, com a supressão apenas de algumas frases que, publicadas no «Diário do Congresso», saíram com erros e tornaram-se ininteligíveis.

O SR. GABRIEL PASSOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero aproveitar-me deste orador, que ora presenciamos na Câmara, para, se possível, conduzi-la para temas de maior alcance nacional.

Desejaria que esta Câmara não só ela, mas o próprio País, e sobretudo o Governo, se sentissem feridos por uma centelha aguda de interesses pela política petrolífera do Brasil. Desejaria que sobre o assunto incidissem as fulguras de entusiasmo que aqui e ali fazem corpo a interesses de certo modo mais distantes dos que afetam o futuro da nacionalidade.

Há um grupo de Deputados que, pelo fato de versarem frequentemente temas nacionalistas estão mais interessados e mais apreensivos em torno do que, nos últimos tempos, vem ocorrendo na Petrobrás.

Sem dúvida alguma, não faria eu a injúria de supor que houvesse um só deputado indiferente à sorte da política petrolífera do Brasil; mas a verdade é que os que mais de perto vêm acompanhando a atividade da direção da Petrobrás e de certos setores do Governo, em relação à política de petróleo no Brasil, se sentem nestes dias realmente apreensivos com o futuro de tal política.

Há por aí, já afaitos advogados geológicos a proclamarem, em redutos de estudos e de recolhimento, em conferências e nas colunas dos jornais a falência do petróleo no Brasil. Parece que vêm de trás e que aquelas sombras dos Oppenheim e dos Melany, que afirmavam e juravam que não havia petróleo no solo brasileiro, aquelas sombras convocadas por um espírito sui generis, resultam agora e se encarnam em alguns corifeus, em algumas crônicas «autoridades» geológicas, para proclamar a falência da base fundamental da política petrolífera no País.

Vemos, por exemplo, que o Sr. Glycon de Paiva, grande geólogo ao que dizem, procurar a Escola Superior de Guerra, procurar setores que podem influir na conduta política do País por sua respeitabilidade ou pela própria força de que dispõem, para conquistar esses órgãos e a própria opinião pública para dos pontos-de-vista que lhe foram submetidos pelo Sr. Walter Link, ex-Vice-Presidente da Standard Oil de New Jersey, e hoje erigido chefe absoluto das pesquisas petrolíferas do Brasil. Aquêlê ilustre consultor, ou advogado geológico da Capuava, não perde vasa para um trabalho de coação.

Há, porém, uma coincidência interessante. O Sr. Walter Link, depois de consumir 100 milhões de dólares em trabalhos de pesquisas do petróleo no Brasil, durante alguns anos, enriquecendo-se, e à sua equipe constituída de cor nacional, chegou à conclusão de que não existe petróleo comercialmente economicamente aproveitável no Brasil, a não ser na Bahia!

Conclusão assim desanimadora, que o ilustre geólogo da Capuava, antes de mais ninguém, tem a alegria de proclamar, nos leva a indagar:

Quem é esse Sr. Link?

Sabemos que tem fama no Brasil de ser grande geólogo; imerecida, porém essa fama. Houve um equívoco na sua escolha para chefe de pesquisas no Brasil; confundiram-no com seu ilustre irmão, Sr. Theodore Link, realmente grande autoridade em geologia do petróleo e possuidor de serviços e obras de pesquisas de grande valor no mundo geológico. Já o Sr. Walter Link é o manager, um bom chefe de serviço, sem dúvida, mas não um grande geólogo ou geofísico. Ele próprio se considera fraco em geofísica, que é a base moderna das pesquisas petrolíferas. E, portanto, um geólogo dos velhos tempos. No Brasil, porém, precisamos atualmente de profundos conhecedores da geofísica.

O Sr. Walter Link contrata para fazer os estudos geofísicos em nosso País firmas norte-americanas, ligadas ao truste do qual S. S. faz parte.

Ora, o Sr. Walter Link não formou técnicos brasileiros, como era de se esperar e desejar, porque manteve os geólogos nossos patrióticos em compartimentos estanques e em posições secundárias, a fim de se assenhorar em todas as técnicas da exploração petrolífera de todos os trabalhos de pesquisa. Por outro lado, empresas americanas que fazem os estudos geofísicos não são fiscalizadas por técnicos brasileiros nem os levam em conta.

Os testes que realizou não são submetidos à apreciação desses geólogos. Temos, assim, um chefe de pesquisas, que saiu da Vice-Presidência da Standard Oil de New Jersey. Dali trouxe seus homens; foi escolhido e indicado pela direção daquela empresa que para aqui, para os estudos geofísicos, base da pesquisa do petróleo no Brasil, trouxe empresas filiadas ou que trabalham a serviço dos trusts americanos. Como poderíamos querer que os resultados fossem limpemente dignos de confiança?

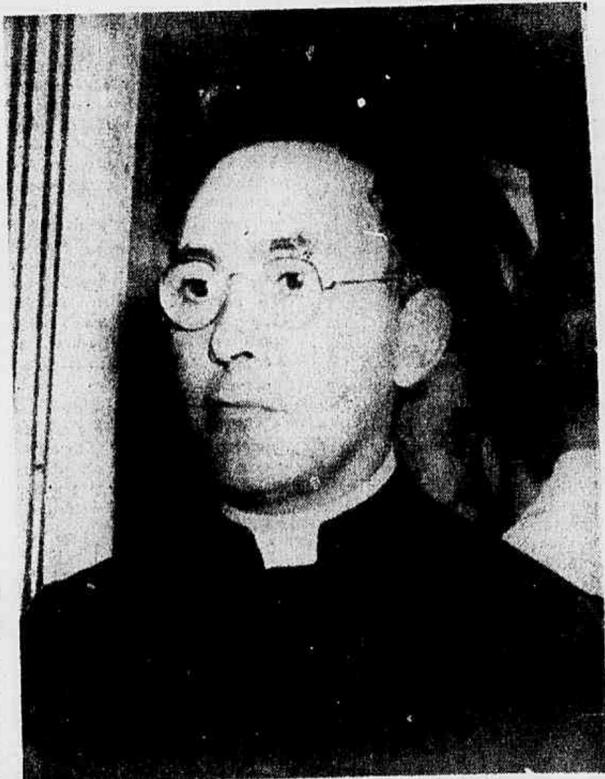
O que eles podem agora fazer é apenas repetir o que outros «grandes» técnicos americanos, como o Sr. Appenheimer, já disseram há 20 anos, e foi propagado pelos seus repetidores entre nós, os Glycon, os Fleury, os Leonardos etc.: «no Brasil não há petróleo».

Na Índia e no Saara, o Petróleo Apareceu

Mas a essa conclusão os mesmos homens da Esso chegaram no Saara, alegando que ali não havia petróleo bem como na Índia, na Canadá e na Grécia. Na Índia, o Saara, a Índia, a Canadá e a Grécia tem petróleo, sobretudo depois que os franceses, russos e rumenos se puseram a pesquisá-lo. Enquanto ficar a pesquisa do petróleo nas mãos desses famosos técnicos, incorporados e interessados na sorte dos trusts petrolíferos, não se descobrirá petróleo. Mas bastaria que a Petrobrás convocasse os rumenos — já não digo os russos — os franceses, os alemães, ou os italianos para rever os estudos do Sr. Oppenheim e veríamos que há petróleo no Brasil, e abundante. Todas as pesquisas — isso eles não podem negar — levam à existência de petróleo. Apenas dizem que não é economicamente aproveitável, porque não existe em quantidade comercial.

Ora, basta se tenha a certeza da existência de petróleo para que esteja à beira de surgir a poça comercial, ou a poça de produção econômica. A confirmação da existência já é um índice precioso. Em consequência, não se deve — como o Sr. Walter Link aconselha, em recente relatório à direção da Petrobrás — cessar as pesquisas.

Por que desejam que cessem as pesquisas? Por que o Sr. Glycon de Paiva, esse ilustre geólogo da Capuava, quer que abandonemos as pesquisas?



Não só o petróleo

Naturalmente querem desviar os recursos da Petrobrás para a Bolívia, como estava nos planos de Alexínio, o fim de facilitar mais os negócios de certos empreendedores naquele país. O propósito é aniquilar a Petrobrás e transformá-la em coisa inútil, e de certo modo encontram facilidade, porque a Petrobrás vem sendo dirigida péssimamente, porque o Conselho Nacional de Petróleo é um ninho de entreguistas, porque não são escolhidos para esses órgãos os homens capazes, ou que, pelo menos, tenham inspiração patriótica, aquela flama de amor às nossas coisas e queiram de fato ver resolvidos os nossos problemas. São homens colocados em situação tal que, se alguém lhes expõe o mais vivo, o mais crucial dos problemas nacionais, ao cabo da exposição, ao olhar-lhes a face, ver-se-á a paisagem morta de quem nada entendeu, ou não se interessou.

O Sr. Edvaldo Flôres — V. Exa. está realmente abordando assunto palpitante para a vida econômica da Nação. Quanto ao Dr. Walter Link há um grave aspecto em tudo isso: ao tempo em que dirigia o Departamento de Pesquisas da Petrobrás, convocou ele todos os técnicos de que dispunha e, a título de fazer bolsa nos Estados Unidos, para lá os enviou. Mas, quando estavam realmente capacitados para assumir o Departamento de Produção, em vez de convocá-los para com ele cooperar, o Sr. Walter Link espalhou-os pelo País, em perfuração de poços, isto é, fora da especialização desses engenheiros, e o que é mais grave ainda, todos os papéis referentes à pesquisa do petróleo no Brasil são assinados exclusivamente pelo Sr. Walter Link e sua troupe, deles não tomando conhecimento os técnicos brasileiros.

O SR. GABRIEL PASSOS — Estes não têm acesso às pesquisas, geológicas nem a seus resultados, por não terem sido preparados para tal, porque o Sr. Walter Link, que recebe honorários unirríficos, exerce função ditatorial e de acordo com seus cálculos, pode chegar a conclusão de que as bacias sedimentares do Brasil não produzem petróleo em condições econômicas.

Entretanto, uma simples comissão francesa de técnicos contraria fundamentalmente tal conceito e esses dados sobretudo em relação à bacia do Paraná, que abrange os Estados do Sul e do Mato Grosso. O Sr. Link não quer que haja petróleo no Brasil e está convencido de sua segurança com a prática desse jogo, conjugado ao silêncio tumular das gerências que dominam os jornais e das estações de rádio, ao silêncio estabelecido em face do seu julgamento, a não ser para apoiá-lo. Ainda há poucos dias nesta Casa foi homologado o parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre as Notas Reversais de Robarê, ato de maior importância para o País, e a imprensa absolutamente não deu sinal de vida. Por quê? Porque, como me foi explicado, a ordem é silenciar sobre o assunto, sobre todos os assuntos que interessam funda-

mentalmente ao Brasil, uma vez que é na sombra e no silêncio que podem organizar suas máquinas de ganhar dinheiro, com o desinteresse pelas coisas do país, e as empresas que têm interesse em manipular a opinião pública só dão grande publicidade quando sobre assuntos que lhes não convenham se faça crepúsculo.

O Pe. Pedro Vidigal — Conheço Mister Link, e apressa-me, nesta oportunidade, a recordar a viagem do Sr. Presidente da República a Nova Olinda e, em seguida, a Abacaxis, onde esse técnico americano fazia a perfuração de um poço. Lembro-me de que, ao regressarmos a Manaus, a bordo do «Lobo Dalmada», em uma mesa redonda, Mister Link expôs ao Chefe do Governo a questão do petróleo no Brasil. Gravei na memória suas palavras: «Se as leis do Brasil permitissem, a esta hora, milhares e milhares de torres de minas que exploram o petróleo no mundo estavam espalhadas por este território.»

O SR. GABRIEL PASSOS — Vossa Excelência presta depoimento da maior importância. Mostra o que é o homem espontâneo; quando, porém, cumpre fazer sérias pesquisas petrolíferas, surge o teleguiado do relatório à Petrobrás com significado e projeção negativos para nosso País.

Suponhamos, porém, fosse verdadeira a convicção desse homem, isto é, que realmente não produzissemos petróleo nas diversas bacias sedimentares da não ser na Bahia. Seria essa opinião uma sentença definitiva? S.S. não é — já o dissemos e agora acentuamos — grande autoridade em geologia, nem técnica em geofísica. Grande autoridade é seu irmão, Theodore, que se encontra nos Estados Unidos. Será seu relatório uma sentença definitiva, como a de médicos que condenam o doente à morte e que, nem por isso, a respectiva família desprezaria outros diagnósticos?

O erro da Petrobrás foi entregar a um ditador, interessado em que não haja petróleo no Brasil, a sorte destas pesquisas, porque, se as tivéssemos divididas em lares, segundo as diferentes bacias, e as tivéssemos distribuído entre técnicos de países diversos, a emulação, o espírito de concorrência provocaria melhores resultados.

Relatório Geysel: Documento Proibido

Contudo, ainda não é tarde para seguir esse rumo. O que não convém é a direção da Petrobrás quedar-se inerte: o que não convém é o Conselho Nacional de Petróleo, embora diante de relatório como esse do Coronel Ernesto Geysel, apresentado em agosto e que aponta os maiores absurdos, os crimes de Capuava e de outras refinarias, não o pôr em discussão, por motivos inexplicáveis... Isto, sim, é um absurdo! Não é possível continuarem o Sr. Walter Link e o Sr. Moraes, outro estrangeiro seu assessor, a comparecer a congressos mundiais de petróleo, sem licença presumível da Petrobrás, expor o resultado de suas pesquisas, quando nenhum país consente nisso. Pois quaisquer que sejam os resultados desses estudos, constituem segredos de Estado, ligados que são à segurança nacional. No caso, não se configura apenas quebra de ética, mas evidencia-se violação à omissão, infidelidade contra os interesses do País que os abriga. Entretanto, que aconteceu a esses homens? Foram acaso reprimidos. Ou quem sabe se a Petrobrás não lhes terá dado a absurda autorização?

O Sr. Celso Brant — Os raros geólogos brasileiros que têm trabalhado na Petrobrás trazem do Sr. Walter Link a pior impressão. Sei de casos de estudantes que se formaram, pela Escola de Minas de Ouro Preto, posteriormente fizeram estágios na Petrobrás e enviaram ao Presidente da República documentos seríssimos, dizendo que eram mandados pelo Senhor Walter Link para lerem onde sabiam não existir petróleo. Fizeram-lhe vários apelos para que os autorizasse a pesquisar em outras regiões, nos quais havia probabilidade de existir petróleo, sendo-lhes negado a autorização.

Vários deles retiraram-se da Petrobrás, em vista dessa recusa e do silêncio do Governo, com relação aos documentos ao mesmo encaminhados.

O SR. GABRIEL PASSOS — Esses fatos são indiscutíveis. Em verdade, a ditadura do Sr. Walter Link leva a esses extremos. A prova de que ele não quer descobrir petróleo no Brasil está no fato de que para o Amazonas pretendia mandar sonda com a capacidade de perfurar apenas 600 metros, o que é ninharia, insignificância e só graças à instância de um engenheiro brasileiro, à sua insistência e reclamação, que a Diretoria da Petrobrás para lá fez seguir outra sonda, de maior alcance, que foi encontrar petróleo a 2.400 metros.



Deputado denuncia

Senhor Presidente, todos os ardis, todas as manobras, todas as manhas para escamotear resultados positivos são postas em prática, porque nem o Sr. Walter Link pode contestar que, em todas as bacias sedimentares brasileiras, em todas sem exceção, surgiu petróleo. A alegação de S. S. que o Sr. Glycon de Paiva trombeteia na Escola Superior de Guerra e em outros lugares prestigiosos e influentes para enganar os alunos, para formar depressiva opinião sobre nossas possibilidades, é justamente de que não há produção, em volume econômico. Terá base sensata tal opinião?

Não, sem dúvida, porque ainda não se efetuaram as pesquisas nas condições adequadas, por que as pesquisas são entregues a gente suspeita, que tem interesse em não encontrar petróleo no Brasil.

Pois bem, é essa gente que domina na Petrobrás, este o clima da Petrobrás. E sua direção? Quando foram afetivamente substituídos dois diretores da Petrobrás, dissemos que se tratava de organismo colegiado que precisava ser bem provido. Petróleo é coisa séria para este País. Para ali não podem ir os desocupados, os desajustados, os careceiros de emprego, os incapazes, sobretudo, num processo de aproveitamento das equipes que se vão formando, para que não seja dirigida uma empresa dessa envergadura com meros relatórios, ou não a dirijam tout court, a fim de não acontecer, como por exemplo, ainda agora está acontecendo, quando um diretor, que pode ser excelente bancário, excelente pessoa, que não obstante nada entender de petróleo, nem de administração de empresa petrolífera, atrase e encareça os serviços da Refinaria de Caxias, exigindo que certa tubulação seja feita de aço, quando, por força da corrosão provocada pelo enxofre, deve ser feita de ferro fundido. Não podemos pôr na Petrobrás aprendizes de feiticeiro. Não podemos colocar na sua direção ninguém, a não ser pelo critério da competência e da capacidade, e, sobretudo, ninguém deve ir para lá se não sentir amor às coisas do Brasil, se não tiver capacidade de ver e de entender o grande interesse nacional implícito nas atividades daquela empresa. Fora daí, é crime contra a Nação, crime que se vem praticando e que vários colegas nossos sucessivamente não de minudenciar para o País, ainda nestes próximos dias nesta tribuna.

Porque a Nação confia, e os colegas que andaram por este país pregando a candidatura de seus respectivos candidatos à presidência da República terão observada a confiança, a fé e o calor com que populações patriotas do interior olham para esta riqueza nacional, com a maior das esperanças, pois sente instintivamente que ela constituirá realmente a nossa salvação do pauperismo. No dia em que, de fato, formos danos desse petróleo, e o explorarmos em benefício da nossa gente, iremos

O deputado Gabriel Passos, quando da tribuna da Câmara Federal, dia 23 de novembro, denunciava a nova arremetida dos trusts contra o petróleo brasileiro.

melhorar-lhe o padrão de vida, dar mais assistência às crianças, às mulheres, aos velhos e aos enfermos, porque para isso terá recursos nosso País.

Faço, por isso, fielmente, apelo ao Governo, ao atual e ao futuro, a fim de que, em matéria de petróleo, afaste as razões políticas (muito bem), afaste as razões de amizade pessoal, a dêem ao Conselho Nacional de Petróleo e à Petrobrás fiéis servidores, homens que realmente amem a coisa pública, para que possam zelar pelo patrimônio da Nação, que precisa ser defendido, principalmente nesta hora em que é assaltado de todos os quadrantes.

As refinarias particulares, por exemplo, que têm já alguns anos de vida e experiência, continuam a burlar a lei, a ilaquear a boa-fé dos brasileiros. Capuava, que tem concessão para refinar 20.000 barris, passou para 31 mil, depois para 33 mil barris, e já está se aparelhando para aumentar o refino, burlando a lei do monopólio estatal, que estabeleceu limite para sua exploração.

O SR. ERNANI SÁTIMO — Nesta altura lemos de confessor, lealmente, que a culpa foi do Congresso. Foi autor de destaque pelo qual essas refinarias particulares deveriam ser incorporadas à Petrobrás. Lutei fortemente pela adoção desse ponto de vista, liderando, naquela oportunidade, a bancada da União Democrática Nacional. Mas o Congresso, por meio de sua decisão soberana, não aceitou essa ideia, de verdadeiro interesse nacional. A Petrobrás, que ia ter os encargos da pesquisa do petróleo e que ia ter todos os ônus, devia para melhor êxito de sua ação, ter também os lucros provenientes da refinação do petróleo.

O SR. GABRIEL PASSOS — Tem V. Ex. toda a razão, devendo o monopólio total do refino ser nossa meta próxima, através da desapropriação na base da capacidade legal para refinar. A lei do petróleo teve o defeito de não ser completa, mas de qualquer modo, o Congresso Nacional merece os louvores da Nação pela Lei número 2.004, pois, foi o Congresso que a fez, estabelecendo o monopólio estatal do petróleo. (Muito bem). O defeito único é que, talvez movido pelo sentimentalismo brasileiro, e pelo respeito a pseudos e falsos direitos adquiridos, deixou fora do monopólio estatal umas poucas refinarias, mas limitando a sua produção, os companhias, sobretudo aquelas estreitamente ligadas aos trusts estrangeiros como a Capuava e a Gulf — abusem e, porque têm grandes receitas e grandes lucros, podem assim subvencionar larga publicidade, tripudiam sobre a administração da Petrobrás e não dão a menor importância ao Conselho Nacional de Petróleo.

O Sr. Fernando Santanna — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. GABRIEL PASSOS — Com muito prazer.

O Sr. Fernando Santanna — Nobre Deputado Gabriel Passos, houve, evidentemente, em benefício da nossa gente, iremos

(Conclui na 7.ª página).

NOVOS RUMOS

Govêrno de JK Abre as Portas ao Truste Que Quer Liquidar a Companhia Vale do Rio Doce

Reportagem de RUI FACÓ
(Enviado especial de NR a Minas Gerais)

O panorama que nos oferecem as boas estradas asfaltadas de Minas Gerais, é de um filme tecnicolor. Bodejando as altas montanhas, a fita da luminosidade intensa, nos mostra sucessivamente os cortes bruscos de barro vermelho contrastando violentamente com o verde da vegetação rasteira, o barro amarelo, o cinzento, o quase branco. Um arco-íris derramou-se aqui.

Depois, montanhas quase negras. Ferro suspiramos. E adiante estoura surdamente a dinamite. Guindastes rasgam a montanha de ferro, caminhões se aproximam solícitos. A estrada está ali à sua disposição.

As barbas do antigo Curral d'El Rey, a atual Belo Horizonte, extrai-se minério de ferro. Por sobre a estrada, passam as caçambas num caminho aéreo, como um carro de formigas aladas gigantes. A Mannesmann domina aqui neste trecho. Mas suas poses são relativamente insignificantes ante o novo império que surgiu: a Hanna, sucessora (ou sócia?) da antiga e mais que secular St. John d'El Rey Mining Company.

Contaram-me que certa feita, as prospeções com bananas de dinamite chegaram a estremecer os alicerces do Palácio do Govêrno do Estado. O govêrnador reclamou e a Prefeitura mandou suspender as prospeções aí. Era demais!

Mas elas continuam por toda parte. Apontam-nos no horizonte, escura, a famosa Serra do Curral. É minério puro; faz parte do imenso latifúndio da nova empresa norte-americana que tanto tem dado que falar nos últimos meses, quando se trata de ferro.

A terceira tentativa

Um engenheiro ilustre e cancelado (cujo nome não me foi autorizado revelar), declarou-me textualmente:

— A Hanna veio com a determinação de liquidar a Vale do Rio Doce. Não é a primeira tentativa que fazem neste sentido os capitais estrangeiros, visando açambarcar o minério de ferro do Brasil. É a terceira, e se não conseguir seu objetivo, não será tampouco a última.

No contrato firmado com os govêrnos inglês e norte-americano para a formação da Companhia do Vale do Rio Doce, o controle da empresa se fazia através de uma direção mista: inglesa, americana e brasileira. A VRD, obrigava-se a exportar minério de ferro unicamente para os Estados Unidos e a Inglaterra. Mas, era impossível que ela pudesse sobreviver desta forma como empresa brasileira. Passou então a Vale do Rio Doce a ampliar suas exportações. Atingiu a Europa continental, conseguiu bons mercados na Polônia e na Tchecoslováquia. E assim foi anulada essa primeira tentativa de liquidação da Vale do Rio Doce como empresa brasileira. Veio depois uma segunda tentativa, esta por intermédio de Assis Chateaubriand e José Maria Alkimim. Tentaram eles a venda da empresa a capitais estrangeiros. A venda da Hanna é a terceira e mais ameaçadora tentativa contra a VRD.

Por que veio a Hanna

A poderosa empresa norte-americana que explora o minério de ferro em vários países dependentes e coloniais, veio para o Brasil num momento em que se agrava a crise, já bastante aguda, de minério de ferro nos Estados Unidos. As duas guerras mundiais praticamente esgotaram as jazidas de alto teor existentes, e comercialmente exploráveis dos Estados Unidos da América. A que resta no subsolo norte-americano é minério de teor inferior a 25 por cento. É minério pobre, que exige tratamento e concentração, para ser utilizado na indústria siderúrgica. A siderurgia norte-americana hoje necessita de importar nada menos de 38 por cento de todo o minério que consome. A sua tendência é depender cada vez mais do minério importado. E vai buscá-lo onde ele estiver à mão. Traz, agora, em grande escala, do Canadá. Para isso, foi necessário efetuar enormes despesas com o aprêfundamento do Canal de São Lourenço. A própria indústria siderúrgica americana, dada esta crescente dependência do minério importado, está sendo obrigada a deslocar-se para o litoral ou para as margens dos grandes lagos.

Dentro de algum tempo, a siderurgia norte-americana estará importando metade do minério de ferro que consome.

Por isso veio a Hanna. Por isso os americanos ameaçam com o minério do Labrador, da Costa do Ouro, da Venezuela, de Cuba mesmo.

Mas o que querem é o minério brasileiro — o mais abundante e de mais elevado teor de ferro.

Dai a transação da Hanna com a St. John d'El Rey Mining Company.

A bandeira estrelada protege a Hanna

— É sabido — prossegue o engenheiro — que depois de Suez a bandeira britânica não protege mais coisa alguma em lugar nenhum do mundo. Os investidores ingleses precisam da proteção da bandeira estrelada, a bandeira norte-americana. Há um conluio evidente entre a Hanna e a St. John d'El Rey Mining Company. A Hanna, sentindo o debilitamento crescente dos ingleses, aproveitou-se da emergência e, na prática, assenhoreou-se da velha propriedade britânica mais que secular.

As propriedades da antiga St. John d'El Rey, são o maior latifúndio mineiro do mundo em variedade, inclusive urânio...

Ante a minha surpresa, o engenheiro confirmou:

— Urânio, sim. Não é suposição. É realidade, verificação de pesquisas já efetuadas.

"Mina cativa" — quer a Hanna

— Mas, acrescenta o nosso entrevistado — o que interessa agora, imediatamente, à Hanna — porque é o interesse dos monopólios norte-americanos de ferro e aço — é o minério de ferro. Não esqueçamos que em 1943 eles importavam apenas 10% do minério de ferro de que necessitavam; dentro de poucos anos, estarão importando 50 por cento! E para uma companhia

como a Hanna, de âmbito internacional, o que interessa é a chamada «mina cativa».

A mina cativa significa: a) a posse da mina; b) o controle dos meios de transporte essenciais para o minério; c) porto de embarque próprio. A grande vantagem é que um mínimo de investimento mantém a situação da mina cativa. O exemplo da Vale do Rio Doce mostra isso. Assim, a Hanna, como empresa de siderurgia e mineração, extrai o minério e exporta para ela mesma, nada deixando no País onde possui a «mina cativa».

Devemos exportar

— Devemos ser contra a exportação do minério?

— Não. Devemos exportar o minério como um País soberano o faz e não como País colonial. Não se trata de jacobinismo nem de nacionalismo extremado. Veja a Suécia, grande exportador de minério de ferro. Age, no caso, como um País soberano. Estabelece compromissos específicos com os interessados no seu minério, de forma a ter compensação, recebendo cotas de carvão coqueificável, usinas siderúrgicas, etc. E que essas exportações sejam efetuadas pelo govêrno brasileiro ou por nacionais, utilizando-se meios de transportes e portos nacionais e não de propriedade de empresas estrangeiras; navios nacionais, que trarão de volta o carvão. Nada de fretes de favor, nem tampouco sobrecarregar nossos vias de transporte, como a Central do Brasil ou a Rede Mineira de Viação, essenciais ao desenvolvimento econômico e industrial de nosso País. Tais concessões são lesivas aos interesses nacionais e não podemos admiti-las.

As pequenas empresas e a Hanna

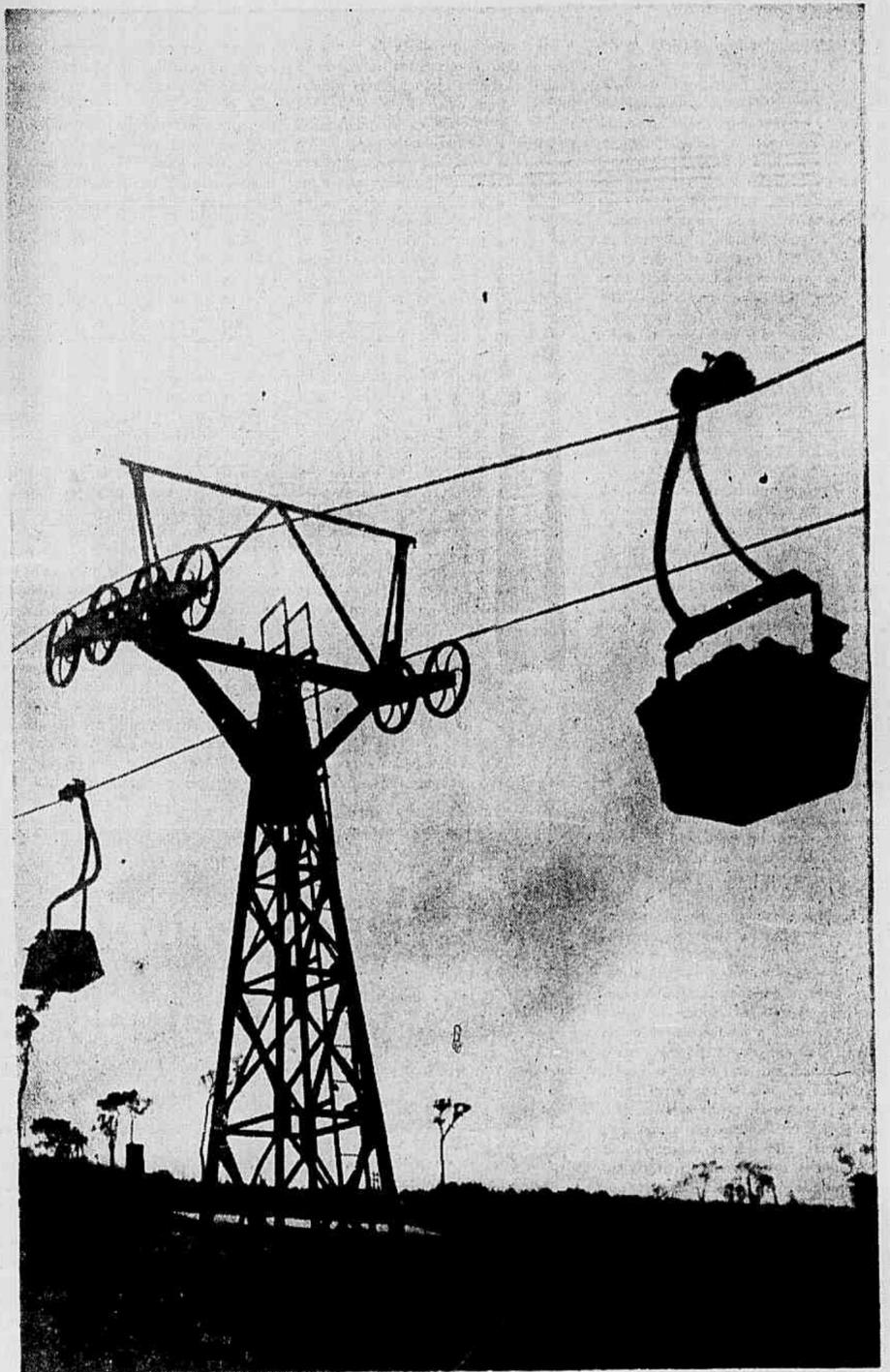
Nos últimos tempos, o govêrno do sr. Kubitschek tem dado uma infinidade de concessões a particulares para a exploração do minério de ferro.

Já se inicia a tendência a acelerar-se a extração verdadeiramente predatória do minério de ferro em todas as regiões onde ele aflora no Estado de Minas. Essas empresas olham para a Hanna como a grande oportunidade para elas mesmas. Propõem-se a fornecer-lhe o minério de suas concessões. Inicialmente, de certo, esses grupos pequenos conseguirão um negócio aparentemente vantajoso. Mas a tendência natural, nem há dúvida quanto a isso, é o açambarcamento dessas pequenas empresas mineradoras.

Esta é a opinião do engenheiro que entrevistamos. Disse-nos ele:

— Difícilmente as pequenas empresas poderão sobreviver, uma vez que os grandes grupos, como a Hanna, só se interessam pela «mina cativa», a mina de sua propriedade como empresa siderúrgica.

No entanto, como deixou ver claramente o nosso entrevistado, o mais grave perigo para a Companhia Vale do Rio Doce — o principal obstáculo ao avassalamento das nossas jazidas de minério de ferro pela Hanna.



Minério passa por cima

Por cima da estrada de rodagem que liga o Estado da Guanabara à capital de Minas Gerais, já bem próximo a Belo Horizonte, passa um caminho aéreo que transporta minério de ferro. É um trecho que pertence à Mannesmann, cujas poses comparadas com o poderio da empresa imperialista "Hanna" são insignificantes.

NOVOS RUMOS

ANO II

Rio de Janeiro, semana de 2 a 8 de dezembro de 1960

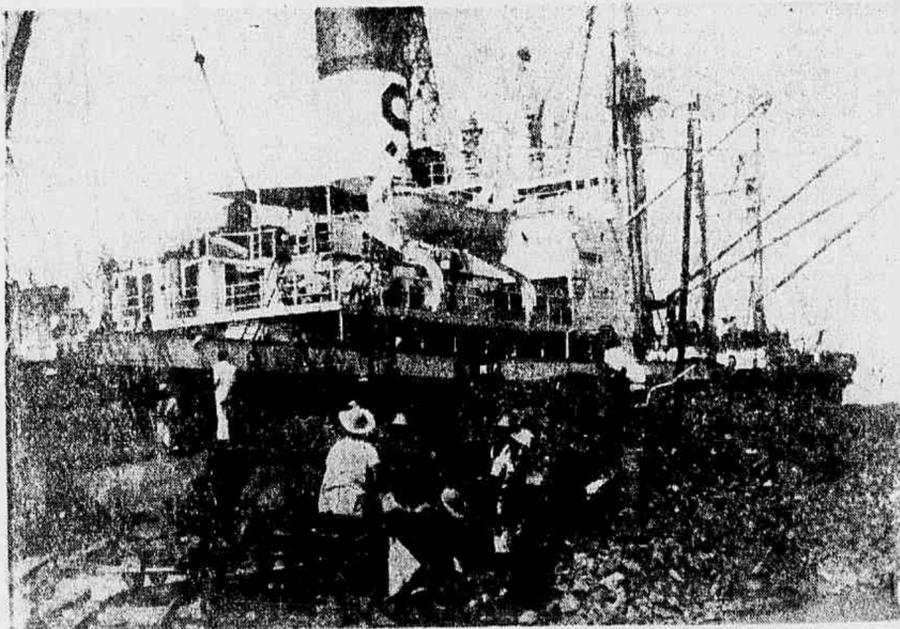
Nº 92

Diretor Executivo — Orlando Bomfim Jr. Diretor — Mário Alves Redator-Chefe — Fragman Borges



Tiram e levam

Os Estados Unidos necessitam importar atualmente, para a sua indústria siderúrgica, trinta e oito por cento do minério que consomem. Isso agora, pois em breve precisarão importar 50%. E como o minério brasileiro é o mais abundante e de mais elevado teor de ferro, instalou-se entre nós a "Hanna", que ameaça seriamente a Vale do Rio Doce.



Truste quer mina cativa

A "Hanna" envida todos os esforços no sentido de conseguir estabelecer a chamada «mina cativa». Com isso, o truste teria, além da posse da mina, o controle dos meios essenciais para o minério e porto de embarque próprio. A grande vantagem é que tal situação de mina cativa o truste pode manter com um mínimo de investimento.

NOSSA atual orientação política deflui, de um lado, da análise da situação nacional, de outro, de uma determinada compreensão da essência da situação internacional. Da compreensão de que o conteúdo fundamental da época que vivemos é constituído pela transição do capitalismo ao socialismo; pelo crescimento, que já ninguém pode deter, do movimento antiimperialista e de libertação nacional; pelo ascenso impetuoso do socialismo e pela marcha para o comunismo; pela desagregação do sistema capitalista mundial em consequência, de um lado, da superioridade adquirida pelo socialismo, de outro pelas suas contradições internas. Vivemos um período em que a correlação mundial de forças já pendeu para o lado do campo do socialismo e da paz, em que surgiu a possibilidade real de as guerras serem evitadas, em que a luta emancipadora dos povos atrasados e dependentes se tornou mais fácil.

Não há nenhuma questão mais importante no mundo atual que a da paz e da guerra. Num mundo em que as armas nucleares constituem uma ameaça permanente para países inteiros, para parcelas enormes da humanidade, o problema da existência ou não da possibilidade de serem evitadas as guerras interessa de perto a bilhões de criaturas e se liga estreitamente a toda nossa perspectiva de futuro.

A luta pela paz é uma constante do movimento socialista e operário, que sempre denunciou as guerras como uma consequência do regime capitalista e imperialista. Ao denunciar a responsabilidade das classes dominantes por esse crime, as forças de vanguarda do proletariado defendiam, ao mesmo tempo, os interesses imediatos de sua classe: os trabalhadores e o povo foram sempre as maiores vítimas da guerra, tanto nas frentes de batalha, vertendo seu sangue, quanto na retaguarda, sofrendo miséria e fome enquanto os grupos monopolistas se enriqueciam. Daí a grande preocupação do movimento socialista e operário nas últimas décadas do século passado e nos primeiros anos deste século, em lutar contra a guerra, em procurar impedir seu desencadeamento e bater-se pela transformação da guerra imperialista em guerra civil de classes, caso ela se desencadeasse apesar dos esforços em contrário do proletariado. Mas, nas circunstâncias então predominantes, quando o proletariado não dispunha do poder político em país algum e quando o movimento operário se encontrava fortemente influenciado pelas classes dominantes através de seus agentes, os reformistas, não foi possível frear os provocadores de guerra.

O surgimento do primeiro país socialista no mundo foi, em boa parte, decorrência da firmeza com que as forças de vanguarda do proletariado russo lutaram pela paz. A União Soviética nasceu sob o signo da luta pela paz e pela coexistência de países de regimes sociais diferentes. Esses eram, então, os fatores essenciais para o desenvolvimento do novo fator revolucionário surgido no mundo — e, desde logo, o mais importante — a existência de um país dirigido pelo proletariado e em marcha para o socialismo. O proletariado internacional criava, assim, um destacamento de vanguarda com capacidade para armar-se e colocar-se em pé de igualdade e, ulteriormente, ultrapassar os países capitalistas. Por outro lado, criavam-se as condições necessárias para estabelecer-se, segundo Lenin, uma competição entre dois sistemas, duas formações, duas economias: a comunista e a capitalista.

Condenando vigorosamente as guerras injustas, as guerras imperialistas, a União Soviética fez, em todas as conferências internacionais de que participou, propostas de medidas concretas a favor da paz, tal como a do desarmamento. Mas as forças contrárias à guerra não eram então suficientemente fortes para impor a paz.

O agravamento das contradições inter-imperialistas no quadro da crise geral do sistema capitalista levou o mundo à segunda guerra mundial. Apesar do notável fortalecimento da URSS como resultado dos planos quinquenais e apesar dos desejos de paz dos povos, as forças da guerra continuavam sendo as mais fortes, e o poder de decisão continuava em suas mãos.

Terminada a segunda guerra mundial, que custou aos povos enormes sacrifícios, especialmente aos da Europa e de uma parte da Ásia, surgiu um mundo diferente. A URSS somaram-se os países de democracia popular, formando todo um campo socialista; o mundo colonial entrou em desagregação acelerada, com a conquista da independência de países tão importantes econômica e politicamente quanto a Índia e a Indonésia, seguidos logo de numerosos outros. O fator decisivo representado pela União Soviética na derrota dos agressores fascistas conferiu-lhe uma enorme autoridade sobre os povos de todo o mundo. O desejo de paz dos povos se manifestava de forma viva e atuante. Tudo isso conduziu a acordos internacionais de grande significação, que deveriam estabelecer as bases de um longo período de coexistência e cooperação entre os grandes países, notadamente entre a União Soviética, os Estados Unidos, a França e a Inglaterra.

Isso não impediu, entretanto, que, passado o período de dificuldades imediatas, os grupos mais reacionários e guerreiros do campo imperialista levantassem de novo a cabeça. Eles com-

prendiam que a política de paz e de coexistência não apenas fortalecia o campo socialista como também estimulava as forças democráticas nos países capitalistas. A política de guerra fria constituiu um esforço para impedir este desenvolvimento. Do ponto-de-vista dos seus objetivos imediatos, é preciso dizê-lo, as forças da reação e da guerra alcançaram algum êxito: a produção bélica foi estimulada, os comunistas foram afastados do governo em alguns países europeus, a reação procurou esmagar os movimentos democráticos e emancipadores.

As forças da guerra e da reação já estavam, entretanto, em plena decadência. Por isso mesmo, seus esforços obtiveram resultados muito parcos. O campo socialista continuou a crescer e a fortalecer-se, enquanto prosseguia o desmoronamento dos impérios coloniais da Inglaterra, França, Holanda, etc. As democracias populares se afirmaram, consolidaram seus laços com a União Soviética e entraram decididamente no caminho do socialismo. O povo chinês venceu os reacionários de Chang Kai-shek, por trás do qual estava o imperialismo norte-americano. Os movimentos de emancipação nacional adquiriram novas forças. Um poderoso movimento de partidários da paz e pela proibição das armas nucleares surgiu no mundo. E, finalmente, o poderio da União Soviética aumentou rápida e enormemente.

Foi na base de uma cuidadosa análise dessa situação internacional — das for-

ças que se dão conta das desvantagens que haveria hoje em uma guerra, dos riscos que ela significaria para sua própria subsistência física. Mesmo não participando do movimento da paz, eles tinham muitas vezes posição a favor de negociações, condenam as ações dos círculos mais agressivos. Tais elementos podem participar dos governos. E Lenin já chamava a atenção para a importância de que isso se reveste, ao afirmar que «não nos é indiferente que à frente de governos estejam partidários da guerra ou pessoas inclinadas a negociar, «pacifistas»».

O essencial, entretanto, é que milhões de homens e mulheres no mundo inteiro sentem a necessidade de lutar pela paz, mobilizam-se e atuam em campanhas de paz. Isto, naturalmente, dificulta extremamente as manobras guerreiras e agressivas do imperialismo.

Assim, quando se fala da possibilidade de as guerras serem evitadas não se está adormecendo a consciência das massas e embotando sua ação mas, pelo contrário, se lhes está apontando um objetivo capaz de ser alcançado e pelo qual, portanto, vale a pena lutar. A paz não é apenas uma palavra-de-ordem de agitação, mas sim de ação, um objetivo real.

Concluindo: a tese do XX Congresso de que as guerras já não são inevitáveis se tem revelado acertada e tem ajudado a mobilização das massas na luta pela paz. Toda tentativa de reviver hoje a tese de Lenin de que as guerras são inevitáveis enquanto existir o imperialismo

cerceado, ao mesmo tempo em que o campo de ação das leis do socialismo — emancipação, coexistência e cooperação, paz, etc. — cresce rapidamente. Assim, pretender aplicar as mesmas deduções feitas em circunstâncias diferentes, a uma nova realidade, só pode conduzir a erros. E os erros, no movimento social, têm muitas vezes consequências trágicas.

Mudou, então, a natureza do imperialismo? Não. Não é disso que se trata. Na medida em que vive a busca do lucro, em que procura explorar seu próprio proletariado e os povos atrasados; em que, para atingir seus objetivos, está sempre disposto a lançar mão de todos os meios ao seu alcance, o imperialismo não mudou e não mudará de natureza. Mas, se hoje ele atravessa maiores dificuldades na realização dos seus objetivos, isso acontece independente de sua vontade. O imperialismo continua a ser uma fera e tem vontade de atacar. Não por acaso mantém enormes exércitos, estimula a corrida armamentista, entra a distensão internacional, alimenta a guerra fria, provoca guerras coloniais, arma a Alemanha e o Japão, organiza blocos guerreiros, sustenta regimes fantoches como o de Chang-Kai-shek, mantém bases militares em todo o mundo, manda aviões-espies sobre território da URSS e de outros países socialistas. O capitalismo continua a ser a guerra, como o socialismo continua a ser a paz. Mas, as manifestações práticas dessa natureza do imperialismo são hoje cerceadas por um

de paz e, outras vezes, forçados a renunciar a seus planos e ações agressivas como resultado da atuação das forças da paz. O imperialismo já foi derrotado na Tchecoslováquia e na China, foi derrotado quando quis derrubar o regime socialista na Hungria, foi derrotado em uma série de países na Ásia e na África. Esses círculos se dão, entretanto, bem conta da importância que tem para eles qualquer concessão neste terreno. Dai apegarem-se desesperadamente a suas posições, não vacilando em lançar mão das mais sórdidas e perigosas provocações a fim de fazer fragar negociações concretas. Nem por isso, entretanto, deixam de ser obrigados, de quando em vez, a fazer determinadas concessões. A suspensão temporária das experiências com armas nucleares foi uma vitória das forças da paz. Estas forças poderão conquistar novas vitórias no terreno do desarmamento mobilizando elementos ainda mais poderosos. A luta pelo desarmamento, à frente da qual se encontra a União Soviética, vai profundamente ao encontro das aspirações das grandes massas de todos os países, que sofrem com as enormes despesas impostas pelos modernos programas armamentistas. Por isso, a luta pelo desarmamento é também hoje a luta das massas por melhores condições de vida, contra a carestia e os altos impostos, por mais casas e melhor alimentação em lugar de bombas atômicas e de hidrogênio. Esse objetivo pode ser alcançado através de negociações, sempre que elas

União Soviética e do mundo socialista em geral e constitui o mais alto dever do proletariado e das forças progressistas em todo o mundo.

A coexistência pacífica pode contribuir para o atraso do processo de libertação nacional dos povos coloniais e dependentes? A história demonstra que é o contrário que corresponde à verdade. Foi precisamente neste período de coexistência e luta desde 1945, que uma parte imensa das antigas colônias europeias adquiriu independência política e passou a desenvolver esforços pela conquista da independência econômica. Mais: o processo, embora rudimentar, de competição econômica entre o socialismo e o capitalismo beneficia extraordinariamente os países atrasados. O interesse das capitais inglesas e norte-americanas pelo desenvolvimento da siderurgia na Índia só se manifestou depois de a URSS ter decidido e iniciado a instalação do grande empreendimento de Bihar. Também em relação à América Latina o imperialismo americano é obrigado ao menos a fazer algumas promessas vagas de atendimento de suas reclamações diante das propostas concretas de trocas comerciais vantajosas feitas pela União Soviética e pelos demais países socialistas. A prática de uma política externa independente pode proporcionar aos países atrasados, enormes possibilidades de aproveitamento do avanço técnico e científico dos países socialistas.

A paz e a coexistência pacífica podem prejudicar as conquistas democráticas dos povos? Também aqui a história revela que a verdade é o contrário. Nós mesmos temos exemplo concreto. A política de distensão internacional que se seguiu ao estabelecimento da paz, em 1945, foi acompanhada do mais amplo surto de liberdades democráticas que conhecemos em nossa história moderna. Em troca, o período de guerra fria que se seguiu, somado ao fato de não termos sabido desmascarar a chantagem da guerra, foi acompanhado de violenta repressão ao movimento operário e democrático. O mesmo aconteceu, aliás, praticamente em todo o mundo capitalista. E o período de relativa distensão que se vem acentuando, entre avanços e recuos, desde 52/53 tem sido acompanhado também de conquistas democráticas de nosso povo.

A coexistência pacífica entre países de regimes sociais diferentes e antagonistas é possível e necessária e corresponde aos interesses superiores do proletariado e dos povos do mundo inteiro. Mas essa coexistência tem de ser imposta aos círculos mais reacionários e agressivos do imperialismo através dos esforços dos países socialistas, secundados pela ação das massas proletárias e populares, de todos que amam a paz. Exercidos com vigor, tenacidade, persistência, esses esforços têm sido profícuos e poderão continuar produzindo resultados concretos.

A verdade é que progredimos precisamente neste sentido e se as forças do socialismo e da paz se mantiverem firmemente unidas e perseverarem na luta nesta direção, progrediremos mais ainda. Progrediremos entre avanços e recuos, mas na direção indicada. Dois fatos relativamente recentes ilustram bem essa tese.

O primeiro, negativo, é o episódio do envio do avião-espião U-2 à União Soviética, seguido logo pelo caso do RB-47. O resultado dessa política agressiva do imperialismo tem sido um novo desmascaramento do campo da guerra e, portanto, seu maior enfraquecimento e um novo fortalecimento do campo da paz.

O outro fato, positivo, é o da atual Assembléia da ONU. O fortalecimento do campo do socialismo e da paz reflete-se agora de forma viva ali. A esmagadora máquina de votar do imperialismo norte-americano está sendo substituída por uma reunião em que o péso dos países que defendem a paz e fazem política independente dos Estados Unidos cresce constantemente.

O Problema da Paz e da Guerra e os Caminhos Para o Socialismo

Joaquim Câmara Ferreira

cas que cresciam e se afirmavam cada vez mais e das que diminuíam e tendiam para o próprio aniquilamento — que o XX Congresso do PCUS formulou as conhecidas teses sobre a possibilidade de as guerras serem evitadas, sobre a coexistência pacífica e sobre os diversos caminhos para o socialismo.

As guerras já não são inevitáveis

Partindo de que a guerra não é apenas uma decorrência de fatores econômicos, mas que seu desencadeamento depende em grande medida também da correlação de forças de classe, das forças políticas, do grau de organização e da vontade consciente dos homens, o XX Congresso do PCUS chegou à conclusão de que as guerras já não são, hoje, fatalmente inevitáveis; de que agora existem enormes forças que dispõem de meios para impedir o desencadeamento da guerra pelo imperialismo e para dar aos agressores uma resposta esmagadora, caso se atrevam a iniciá-la.

Significa isto que o imperialismo tenha perdido seu caráter explorador e guerreiro? E não vai isso de encontro à conhecida tese de Lenin de que as guerras são inevitáveis sob o imperialismo?

Estas são duas questões básicas que se entrelaçam. Teremos de analisá-las conjuntamente. Mas, em primeiro lugar é necessário ter presente que o leninismo não constituiu um sistema de afirmações válidas para todas as circunstâncias e para todos os momentos. Não é um conjunto de dogmas. Da mesma forma que Marx e Engels, Lenin sempre fez questão de frisar que o importante é analisar-se as situações concretas dentro de todas as circunstâncias que se cercam. O imperialismo de hoje está muito longe de ser o mesmo analisado por Lenin, o imperialismo que conduziu à guerra de 14, o imperialismo esmagadoramente mais forte que o socialismo, do período imediatamente posterior à I guerra mundial. O imperialismo é hoje um sistema em franca decadência e que não pode, por isso mesmo, fazer o que deseja. Já em seu tempo Lenin proclamava que o conteúdo da nova época que se iniciara com a vitória da revolução na velha Rússia se exprimiria no extermínio do capitalismo e dos seus vestígios, bem como na introdução das bases e da ordem comunista. Hoje, o socialismo predomina sobre 1/3 da humanidade e sobre uma quarta parte da terra. Mais de 1 bilhão de homens vivem em países socialistas. Mais de 800 milhões de homens se libertaram do domínio imperialista e construíram seus estados nacionais independentes. Surgiram países capitalistas que tomam posição de neutralidade e pela paz, como a Áustria e a Finlândia. O movimento de libertação nacional continua a crescer nas antigas colônias, nos países atrasados e dependentes. O movimento dos partidários da paz reúne forças poderosíssimas.

A situação é, portanto, completamente outra, inteiramente diferente daquela na qual Lenin enunciou suas teses. O campo de ação das leis do imperialismo — colônias, mercados, mão-de-obra barata para matérias-primas, super-exploração das massas coloniais e dependentes, guerra, etc. — foi muito

conjunto de circunstâncias que independem do capitalismo. Ele já não tem liberdade de movimentos. O ladrão não deixa de sê-lo mesmo quando, vivendo em uma sociedade suficientemente policiada, já não tem oportunidade de assaltar e roubar como antes.

A prova por excelência de tudo isto está na própria prática, na vida. Por três vezes, neste último quinquênio, o mundo esteve vítima a sérias tensões de guerra. A primeira foi em 1956, quando a França e a Inglaterra, com a ajuda de Israel, desencadearam um ataque contra o Egito, visando manter o controle dos grandes grupos imperialistas sobre o canal de Suez. A invasão do Egito pelas forças anglo-francesas foi sustada algumas horas depois do ultimatum soviético nesse sentido. Em 1957 foi uma mobilização parcial do exército soviético que levou o governo turco a desistir de seus planos de agressão à Síria. E em 1958, só não se produziu um ataque ao Iraque, quando da revolução antiimperialista que sacudiu o país, devido também à firme posição da URSS em defesa do novo governo e do povo iraquiano.

O exemplo de Cuba é ainda mais recente e expressivo. É evidente que a agressão do imperialismo norte-americano contra a brava revolução cubana não foi levada a cabo diante da firmeza com que a URSS prometeu responder com seus foguetes à ação dos agressores. Isso também prova que o poderio crescente da URSS é capaz de deter os agressores mesmo em regiões muito afastadas de suas bases.

Há ainda um outro fator importantíssimo a cercar a ação agressiva do imperialismo: a mobilização e a ação das grandes massas pela paz. De há muito que o proletariado e outros importantes setores sociais se deram conta de todo o horror que significaria hoje uma guerra mundial. As armas termo-nucleares e os foguetes balísticos, quando não a utilização de satélites artificiais para fins bélicos, constituem uma ameaça permanente a toda a humanidade, e não apenas aos exércitos combatentes, não apenas aos países acaso empenhados em uma guerra. São bem conhecidos os efeitos mortíferos de simples experiências com armas atômicas, conduzidas, ao que tudo faz acreditar, com algum cuidado. Está claro que as nuvens radioativas não se detêm diante desta ou daquela fronteira porque o país ali localizado não está em guerra. Nem as explosões distinguirão entre combatentes e não combatentes.

A técnica, neste caso, não é o fator determinante em última instância. Mas também não se pode subestimar a importância do fator técnico pela sua própria repercussão sobre as massas, pela sua repercussão política, em última instância. E também pela sua importância intrínseca. É inegável que o enorme poderio destruidor das armas modernas já está sendo, em certa medida, um fator de paz. Kruskaia lembra um pensamento de Lenin sobre isto: «O desenvolvimento da técnica militar pode fazer chegar o dia em que a guerra se torne tão destruidora que se faça impossível».

No mundo capitalista há loucos à solta. Dai o perigo tanto maior que a humanidade corre. Mas também há elementos do próprio mundo capitalista

não apenas contrária a realidade objetiva como também prejudica a mobilização das massas na luta pela paz, debilita sua ação e, conseqüentemente, favorece as manobras dos que desejam a guerra.

A coexistência é possível

Desde sua instauração, o Estado soviético lutou pela paz e também pela coexistência pacífica. Esta idéia está estreitamente ligada à de cooperação e à de competição pacífica. Se não desejamos a guerra e sim a paz, é necessário que se estabeleçam termos de entendimento entre países de regimes sociais diferentes, é preciso que haja cooperação e também competição, luta. Luta no terreno político, ideológico e econômico. Da vitória no terreno econômico dependerá a vitória no terreno do bem-estar das massas e, portanto, o fato de este ou aquele regime poder se apresentar diante das massas do mundo inteiro como o melhor, como o que deve dar o exemplo a ser imitado.

Da mesma maneira que se pronunciou pela paz desde a instauração do Estado Soviético, Lenin defendeu também a coexistência pacífica com os países capitalistas e foi por culpa destes, nunca da União Soviética, que alguns tardaram tanto a estabelecer relações normais com o país socialista.

A coexistência pacífica está, portanto, estreitamente vinculada ao problema da paz. Constitui um importante fator de distensão e do estreitamento de relações entre países de regimes diferentes. Mas, ao admitirmos a perspectiva da coexistência pacífica — a perspectiva que se opõe à da guerra em todas suas modalidades, «fria» ou «quente», devemos lutar pela sua realização. E coexistência pacífica implica hoje na manutenção de relações diplomáticas, econômicas e culturais normais, mas também em uma série de medidas — notadamente o desarmamento — destinadas a afastar o perigo de guerra e a solução de alguns problemas agudos, como o de Berlim, o da independência das colônias, o da admissão da China na ONU, o das modificações estruturais na própria ONU, de acordo com a nova realidade mundial.

Mas, será possível encontrar uma solução para esses problemas tão difíceis e que vêm desafiando o mundo há tantos anos? Se partirmos da premissa de que a coexistência é possível e necessária, então estes problemas também poderão e deverão ser solucionados, por mais difíceis que sejam. O imperialismo não aceitará facilmente o desarmamento. O armamentismo constitui uma das suas pilstras econômicas e políticas mais importantes.

Dessa dificuldade concreta que existe podemos deduzir, entretanto, que não podemos lutar por esse objetivo, que jamais o alcançaremos? Ou simplesmente equacionar este problema poderá contribuir para adormecer a vigilância das massas?

É evidente que os círculos mais reacionários e agressivos do imperialismo não aceitarão de bom grado o desarmamento, como de bom grado não aceitarão medida alguma tendente à distensão. Mas isso também não significa que não tenham sido numerosas vezes levados a aceitar importantes medidas

sejam apoiadas por manifestações inequívocas da vontade das massas.

Renunciar à luta pelo desarmamento é renunciar ao caminho da coexistência pacífica, ao caminho da paz. E a outra hipótese, a da guerra, embora não signifique a destruição completa da humanidade, mas sim a destruição do imperialismo e do capitalismo, imporia, sem dúvida, enormes sacrifícios aos povos. O comunismo sairia vitorioso no caso de uma guerra, mas sairia vitorioso a um preço excessivamente caro para os povos. Se é verdade que todos os caminhos conduzem hoje ao comunismo, não é menos certo que temos o direito, mais do que isso, a obrigação, de escolher o melhor caminho. E o melhor caminho hoje é o da coexistência pacífica. Ele é que acarretará menores sacrifícios e mais vantagens para as grandes massas trabalhadoras e populares de todo o mundo.

Trata-se de um caminho difícil, também esse, da coexistência. Ele implica em negociações, em luta porfiada pela imposição dos pontos-de-vista das forças da paz, pela conquista dos objetivos da paz. Mas é nossa obrigação lutar persistentemente por ele.

Esse caminho da coexistência e da paz significa atrasar de qualquer maneira a luta pela emancipação social do proletariado, a marcha para o comunismo? Há quem acredite que atrasa e compromete. Temos para nós, entretanto, que isso não corresponde à verdade. O caminho da coexistência pacífica acelera a marcha para o comunismo.

O período de coexistência e de luta com o imperialismo que temos vivido desde 1945 tem contribuído para a afirmação do campo socialista, para a decomposição do campo imperialista, para o fortalecimento das forças da paz, para a acumulação de forças do proletariado revolucionário. Ao defender a coexistência, os comunistas não renunciam de maneira alguma à luta contra o regime capitalista, senão que a intensificam. Neste processo, ampliou-se e fortaleceu-se a influência da União Soviética e das idéias do socialismo sobre os povos de todo o mundo. As viagens de Kruschiow e de outros dirigentes soviéticos a países capitalistas e a países que conquistaram sua independência política há relativamente pouco tempo têm constituído sempre propaganda das mais eficazes do socialismo. A política de assistência da URSS aos países atrasados e dependentes da Ásia, da África e da América Latina (Cuba) também constitui uma lição prática e concreta de como o socialismo encara o direito dos povos à autodeterminação e atrai a simpatia das massas desses povos para o socialismo. A política de paz e de coexistência pacífica da URSS desperta as massas para a luta contra os provocadores de guerra, o que vale dizer contra o imperialismo.

A paz e a coexistência pacífica são necessárias ao proletariado internacional não para a manutenção do estado de coisas em que vivemos, para a perpetuação da injustiça e da exploração, mas precisamente para assegurar aos trabalhadores e aos povos o melhor caminho para sua emancipação. Dai porque a defesa da paz e da coexistência se confunde hoje com a defesa da

União Soviética e do mundo socialista em geral e constitui o mais alto dever do proletariado e das forças progressistas em todo o mundo.

A coexistência pacífica pode contribuir para o atraso do processo de libertação nacional dos povos coloniais e dependentes? A história demonstra que é o contrário que corresponde à verdade. Foi precisamente neste período de coexistência e luta desde 1945, que uma parte imensa das antigas colônias europeias adquiriu independência política e passou a desenvolver esforços pela conquista da independência econômica. Mais: o processo, embora rudimentar, de competição econômica entre o socialismo e o capitalismo beneficia extraordinariamente os países atrasados. O interesse das capitais inglesas e norte-americanas pelo desenvolvimento da siderurgia na Índia só se manifestou depois de a URSS ter decidido e iniciado a instalação do grande empreendimento de Bihar. Também em relação à América Latina o imperialismo americano é obrigado ao menos a fazer algumas promessas vagas de atendimento de suas reclamações diante das propostas concretas de trocas comerciais vantajosas feitas pela União Soviética e pelos demais países socialistas. A prática de uma política externa independente pode proporcionar aos países atrasados, enormes possibilidades de aproveitamento do avanço técnico e científico dos países socialistas.

A paz e a coexistência pacífica podem prejudicar as conquistas democráticas dos povos? Também aqui a história revela que a verdade é o contrário. Nós mesmos temos exemplo concreto. A política de distensão internacional que se seguiu ao estabelecimento da paz, em 1945, foi acompanhada do mais amplo surto de liberdades democráticas que conhecemos em nossa história moderna. Em troca, o período de guerra fria que se seguiu, somado ao fato de não termos sabido desmascarar a chantagem da guerra, foi acompanhado de violenta repressão ao movimento operário e democrático. O mesmo aconteceu, aliás, praticamente em todo o mundo capitalista. E o período de relativa distensão que se vem acentuando, entre avanços e recuos, desde 52/53 tem sido acompanhado também de conquistas democráticas de nosso povo.

A coexistência pacífica entre países de regimes sociais diferentes e antagonistas é possível e necessária e corresponde aos interesses superiores do proletariado e dos povos do mundo inteiro. Mas essa coexistência tem de ser imposta aos círculos mais reacionários e agressivos do imperialismo através dos esforços dos países socialistas, secundados pela ação das massas proletárias e populares, de todos que amam a paz. Exercidos com vigor, tenacidade, persistência, esses esforços têm sido profícuos e poderão continuar produzindo resultados concretos.

A verdade é que progredimos precisamente neste sentido e se as forças do socialismo e da paz se mantiverem firmemente unidas e perseverarem na luta nesta direção, progrediremos mais ainda. Progrediremos entre avanços e recuos, mas na direção indicada. Dois fatos relativamente recentes ilustram bem essa tese.

O primeiro, negativo, é o episódio do envio do avião-espião U-2 à União Soviética, seguido logo pelo caso do RB-47. O resultado dessa política agressiva do imperialismo tem sido um novo desmascaramento do campo da guerra e, portanto, seu maior enfraquecimento e um novo fortalecimento do campo da paz.

O outro fato, positivo, é o da atual Assembléia da ONU. O fortalecimento do campo do socialismo e da paz reflete-se agora de forma viva ali. A esmagadora máquina de votar do imperialismo norte-americano está sendo substituída por uma reunião em que o péso dos países que defendem a paz e fazem política independente dos Estados Unidos cresce constantemente.

Os caminhos para o socialismo

O outro problema básico do movimento revolucionário mundial nos dias de hoje é o dos caminhos para o socialismo. No XX Congresso do PCUS, depois de citar Lenin, que admitia francamente a multiplicidade de caminhos para o socialismo e de apresentar as numerosas variantes surgidas após a II guerra mundial, o camarada Kruschiow afirmou: «É plenamente possível que as formas de transição ao socialismo sejam cada vez mais variadas. Certamente não é obrigatório que a realização destas formas esteja unida, em todas as circunstâncias à guerra civil». E, depois de examinar a possibilidade real do aproveitamento hoje, numa série de países, do caminho parlamentar apoiado no movimento revolucionário de massas, adverte: «Em todas as formas de transição ao socialismo é condição indispensável e decisiva que a direção política seja exercida pela classe operária, encabeçada por sua vanguarda. Sem isto é impossível a passagem ao socialismo.»

Por sua vez, a Declaração dos Partidos Comunistas e Operários dos Países Socialistas reconhece e proclama que «nas condições atuais, numa série de países capitalistas, a classe operária, com seu destacamento de vanguarda à frente, tem a possibilidade de, na base da frente operária e popular e de

ESTADO DA GUANABARA GANHA O PRIMEIRO "ROUND"

Justiça Decide: Light é um "Holding"

Decidindo uma das questões preliminares na questão entre a Rio Light e o Estado da Guanabara, o juiz Amílcar Laurindo Ribas, da 1ª Vara da Fazenda Pública, sustentou que a referida empresa faz parte de um «holding» e, portanto, um estudo sobre a situação financeira de qualquer dos seus serviços não pode ser feito senão levando-se em conta os demais serviços.

A questão fora suscitada pelos advogados do Estado da Guanabara. A Light, como foi noticiado, através de duas de suas empresas — a Rio Light — Serviços de Electricidade e Carris e a Companhia Ferro-Carril do Jardim Botânico — entrou com uma ação na justiça pleiteando a rescisão do contrato de concessão de bondes e vultosa indenização. Alegou a Light que o Estado deixara de cumprir uma série de cláusulas contratuais, daí o déficit apresentado pelos serviços de bondes... De fato, o que ocorre é coisa bem diversa: através de um jogo de escritas, a Light transfere despesas de outros serviços para os serviços de bondes e os lucros e os bens destes para outros serviços. Com esse artifício, evidentemente, o serviço de bondes só pode mesmo apresentar-se como deficitário. E a coisa chega a extremos tais que quando os empregados em carris solicitam aumento de salários, a empresa imperialista, com o maior desplante, alega incapacidade para atender ao pedido, transferindo-o para o público, através dos aumen-

tos de tarifas, contando para isso com a cumplicidade decisiva das autoridades do Poder Executivo.

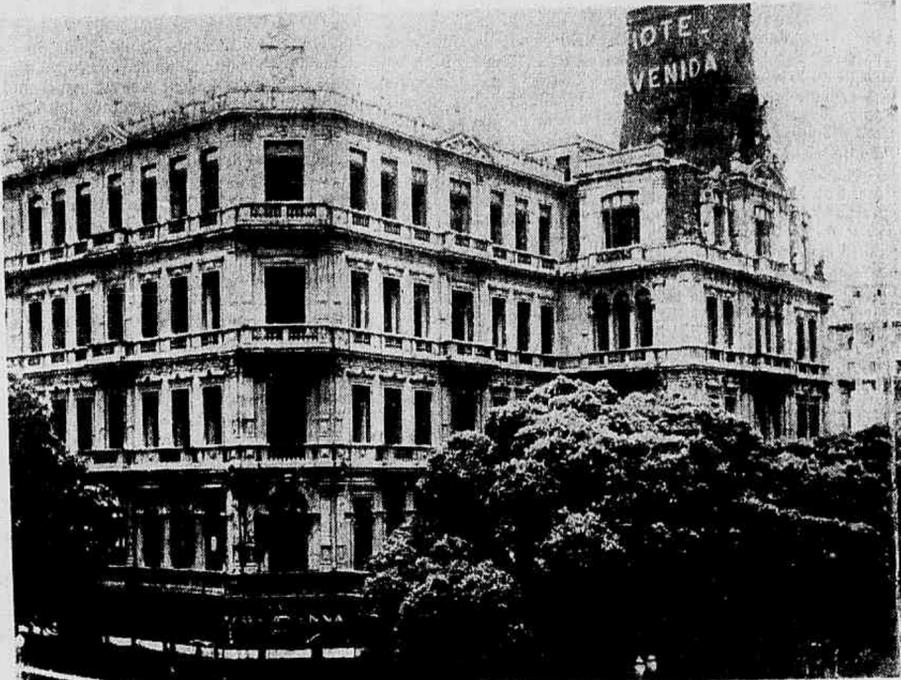
Como provar a fraude?

Entretanto, para provar o procedimento fraudulento do truste estrangeiro, o primeiro passo deveria consistir em mostrar que o serviço de bondes não era uma atividade autônoma do grupo Light, mas apenas um dos ramos por ele explorado. O que aliás, todo mundo sabe. E foi esse o caminho empreendido pelos advogados do Estado da Guanabara. Entraram com um arrazoado na justiça pleiteando a declaração do litisconsórcio necessário entre a Rio Light, a Companhia Ferro-Carril Jardim Botânico e a COBAST (Companhia Brasileira Administradora de Serviços Técnicos) e a BRASCAN, Expansão e Investimentos S. A. Concluindo, ainda que provisoriamente, pela existência do mencionado litisconsórcio — que a Light tudo fez para negar — o juiz Amílcar Laurindo Ribas tomou uma decisão que poderá ser o ponto de partida para revelar todo um novo filão de fraudes, falcatruas e irregularidades praticadas pelo grupo Light no Brasil.

Portanto, a Light perdeu o primeiro «round».

Desmascaramento da Light

O arrazoado apresentado pelos advogados do Estado da Guanabara à 1ª Vara da Fazenda Pública é um longo trabalho. Editado em se-



Light «vende» à Light imóvel do Estado

parata pela revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado (nº 9), compôs um grosso volume de quase 500 páginas, onde se encontra um rico material que conta muita coisa da escabrosa história da Light no Brasil.

O livro se divide em nove capítulos, que tratam: o primeiro, de considerações introdutórias; o segundo do litisconsórcio ativo, com um longo e fundamentado estudo sobre os «holdings», um exame da estrutura do Grupo Light; o terceiro, quarto e quinto capítulos tratam das preliminares, do mérito da ação e das conclusões da contestação. Ai são estudados os diversos aumentos tarifários concedidos, a má administração das concessionárias, apontada como causa de todos os males, a pretensão do truste em face da Constituição e outros pontos de capital importância; o sexto contém o pedido de reconvenção apresentado pelo Estado da Guanabara. Nesse capítulo, são feitas considerações sobre o problema da electricidade no Brasil, é afirmada a competência do Estado da Guanabara para fiscalizar as concessões à Rio Light, que é caracterizada como uma so-

cidade estrangeira, são indicadas as infrações contratuais, etc.; o sétimo capítulo é uma coletânea de documentos altamente valiosos, tais como atas, ofícios, balanços, etc.; o oitavo compõe-se de três outros trabalhos, entre os quais um estudo do engenheiro Américo Barbosa de Oliveira sobre «Tarifas de serviço público e empresa privada»; por fim, o capítulo nono contém a réplica do Estado à impugnação do litisconsórcio.

Um exemplo

Desse repositório de dados e informações sobre as fraudes da Light, mencionaremos apenas um exemplo: o alto custo atribuído à contabilidade da Divisão de Carris da Companhia Carris Luz e Força do Rio de Janeiro. De acordo com o que apurou o contador Olímpio Gallego Soares, somente as despesas com a contabilidade empregada na Divisão de Carris elevaram-se em 1956 a cerca de 40 milhões de cruzeiros (precisamente Cr\$ 39.478.329,40). Enquanto isto, afirma o mencionado contador, toda a contabilidade pública da então Prefeitura do Distrito Federal (que registra e controla operações consubstanciadas num orçamento de doze bilhões de cruzeiros) custou à fazenda municipal, em números redondos, 16 milhões de cruzeiros. Em outras palavras: a Light alega haver gasto, somente com um dos seus

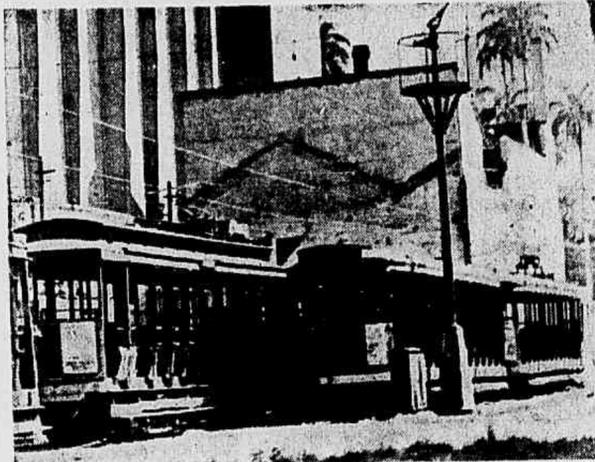
serviços, o de carris, duas vezes e meia o que a Prefeitura gastou com toda a sua contabilidade. É evidente que, no caso, trata-se apenas de um artifício contábil; o exagêro das despesas de contabilidade nos serviços de bondes para compor o que a Light apresenta como sendo deficit desses serviços.

Muitos outros exemplos poderiam ser citados para comprovar a má fé e a burla de que se vale o truste estrangeiro para lesar o Brasil e ainda, por cima de tudo, ter o desplante de pleitear em juízo uma vultosa indenização do Estado, sob a alegação de não cumprimento de contratos!

Exemplo a ser seguido

O processo fraudulento de que se vale a Light no Rio para apresentar como deficitário o serviço de bondes é o mesmo empregado pela Bond & Share ali onde ainda tem responsabilidade sobre o mesmo serviço. Cumpre, então, às autoridades desses Estados e municípios documentar a fraude e recorrer à justiça para provar a interligação entre os diversos serviços concedidos e fazer cumprir os contratos assinados — ou rescindi-los, caso as concessionárias persistam neste furto ao país.

A decisão do juiz Amílcar Laurindo Ribas feriu apenas um aspecto da questão, que prossegue seu curso na 1ª Vara da Fazenda Pública.



Light não tem prejuízos

Além de mal administrado e sob males técnicos antiquados, o serviço de bondes é vultoso por onde a Light descarrega despesas de outros serviços que explora. Assim, aparece como deficitário. Será, realmente?

O Problema da Paz e da Guerra e os Caminhos Para o Socialismo

(Conclusão da 2ª páq.)

Outras formas possíveis de acordo e de colaboração política entre diferentes partidos e organizações sociais, unificar a maioria do povo, conquistar o poder estatal sem guerra civil e garantir a passagem dos meios fundamentais de produção para as mãos do povo.

Desde Marx, Engels e Lenin, os comunistas jamais disseram que se havia um caminho para o socialismo, o da insurreição armada e da guerra civil. Entretanto, muitos de nós fomos educados numa época em que esse caminho se apresentava como o mais provável, praticamente o único naquele momento. Era a época do predomínio da reação, do ascenso do fascismo. Daí se ler, praticamente erigido em princípio o caminho insurrecional e da guerra civil para o socialismo, estendendo-se o mesmo conceito às revoluções libertadoras dos povos coloniais e dependentes. Na verdade, entretanto, tanto Marx como Lenin sempre afirmaram, diante de situações concretas, tanto o caminho da luta armada como o caminho pacífico da revolução.

Talvez ao não o caminho pacífico, o objetivo revolucionário e sempre o mesmo: a destruição da velha ordem de coisas, de uma velha máquina do Estado e a instauração de uma nova ordem de coisas, de uma nova máquina estatal capaz de realizar as reformas sociais e econômicas necessárias. Também é certo que o caminho pacífico só se torna possível quando as velhas classes dominantes já não tem as mesmas condições do passado de usar a violência, ou já não o podem fazer na mesma medida de antes. Estas novas condições surgiram no mundo com o avanço do campo socialista e o debilitamento contínuo do campo imperialista. Em consequência disso é que se verifica hoje um avanço democrático geral, os direitos e liberdades do povo são mais respeitadas. O corpo eleitoral aumenta e as possibilidades de manifestar sua vontade são mais frequentes. Isso naturalmente, não se processa sem lutas, sem avanços e recuos. A Alemanha e a França de nossos dias são exemplos e exemplos de países em que as liberdades democráticas têm sido restringidas. Mas o sentido geral do desenvolvimento é o que apontamos.

Caminho pacífico não pode ser confundido com coexistência pacífica

entre classes antagonicas. Trata-se, sim, de uma aguda luta de classes, no terreno democrático. Caminho pacífico são as eleições mas também as manifestações revolucionárias de massas no Japão e na Coreia do Sul, que dão por terra com governos odiados pelo povo. Caminho pacífico são greves, passeatas, manifestações de toda ordem, é a combinação da luta parlamentar com a extraparlamentar, da luta dentro dos marcos «legais» com a luta fora desses marcos. E' do nosso dever explorar ao máximo esta possibilidade de trilhar o caminho pacífico porque ele é o menos doloroso, o mais conveniente para a classe operária. Mas devemos também estar preparados para percorrer o outro caminho, o caminho insurrecional e da guerra civil, caso ele não seja imposto pelas circunstâncias, caso a violência das velhas classes dominantes feche o caminho pacífico.

Abrir esta perspectiva significa iludir e adormecer as massas? Significa atrasar o processo revolucionário? E' evidente que não. Fechar os olhos a esta possibilidade real, deixar de considerar um caminho que é o mais favorável para as massas é que pode atrasar sua mobilização e, conseqüentemente, a conquista do próprio objetivo. E' evidente que se obrimos para as massas um caminho que ela considera possível haverá mobilização. Mas se apontamos apenas uma perspectiva que ela, no momento, não acredita possível, a mobilização não se faz.

Se aceitamos o caminho pacífico para o socialismo, podemos também aceitar o caminho pacífico para a revolução anti-imperialista e anti-fascista. No V Congresso damos uma resposta positiva a esta pergunta, confirmando tudo quanto havia sido dito desde a aprovação da Declaração Política de Março de 58. Trata-se de uma maneira geral do caminho pacífico da revolução, em suas diversas etapas e fases. O que nos abre hoje esta perspectiva é o conjunto da própria situação internacional, o fato de o imperialismo estar enfraquecido e se enfraquecer cada vez mais enquanto o socialismo se fortalece constantemente, o fato de forças cada vez mais numerosas se disporem à luta pela emancipação nacional. Hoje os agentes do imperialismo que atuam no país são agentes de

fórcas em decadência. Os elementos das velhas classes dominantes que se escoram no imperialismo apóiam-se em troncos podres. Essa situação internacional, essa perspectiva de apoio do campo socialista anima também outros setores da nossa sociedade à luta contra o imperialismo. Grupos crescentes da burguesia, tanto em nosso país como nos demais países dependentes e coloniais, dando-se conta do enfraquecimento do imperialismo reclamam uma maior participação e mesmo o monopólio da exploração do povo brasileiro e, para que isso seja possível, uma maior participação e mesmo o controle do aparelho do Estado.

Os acontecimentos destes últimos 15 anos mostram claramente que essa perspectiva é plenamente legítima. Foi por essa via de desenvolvimento pacífico, com alternativas de luta armada, que toda uma série de povos se libertou da dominação imperialista, a começar pela Índia e terminando por muitos povos da África. Está claro que há algumas décadas atrás, não poderíamos sequer supor que a mais rica das colônias inglesas, a Índia, pudesse conquistar sua independência política sem uma luta armada de grandes proporções. O mesmo se pode dizer de muitos países da África. E' certo que o imperialismo procura ainda manobrar a fim de manter suas garras firmadas nesses países. Mas a realidade é que o sentido em que todos marcham é o da luta e da conquista da completa emancipação.

Em nosso caso não podemos tomar esta perspectiva como única e absoluta. Há inúmeras condições, por vezes determinadas circunstâncias, que podem ter de trilhar o caminho não pacífico. Lutando com convicção pelo caminho pacífico, devemos também estar conscientes da possibilidade de termos de enveredar pelo caminho não pacífico. Acreditamos, entretanto, que a melhor maneira de mobilizar o Partido e as massas para trilharem também o caminho não pacífico, em caso de necessidade, é deixar claro agora o nosso empenho em marchar pelo caminho pacífico. De qualquer maneira, o maior perigo agora seria não compreender-se a possibilidade real de fazerem a revolução avançar pelo caminho pacífico, deixando com isso de explorá-la a fundo.

Nota Econômica

Lange: Desarmamento e Desenvolvimento Econômico

O número de outubro da revista cultural "Perspectivas Polonaises" traz, entre outros trabalhos de interesse, o texto de uma conferência pronunciada em Varsóvia pelo professor Oskar Lange durante a recente reunião da Federação Mundial das Associações para as Nações Unidas. Nesse trabalho, o eminente estadista e professor que ainda há meses esteve em visita ao Brasil, integrando uma delegação parlamentar do seu país, procede a uma análise do problema do desarmamento em relação com o desenvolvimento econômico.

Afirma, inicialmente, o professor Lange que o desenvolvimento econômico tornou-se o problema mais importante da vida internacional. Tal fato decorre da atual situação da economia e da política mundiais, que se caracterizam por dois fenômenos: a existência de dois sistemas socio-econômicos (o socialista e o capitalista) e a crescente aspiração dos países subdesenvolvidos de beneficiar-se dos frutos econômicos e sociais da ciência e da tecnologia modernas.

Esses dois fenômenos, afirma Lange, estão estreitamente ligados entre si: numerosos países, anteriormente subdesenvolvidos adotaram o sistema econômico socialista — ou um sistema que tende para este — como o instrumento principal para um rápido desenvolvimento econômico, enquanto que em outros países subdesenvolvidos o desenvolvimento econômico se opera segundo um sistema capitalista mais ou menos clássico.

A coexistência de países com sistemas diferentes, prossegue, implica a questão da índice comparativo do desenvolvimento econômico, a questão de saber quais destes países se desenvolverão mais depressa e como se repercutará no futuro potencial mundial da produção. Pergunta, de então, o professor Lange: "Dada a existência de países subdesenvolvidos tanto do lado capitalista, como do lado socialista, coloca-se uma questão: quais são os meios mais eficazes a aplicar para assegurar um rápido desenvolvimento econômico desses países?"

Continuando, afirma o professor que estas questões dividem o mundo, são a causa das divisões e dos blocos de Estados e, em numerosos países, também a origem de uma divisão interna no seio da nação. A isto, vem junção-se a circunstância de que numerosos países ainda se encontram política e economicamente subordinados a outros e lutam por sua liberdade e sua independência. O fato de que vivamos num mundo cheio de interesses divergentes e de conflitos é considerado pelo cientista polonês como coisa inevitável, "pois assim que evolui a história da humanidade".

Entretanto, agrega ele, independentemente dessas divergências e desses conflitos existe uma margem crescente de interesse mútuo e uma convergência de opiniões sobre a maneira como se os poderes mundiais. Assim, percebe-se mais e mais que, em face da diferença e contradição das armas modernas, todas as diferenças e contradições devem ser resolvidas pacificamente. E, em conse-

quência, cresce a consciência da necessidade e da possibilidade de uma coexistência pacífica. Ao mesmo tempo, compreende-se cada vez melhor que a verdadeira coexistência pacífica implica numa cooperação entre os diferentes países e que esta última pode-se efetuar em proveito de todas as partes em causa, não importa que diferenças existam entre elas.

"O pivô da coexistência pacífica e o desarmamento. Mas, o desarmamento exige a cooperação; e não o exige apenas nos domínios político, técnico e militar mas também em matéria de política econômica, porque o desarmamento é também um problema econômico".

Passando, então, a tratar do problema do desarmamento, diz Lange que seria superfluo acentuar as vantagens econômicas e sociais do desarmamento, no que diz respeito aos recursos econômicos que liberaria. Entretanto, acentua, há um certo número de problemas econômicos que deve ser considerado se se deseja que o desarmamento se opere sem graves perturbações econômicas. "Estes problemas decorrem da transferência da mão-de-obra e de sua conversão para fins não militares, da capacidade industrial, dos estoques de matérias-primas, etc., afetados no momento à produção de armas." Considera o renomado economista que este problema se coloca tanto a economia socialista, como a economia capitalista. Apesar disso, porém, são diferentes, nos dois casos, os meios para resolver a questão.

Como poderá resolvê-lo a economia socialista? Considera Oskar Lange que para o socialismo o desarmamento é uma questão de organização e de planificação, uma questão de administração adequada da economia nacional. Assim, as dificuldades resultantes de problemas técnicos no que se refere à rápida transferência da mão-de-obra e dos recursos materiais, acarretarão a necessidade de uma revisão dos planos e de um reajustamento nas formas de organização da atividade econômica. Tais dificuldades constituem o que os economistas chamam de "fricções" no ajustamento da atividade econômica às novas condições e às novas tarefas. Não são dificuldades minúsculas, adverte, mas com uma certa competência no domínio da política e da planificação econômica elas poderão ser certamente superadas.

Ja no que toca ao problema na economia capitalista, a solução se apresenta com uma complexidade bem maior, em relação com a diminuição da demanda efetiva — ou redução do poder aquisitivo — que acompanha obrigatoriamente este processo de reconversão. Mesmo assim, porém, o professor Lange considera que existem soluções para o problema, sempre e desde que dentro do esquema geral da coexistência pacífica e da cooperação internacional.

E' o que veremos na próxima nota.

Josué Almeida

Dicionário

A Escravidão no Antigo Oriente

Nos latifúndios romanos, em face do amplo emprego do trabalho escravo e da utilização da cooperação em larga escala, os cereais e outros produtos eram obtidos a custos muito inferiores do que nas pequenas propriedades camponesas. Que sucedia, então? O pequeno camponês era deslocado da produção, caía na escravidão, ou incorporava-se às massas miseráveis das cidades — os vagabundos.

A diferença entre a vida existente na cidade e no campo, que surgira ainda no período de transição do regime comunitário primitivo para o escravismo, acentuava-se mais e mais. A cidade contrapunha-se ao campo e para ela confluíam os aristocratas escravistas, comerciantes, usurários, o funcionalismo do Estado escravista, que exploravam as massas camponesas.

Também o trabalho deixou de ter o mesmo significado que antes: a ampla utilização dos escravos possibilitou aos escravistas libertar-se do trabalho físico, descarregando-o sobre os escravos. Para os senhores de escravos, o trabalho físico era desprezível, digno apenas de escravos. E levaram uma existência parasitária. Densa maneira, à medida que a escravidão se desenvolvia, uma parte da população livre desvinculava-se da produção, da atividade produtiva. Não mais se sustentava; tinha que ser sustentada. Quanto aos senhores de escravos, bem como outros homens livres, ocupavam-se apenas dos assuntos de Estado, da ciência, das artes, que alcançaram significativo desenvolvimento. Com isto, iniciou-se também a contraposição entre o trabalho físico e o intelectual.

O principal traço das relações de produção no regime escravista é a exploração dos escravos. Isto, entretanto, não significa que o modo de produção escravista não tenha tido suas particularidades essenciais em diferentes países.

Nos países do antigo Oriente, por exemplo, tornaram-se muito difundidas as formas comunitárias e estatal de propriedade da terra. A explicação para a existência desse tipo de propriedade — em vez de propriedade privada — está em que a agricultura era feita à base da irrigação. Quem possuía terra, mas não dispunha de canais de irrigação, era como não ter terra. Daí a propriedade comunitária e estatal da terra, pois as obras de irrigação demandavam enormes quantidades de trabalho para a construção de diques, canais, aquedutos, ou drenagem de pântanos, etc. Só o Estado tinha meios e poderes para realizá-las. Com o desenvolvimento da escravidão essas terras se foram concentrando em mãos do Estado e o rei, que usufruía de um poder ilimitado, tornou-se o supremo proprietário das terras.

Dono das terras, o Estado gravava os camponeses com elevados impostos, diferentes tipos de obrigações e com frequência os escravizava. Desde que não pagasse uma dívida ao usurário ou o arrendamento da terra, o camponês era obrigado a trabalhar na terra deles como escravo-devedor. A comunidade camponesa baseava-se na combinação da indústria caseira com a agricultura primitiva e assim as comunidades se tornavam unidades econômicas fechadas e estagnadas. Essas comunidades constituíam também uma sólida base para o desenvolvimento oriental, isto é, o poder autocrático do monarca-despota.

SENADORES, DEPUTADOS E LÍDERES POLÍTICOS E SINDICAIS AFIRMAM:

CUBA É INTOCÁVEL

«Convocamos todos os brasileiros, sejam quais forem as suas convicções políticas ou ideológicas, a manifestarem vigorosamente o seu apoio a um grande movimento contra qualquer ingerência estrangeira, seja econômica, diplomática ou militar, nos destinos políticos da gloriosa República de Cuba».

Com esta convocação, centenas de personalidades de primeiro plano na vida política e cultural do país assinaram um manifesto de solidariedade ao povo cubano, face à luta deste contra a intervenção imperialista norte-americana. Três senadores, 47 deputados estaduais, bem como numerosos líderes sindicais e estudantes, vereadores, escritores, jornalistas e técnicos dos Estados de Guanabara, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas e Rio Grande do Sul, além de dois vice-governadores e três secretários de governo estaduais assinaram o documento, que se encerra por um apelo à união em torno da «Comissão Brasileira Contra a Intervenção em Cuba». Esta entidade, encabeçada pelo deputado Josué de Castro, iniciará publicamente suas atividades no próximo dia 16 de dezembro, com um ato público no Salão Nobre da Assembleia Legislativa da Guanabara.

É a seguinte a íntegra do manifesto, e a lista de seus signatários:

«BRASILEIROS!

Neste momento de perigo para a paz e a tranquilidade dos povos americanos, quando a República de Cuba se vê ameaçada em sua soberania e cercada no seu direito inalienável de autodeterminação, o Brasil deve estar alerta para, cioso, defender o princípio fundamental de que cada povo é o senhor absoluto de seu destino.

O princípio da não-intervenção nos assuntos internos de cada nação, postulado profundamente arraigado em nossas consciências, impõe uma tomada de posição firme e alta do Brasil pela intangibilidade da soberania da pátria de José Martí. Com tal objetivo e visando estreitar cada vez mais os laços de solidariedade fraterna que nos unem ao nobre povo cubano, convocamos todos os brasileiros, sejam quais forem as suas convicções políticas ou ideológicas, a manifestarem vigorosamente o seu apoio a um grande movimento de opinião pública contra qualquer ingerência estrangeira, seja econômica, diplomática ou militar, nos destinos políticos da gloriosa República de Cuba e a prestigiarem as atividades da «Comissão Brasileira Contra a Intervenção em Cuba», entidade que ora se constitui na defesa desses sagrados princípios.

a) Deputado Josué de Castro; Senadores Lourival Fontes, Antônio Baltar e Camilo Nogueira Gama; Deputados Federais Bento Gonçalves, Artur Virgílio, Sérgio Magalhães, Barbosa Lima Sobrinho, Vasconcelos Torres, José Joffily, Coutinho Cavalcanti, Ramon de Oliveira Neto, Celso Brant, Waldir Pires, Ivete Vargas, Domingos Velasco, Aderbal Jurema, Adílio Viana, Jonas Bahiense, Floriceno Paixão, Waldir Simões, Temperani Pereira, Sílvio Braga, Lycio Hauer, Clidenor de Freitas, Almino Afonso, Dagoberto Sales, Salvador Losacco, Cesar Prieto, Antonio Baby, Campos Vergal, Humberto Luena, Arão Steinbruck, Sousa Leão, Teobaldo Neumann, Milton Reis, Breno da Silveira, Rosendo Monteiro, Henrique de La Roque, Lústosa Sobrinho, Hermógenes Príncipe, Clovis Mota, Euzébio Rocha, Clélio Lemos, Saturnino Braga, Jacob Frantz, Adail Barreto, Eloi Dutra, Fernando Santana, Wilson de Sá Sena; Alvaro Jins, escritor; Oscar Niemeyer, arquiteto; Evandro Lins e Silva, jurista; Oliveira Guanais de Aguiar, presidente da U.N.E.; Rafael Martinelli, Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários; Humberto Menezes Pinheiro, Presidente da C.O.N.T.E.C.

DO ESTADO DE SÃO PAULO:

— Deputados Estaduais: Farabullini Junior, Antonio Mastrocola, Cid Franco, Eduardo Barnabé, Jethero de Faria Cardoso, José Felício Castelhano, Luciano Lepera, Henrique Perez, José Maria Costa Neves, Miguel Jorge Nicolau, Honofre Gusen, Solon Borges dos Reis, José da Rocha Mendes, Pinheiro Junior, Anacleto Campanella, Antonio Moreira, Roberto Cardoso Holmes, Caio Prado Junior, escritor; Elias Chaves Netto, jornalista; Georges Cabral, jornalista; Alvaro de Faria, escritor; Gentil Neves Correia, Presidente do Sindicato dos Padeiros de São Paulo; Constantino Milano Netto, Presidente do Sindicato dos Músicos de São Paulo; Silvestro Bozzo, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Papel e Papelão de São Paulo; Luis Firmino de

Lima, Presidente do Sindicato dos Textéis de São Paulo; João Carrasosa, Vice-Presidente do Sindicato dos Condutores Autônomos de S. Paulo; Sebastião Tavares, Secretário do Sindicato dos Gráficos de S. Paulo; Orlando Spósito, Presidente do Sindicato dos Gráficos de Santos; Ramon M. Medrano, Diretor da Federação dos Condutores Autônomos de São Paulo; Jospé de Araújo Plácido, Vice-Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de S. Paulo; Romildo Chiaparin, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Carnes e Derivados, de S. Paulo; Yaroslav Menrava, Secretário de Sindicato de Carnes e Derivados, de S. Paulo; José Xavier dos Santos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de São Paulo; Luiz Tenório de Lima, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Laticínios de S. Paulo; Salvador Rodrigues, Presidente do Sindicato Marceneiros de S. Paulo; Ramigio Peroti, Presidente do Sindicato Trabalhadores na Indústria Artefatos de Couros de S. Paulo; Antonio Chamorro, Secretário da Federação dos Textéis de S. Paulo; Manoel Lourenço, Tesoureiro da Federação dos Textéis de S. Paulo; Floriano F. Dezen, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria Química de S. Paulo; Antônio Petrosan Filho, Diretor do Sindicato dos Ferroviários da Santos-Jundiá; Pedro Barbosa, 1º Tesoureiro do Sindicato dos Ferroviários Santos-Jundiá; Luiz Kourival Gois, 1º Secretário do Sindicato de Trabalhadores em Carris Urbanos de S. Paulo; Manuel Rebeiro, Secretário do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Artefatos do Couro de S. Paulo; Evaristo do Vale, Secretário do Sindicato Trabalhadores Indústria de Laticínios de S. Paulo; Nelson Dias, 1º Secretário do Sindicato dos Marceneiros; João Poço Prado, Secretário do Sind. Trabalhadores Indústria de Laticínios; Diogo Ruiz, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores Indústria de Laticínios; Marcos Andreotti, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André; Pedro Daniel de Souza, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Construção Civil, de São Caetano do Sul;

DO ESTADO DA GUANABARA:

deputados Estaduais: Adalgisa Nery, Roberto Gonçalves Lima, Miguel Moraes, Ruben Cardoso, Frederico Trota, Mourão Filho, César de Melo, Dionísio Vieira, Issac Izeckson, Anibal Gouveia, Nelson José Salim, Albano Marques; Gerais Felício Cardoso, Leonidas Cardoso, Souza Mendes, Artur Carnaúba, Sampson Sampaio; Coronéis Luiz Castro Afilhado, Paulo Hoppe, Jocelyn Brasil; Majores Osear Peterson e Napoleão Bezerra; Horácio Macedo, professor; Aristoteles Moura, economista; Gentil Noronha, economista; José de Campos Melo, economista; Eneida, jornalista; Escritores Miguel Costa Filho, Maurício Caminha de Lacerda, José Frejat, Hugo Dourado; Isaltino Pereira, líder sindical; Aldo Lins e Silva, advogado; Darcy Ribeiro, educador; Jarbas M. de Santana, Presidente da UBES; José de Almeida Barreto, Presidente da Federação Trabalhadores em Estab. de Ensino; Bayard Demaria Boiteux, Presidente do Sindicato dos Professores; Geraldo da Costa Marques, Secretário da Federação Nacional Trabalhadores Ferroviários; Aluisio Palhano Ferreira, Presidente Sindicato dos Bancários; Walter Lemos, Tesoureiro do Sindicato dos Professores; Felipe Ramos Rodrigues, Secretário da Federação Nacional dos Portuários; Henrique Miranda, Secretário da Federação Trabalhadores Estabelecimentos de Ensino; Newton Eduardo de Oliveira, Tesoureiro Federação Nacional Trabalhadores na Indústria Gráfica; Borborema Porto, Secretário do Sindicato dos Professores; Alberto Jacobina, Centro Positivista; Atos Bulcão, Artista Plástico; Glauco Campelo, arquiteto; Alex Viany, cineasta; Milton Pedrosa, escritor; Oduvaldo Viana, teatrólogo; Newton de Mata, radialista; Dias Gomes, teatrólogo; Joracy Camargo, escritor; Jocelym Santos, jornalista; Mário Lago, radialista; Carlos Marighella, jornalista; Maria Wanderley Meneses, escritora; radialistas José Geraldo Luz, Rodney Gomes, Neusa Tavares, Gerdal dos Santos, Wanda Lacerda; jornalistas João Silveira Brasil e Eliezer Sales; Engenheiros Civis Tupi Corrêa Porto, Roberto Saturnino, Luiz Hildebrand, Horta Barbosa, Maurício Roberto, Carmem Velasco Portinho, Tito Livio de Santana; Professores da Escola Nacional de Engenharia, Antonio Alves de Noronha e Hugo Regis dos Reis;

ESTADO DO RIO DE JANEIRO:

Vice Governador Celso Peçanha; Wandir Carvalho, Secretário do Trabalho; Deputados Estaduais: Adolfo de Oliveira, Murilo Cabral,

Rodrigues de Oliveira, Walter Orlandini, Bernardo Benfeito, Altineu Cortes Pires, Durval Gonçalves, Waldir Medeiros, Raimundo Aguiar, Ordener Veloso, Teotônio Araújo, João Fernandes, Nicanor Campanário, Geraldo Reis; João Alberto Junior, Presidente da Federação Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem; Almir Reis Neto, Presidente Conselheiro Sindicato Trabalhadores F. Tecelagem; Rafael Francisco de Almeida, Presidente da Federação Trabalhadores na Indústria da Alimentação; Claudio Noacir de Azevedo, Presidente da U.F.E.; Plínio Barreiras, Presidente do Movimento Estadual Nacionalista; Othon Reis, Presidente do Sindicato Trabalhadores Metalúrgicos de Volta Redonda; Demistóclides Batista, Presidente do Sindicato Trabalhadores na Leopoldina; Dermeval Madureira, Presidente do Sindicato Trabalhadores na Indústria de Minério e Carvão; Consuelo Ferreira Calado, Presidente do Sindicato Oficiais Barbeiros e Similares; Joaquim Mairink Filho, Presidente do Sindicato dos Rodoviários de Niterói; José Vilalba, Secretário da Federação dos Trabalhadores na Indústria Mobiliária; José Aquino de Santanna, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Cia. Brasileira de Energia Elétrica; Luiz Chagas Filho, Presidente do Sindicato Trabalhadores na Indústria de Carnes e Derivados; Francisco Fernandes de Araújo, Presidente do Sindicato Trabalhadores Metalúrgicos de Niterói; Manuel Fernandes, Presidente Sindicato Trabalhadores na Indústria Mobiliária de Niterói; Gabriel Alves de Olivei-

ra, Vice-presidente Sindicato da Indústria Imobiliária de Niterói e Nova Iguaçu; Astério dos Santos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Textéis de Magé, Jair Albuquerque, secretário do Sindicato dos Bancários de Niterói; Lídio Cerqueira, Presidente do Sindicato dos Alfaiates de Niterói; Fausto Couto da Cunha, Presidente Sindicato dos Textéis de Caxias; Aristoteles de Miranda Melo, Secretário do Sindicato Trabalhadores da Leopoldina; Herval Arueira, Tesoureiro Sindicato Trabalhadores da Leopoldina; Itair José Veloso, Secretário do Sindicato dos Trabalhadores da Const. Civil; J.R. de Souza, conselho Fiscal do STEPP, Ulisses Joaquim da Silva, Presidente do Sindicato de Indústrias Químicas de Nova Iguaçu; Altamiro de Oliveira, Tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Produtos Químicos de Cabo Frio; Francisco M. de Amorim, Secretário Sindicato dos Vidreiros de Niterói e S. Gonzalo; Rail Peçanha, Procurador do Sindicato dos Rodoviários de Niterói e São Gonzalo; Aluisio Alves de Araújo, Tesoureiro da Associação Trabalhadores em Produtos Químicos de Niterói; Cristoval M. Martines, Secretário do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói; Edgard Alves Cardoso, Diretor da CIS do Est. do Rio; Elzio Ramalho, Presidente da UNSP de Nova Iguaçu; José Araújo de Carvalho, Primeiro Secretário da Federação dos Textéis; Alzira da Silveira Hermann, Advogada;

ESTADO DO RIO GRANDE

DO SUL: Deputados Estaduais: Guilherme do Vale, Milton Rosa,

José Vechio, Tassis Gonzales, Moab Caldas, Heitor Campos, Ari Delgado, Osmany Veras, Suely Oliveira, Paulo Couto, Silval Guazzelli, Adalmo Moura; Aloisio Filho, Presidente da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre; Vereadores em Porto Alegre: Larry P. Farias, Alberto Schoroter, Geraldo Stéille, Celio Marques Fernandes, Lucio Marques, Lauro Rodrigues, Germano Petenson Filho, Antônio Giudice, Milton Krause, Marino dos Santos, Revoredo Ribeiro, José Cesar de Mesquita; Walter Tschiedel, Presidente do Instituto dos Advogados; Francisco Macedo e Demétrio Ribeiro, Professores Universitários; João Pereira Sampaio, Desembargador.

ESTADO DE PERNAMBUCO:

Vice-Governador Pelópidas Silveira; Arnaldo Maciel, secretário do Governo; Deputados Estaduais: Paulo Viana de Queiroz, Cunha Primo, José Gomes de Sá, Rivaldo Allaim, Inácio Mariano Valadares, Luiz Andrade Lima, Otavio Gonçalves, Emido Cavalcanti, Elias Libanio, Inaldo Lima, Miguel Mendonça, Padre Wanderley Simões, Antônio Luiz Filho; Vereadores de Olinda, Castro Lira, José Leonico Teixeira Lima, Antonio Marques Dourado, Antonio Oliveira; Antonio Correa, Secretário do Governo, Antonio Fernando da Silva, Médico; Albino Dantas, advogado; Newton Cardoso, Presidente do P.S.P. de Pernambuco; Palhares Loureiro Reis, Professor Universitário; Luiz Salvador de Miranda, Presidente do Diretório da Faculdade Ciências Médicas; Olivardo de Oliveira Ba-

lista, Presidente do Diretório da Faculdade de Filosofia; Sílvio Correa Lins, Presidente da U.E.P.; Gustavo Pashaus, Professor Universitário; Geraldo Afonso Vieira, Professor Universitário; Fernando Barbosa, Secretário da UEP; Paulo Cavalcanti, Promotor Público; Roberto Shabo, Geraldo Menucci, Maestros; Eduardo Lima, Professor; Clodomir Moraes, Diretor da Divisão de Abastecimento do Recife; Romildo Maia Leite, jornalista; Walderedo Licarião; Wladimir Calheiros, Geraldo Seabra, Clovis Mello, João Silveira, Abdias Moura, jornalistas; Zezé da Galiléia, Presidente das Ligas Camponesas; Otavio Rodrigues, Presidente do Sindicato Feireiros; Severino Marques, da Federação dos Feireiros; Petronio Pessoa, Presidente da Liga dos Servidores Municipais; Artur de Lima Cavalcanti, Vice-Prefeito de Recife; Antonio Carlos, Chefe do Gabinete do Prefeito; Sílvio Pessoa e Carlos Pessoa, oficiais de Gabinete do Governador; Hiran de Lima Pereira, Diretor do Departamento de Administração da Prefeitura do Recife; Carlos Kobltz, Diretor do Departamento de Agricultura; José Guimarães Sobrinho, Assessor Jurídico da Câmara do Recife; José Alberto Lisboa, Vereador da Câmara de Palmares;

DISTRITO FEDERAL (BRASILIA)

José Maria de Araújo Carvalho, Presidente da Associação dos Motoristas; Dalambert Jaccoud, Jornalista e Geraldo Campos, Presidente da Associação dos Servidores da Novacap.

ESTADO DE MINAS GERAIS:

Deputados Estaduais; Euro Luiz Arantes; Waldomiro Lobo; Lúcio de S. Cruz, Clodsmith Rianni, Frederico Pardini, Simão da Cunha, Ernani Maia; Fabrício Soares, advogado; Orlando Vaz, Roberto Drummond, José Nilo Tavares, jornalistas.

CHINA DE HOJE

COMUNAS POPULARES ONDE HAVIA FAVELAS

Reportagem de ANA MONTENEGRO

Ouvindo aquela exposição, de quase duas horas, sobre a vida coletiva de um grupo social constituído de 22 mil famílias participantes de uma Comuna Popular Urbana, na cidade de Shangai, só me lembrava dos favelados da nossa cidade. E começava a fazer comparações. Era o mesmo modo de vida. As mesmas características sociais. Os mesmos problemas. As mesmas aflições e misérias. Isto antes da revolução.

Fomos recebidos, naquela Comuna, pela administradora que, tendo vivido toda a sua vida ali, numa favela que se transformou num distrito residencial de trabalho e bem-estar, contou histórias muito nossas conhecidas, de marginais, de esgotos abertos pelas ruas pequenas e estreitas, de crianças que não tinham escola, de outras que morriam de fome e de frio, de mulheres que se gastavam, inutilmente, sem poder trabalhar ou por falta de oportunidade ou por causa das dificuldades para cuidar dos filhos, que viviam, sempre, chorando por alguma coisa, agarrados às suas saias. Havia, por exemplo, uma mulher chamada Shi, que teve nove filhos e só um conseguiu sobreviver. Quem de nós não conhece esses aglomerados humanos e suas histórias penosas? Só no Rio de Janeiro existem setecentos mil flagelados.

Tudo é socializado na Comuna

Mas o nosso interesse era saber como se vivia numa Comuna Popular Urbana e como se processava, na prática, essa experiência de socialização. «No princípio — diz-nos a administradora, Chiang Chia Tszo, eleita para o cargo numa assembleia geral de moradores — o fundamental era elevar o nível de vida do grupo. Como? As mulheres começaram a participar da produção e os rendimentos da coletividade subiram.» E de tal forma, que ela nos comunicava com orgulho que 1.200 pessoas já tinham depósitos bancários. Desapareceram os desempregados, através de um grande trabalho de educação. Foram instaladas 6 fábricas e organizados 139 pequenos grupos de trabalho. Ao mesmo tempo, para que as mulheres pudessem participar, ativamente, da produção, foram inaugurados 48 jardins de infância, além das creches, 43 refeitórios e 2 organizações alimentares. Essas organizações alimentares são cozinhas centrais que fornecem, aos refeitórios, os alimentos básicos. Não ficou aí, porém, a socialização dos trabalhos domésticos: foram criadas 86

instituições para atender a esse trabalho. Estávamos todos muito curiosos para saber o que era e como funcionava uma instituição doméstica. Pela primeira vez visitávamos uma coletividade onde as mulheres trabalhadoras haviam se libertado dos afazeres domésticos.

As instituições domésticas são grupos organizados, mantidos e dirigidos pela direção da Comuna, que se ocupam de todos os trabalhos auxiliares: arrumar as casas, levar e trazer as crianças para a escola, se for o caso, consertar as meias e as roupas de todas as famílias, coser, bordar, remendar sapatos, enfim, fazer todas essas coisas pequenas, porém imprescindíveis, que são parte das necessidades de cada dia. Para isso há oficinas de consertos, de costura, sapateiros, etc. Tudo se aproveita. As meias são reconstituídas com uma perfeição admirável. Tudo é feito organizado e coletivamente. É assim que 82,7% das mulheres podem trabalhar. Só ficam em casa as doentes, as aposentadas e as velhas. A noite, como não têm tarefas domésticas frequentam cursos diversos, escolas regulares, casas de cultura, e até participam de grupos de estudo dos clássicos. Existem 30 grupos desse tipo com 670 alunos. Fazem muitos versos. Os versos, para o nosso gosto, pareciam muito ingênuos, mas se atentássemos para a verdade de cada palavra, exaltando o que lhes dava o novo regime, eram profundamente comoventes. Os versos falam das coisas comuns, mas mesmo nas coisas comuns o homem feliz descobre a poesia. Dizem, por exemplo, que, antigamente, depois do trabalho tinham que fazer a comida e, agora, já a encontram feita. Contam que as suas crianças já não choram, pois têm pão, roupa, abrigo e carinho. Contam as suas pequenas alegrias e abençoam o mundo novo em que vivem. 30.000 poemas foram escritos bendizendo a vida nova na Comuna Popular. Essa bênção se traduz, também, em trabalho. Dentro da Comuna vimos uma fábrica imensa de válvulas de rádio, com centenas de mulheres. E muitas outras atividades industriais incentivadas pelo desejo e a compreensão de servir à cidade e ao país.

Uma favela que se transforma numa pequena cidade

É, na realidade, a Comuna Popular Urbana uma pequena cidade, com as suas fábricas, os seus serviços sociais, as suas escolas, as suas realizações culturais, os seus serviços médicos e a sua administração. Através da Comuna é fei-



Serviços domésticos

ta a descentralização da administração pública, para atender aos grandes problemas populacionais e territoriais do país. O fato é que a favela de ontem está completamente urbanizada. Não há lixo, nem animais nocivos. Os esgotos abertos desapareceram. Há escolas primárias, secundárias e até técnicas, que abrigam todas as crianças e jovens. Contribui para a produção nacional com 120 produtos que saem de suas fábricas. Foi completamente vitorioso o combate ao analfabetismo, a vagabundagem, às brigas. Pelo número de escolas, verifica-se que, para um grupo populacional de cerca de 93.000, a situação cultural é ótima: existem 10 escolas primárias com 3.270 crianças e 13 escolas de diversos outros tipos e categorias, onde 5.897 pessoas, homens e mulheres, estudam nas horas de lazer. Existem, ainda, 13 Casas de Cultura. Essas Casas de Cultura são, a meu ver, ao lado das Casas dos Pioneiros, uma das realizações educacionais e culturais mais importantes da nova China. São mantidas pelos Sindicatos. E os associados frequentam todos os cursos que desejam, desde o de pintura ao de economia política. Têm tudo: jogos, teatro, cinema, biblioteca, etc.

Mas o que se nota, o que se sente, a respeito da Comuna Popular, é que as pessoas que dela participam estão plenamente satisfeitas, pois suas realizações correspondem às suas aspirações de bem-estar. O traço fundamental da Comuna, socialmente, independente das realizações materiais, da contribuição ao esforço de industrialização do país, é um clima sensível, mesmo ao estranho, de grande harmonia familiar. Há o desejo de resolver, de ajudar, de compreender. E as mulheres são as maiores beneficiárias dessa vi-

Membros do centro de serviços domésticos (socializados) da Comuna Popular "Bandeira Vermelha" em Tsenchou, província de Jonan, arrumam a casa para um membro da comuna que em breve irá casar-se.

da coletiva, porque não houve, apenas, uma mudança material, mas, também, espiritual. O bom humor, a segurança, a despreocupação, o interesse coletivo que todos têm por cada um deram à mulher uma perspectiva de que cada problema terá a solução adequada. Pensa-se em tudo. Até na alimentação dos velhos, dos enfermos e das crianças, que é entregue a domicílio. Inevavelmente, o objetivo da educação para o socialismo encontra o seu ambiente na vida de uma Comuna Popular. Quem pensaria, há alguns anos atrás, na socialização dos trabalhos domésticos?

A Comuna Popular ainda é uma experiência

É verdade que as Comunas Populares estão em fase de experiência, mas é verdade, também, que, nessa experiência, há muito de positivo. Bastaria aquele sentimento de fraternidade, de solidariedade, que une as pessoas, em nome do qual até as brigas entre os vizinhos são resolvidas, para que desejássemos, pessoalmente, ver plenamente vitoriosas aquelas Comunas Populares, a respeito das quais os chineses fazem questão de dizer e repetir: «É uma experiência!»

Talvez aqueles 30.000 poemas enaltecendo a Comuna Popular sejam os melhores advogados dessa forma de organização, que socializou não apenas a produção, mas até os afazeres domésticos. Diz um dos poemas:

— Antigamente, as mães não tinham tempo de estudar E nem podiam cantar. Porque as crianças choravam. [Choravam...]

Assim, ficamos todos sabendo que nas Comunas Populares as mães podem estudar e cantar.

PARA ONDE VAI O NOSSO MANGANÊS (III)

No Amapá: Dentro de 40 Anos só Haverá Crateras

Não apenas nossas menores reservas de manganês, em Minas Gerais, estão ameaçadas de esgotamento. Reservas muito maiores (estimadas em 30 milhões de toneladas) localizadas na Serra do Navio, Território do Amapá, estão igualmente sendo transferidas para os Estados Unidos, a toque de caixa. O truste siderúrgico «Bethlehem Steel», encarregado dessa transferência através de sua subsidiária ICOMI (Indústria e Comércio de Minérios S. A.), dispôs tudo de modo a permitir o embarque de etôda a Serra do Navio, para os EUA, antes de findar o ano 2.003.

Crateras Sem Vulcão

Não há ironia, nem exagero. O governo autorizou a «Bethlehem Steel», a embarcar a Serra do Navio no prazo de 30 anos. De fato, uma única restrição à atividade da ICOMI consta do contrato de concessão de 29-4-53: as exportações da subsidiária da «Bethlehem» não poderão ultrapassar 1 milhão de toneladas anuais. Mas com uma exportação de um milhão por ano, as reservas da Serra do Navio se esgotarão em 30 anos.

E, ao que parece, a ICOMI pretende atingir esse limite, tendo inclusive capacidade instalada para exportar mais do que isso. De 1957 — ano em que começaram as exportações do Amapá e em que o Brasil passou a primeiro fornecedor de manganês dos EUA — até 1959, a ICOMI exportou mais de dois milhões de toneladas em ritmo crescente: em 1957, saíram cerca de 650.000 toneladas, em 1958, 614.200 e em 1959, 753.000.

De qualquer maneira, mesmo que, o ritmo de exploração não seja intensificado, na data em que finda o prazo de concessão — 2 de maio, do ano 2.003 — se não forem tomadas providências, só restarão crateras no Amapá.

A história da ICOMI é um exemplo típico de penetração imperialista em nosso país. Em 1947, a ICOMI — que então ainda não tinha ligações, pelo menos aparentes, com a «Bethlehem» — assinou pela primeira vez um contrato com o governo do Território do Amapá para o aproveitamento das jazidas de manganês da Serra do Navio. Tal contrato foi posteriormente anulado, por não ter sido submetido à aprovação do Tribunal de Contas, tendo sido assinado um novo contrato em 6-6-50.

Este contrato foi ratificado pelo Congresso, em 14-11-50, que, na mesma data, autorizou o Executivo a garantir um empréstimo de US\$ 35 milhões contratado pela ICOMI, junto ao BIRD, (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento). Nessa ocasião, a ICOMI aumentou seu capital, de dois para vinte milhões de cruzeiros.

Garantia Ilegal

Menos de um ano depois, em 26-6-52, as atas da ICOMI assinalam a associação da empresa com a «Bethlehem Steel», (que ficou com 49 por cento das ações) e um novo aumento de capital, para Cr\$ 39,2 milhões.

Já então como subsidiária da «Bethlehem», a ICOMI conseguiu durante o ano de 1953, uma série de favores do governo, através de aditivos ao contrato de 6-6-50. Tendo a «Bethlehem» co-

mo intermediária, desistiu do empréstimo de 35 milhões do BIRD, por contrato aditivo, de 29-4-53, foi autorizada a contrair um empréstimo de 67,5 milhões de dólares, no EXIMBANK, para financiamento de suas obras na Serra do Navio. Para este empréstimo foi dada a garantia do governo brasileiro, por portaria do ministro da Fazenda, sem que fosse pedida ao Congresso a devida autorização.

Casa Branca Interessada

Além da garantia do governo brasileiro, o EXIMBANK, exigiu para a concessão do empréstimo garantia de mercado consumidor para o manganês a ser extraído. Como as necessidades de nossa siderurgia não constituam garantia suficiente, a «Bethlehem» forneceu à sua subsidiária tal garantia.

Mas o próprio governo americano estava tão interessado no manganês do Amapá (ou a «Bethlehem» tem tão íntimas ligações com esse governo), que concedeu garantia de mercado para dois terços das exportações da ICOMI.

Estrada Que Não É Brasileira

Talvez esse interesse do governo dos EUA, explique os outros favores obtidos pela ICOMI, como a construção de uma estrada exclusiva entre as jazidas da Serra do Navio e o Porto de Santana, em Macapá, e de um embarcadouro também exclusivo, no citado Porto.

A ICOMI conseguiu, inclusive, que essa estrada estrangeira, colonial, da jazida ao mar, exclusivamente para ex-

portar minério, fosse considerada com «caráter de serviço público», para que as desapropriações por venturas necessárias à sua construção e dos ramais necessários, fossem promovidas «por intermédio do Poder Executivo». A escritura autorizando a construção da estrada não esclarece se é o governo ou a empresa que deve pagar as indenizações aos proprietários.

União Dá Terras à «Bethlehem»

Para a construção de seu porto, a União cedeu gratuitamente de concessão uma faixa de terra de 124 hectares, situada no local Porto Santana (escritura de 28-9-53). E em 1957, (escritura de 9-7-57), a União fez nova cessão gratuita de terras do Amapá à ICOMI, desta vez, numa área total de 4.820 hectares, na Serra do Navio.

Não foi proibida à ICOMI a cessão destas terras a terceiros e nem ao menos foi estabelecido então que as terras reverteriam à União, findo o prazo de contrato. Somente no corrente ano (em 4-2-60), foi estabelecida, por novo contrato aditivo, a reversão dessas terras ao fim da concessão.

Compensação Não Há

A lista dos favores à subsidiária da «Bethlehem» é enorme. Em troca, o que ela dá ao Brasil? Antes de mais nada, a entrega da Serra do Navio como «mina cativa da «Bethlehem» leva à deterioração dos preços do nosso manganês, já que o comprador é o mesmo produtor. As 614.200 toneladas embarcadas em Macapá, em 1958, tiveram um valor de US\$ 29,3 milhões; as 753.000 exportadas no ano passado — maior quantidade — tiveram um valor bem menor: US\$ 26,5 milhões.

Como compensação relativa à concessão e a todos os favores do governo, a ICOMI está obrigada apenas a pagar ao Território do Amapá, um «royalty» de 4 por cento sobre o valor FOB do minério exportado e mais 5 por cento em cada tonelada que exceder de 500.000. Isto significa que no ano passado, para uma exportação no valor de 26,5 milhões de dólares, a ICOMI teve que pagar ao governo do Território do Amapá, pouco mais de 1 milhão de dólares.

Ajuda ao Truste

Para coroar nossa submissão aos trusts, o governo baixou, em dezembro último, a Instrução 192, da SUMOC pela qual os dólares provenientes da exportação de manganês estão sendo colocados no mercado de câmbio livre, para servir exclusivamente aos turistas e aos capitalistas estrangeiros para a remessa de seus lucros. Assim, os dólares obtidos retornam à fonte sem ao menos ajudar a desafogar nosso balanço de pagamentos e possibilitar maiores importações.

Compreendem-se, pois, as razões da prosperidade da ICOMI, que de um capital de Cr\$ 39,2 milhões há seis anos atrás, tem hoje um capital de Cr\$ 200 milhões, em que a «Bethlehem» tem maioria de ações.

Soluções

Já foi sugerida a suspensão pura e simples das exportações do Amapá, embora esta medida ali não se faça tão urgente como para as jazidas de Minas Gerais, utilizadas pela nossa siderurgia. O ministro Silvestre Pereira de Góis Monteiro, já em 1953, lutou para que não fosse aprovado o contrato de concessão à ICOMI e ainda em fevereiro deste ano, defendeu arduamente no Senado, a nulidade deste contrato, exclamando, com Euclides da Cunha: «Vamos para o futuro sacrificando o futuro, como se andássemos às vésperas do dilúvio».

Uma outra solução já proposta pelo engenheiro Francisco José Pinto da Souza e aprovada no Congresso da Associação Brasileira de Metais, em 1958. Recentemente, na Semana de Estudos Geológicos de Ouro Preto, o engenheiro repetiu a proposta. Trata-se não da suspensão, mas da limitação das exportações, de modo que só fosse permitida anualmente a exportação máxima de uma fração de 1/n do minério medido (e não estimado), variando a fração 1/n segundo as diferentes regiões manganíferas: Minas, Bahia, Mato Grosso, Amapá. (O engenheiro sugeriu 1/20 para o caso do Amapá).

O Amapá tem 20 milhões de toneladas de minério medido. Fixando-se a fração exportável em 1/50, poderiam sair no primeiro ano 400.000 toneladas. No ano seguinte, o máximo exportável já seria 392.000 toneladas. O máximo exportável iria diminuindo progressivamente, à medida que fosse diminuindo a reserva medida. Se novas prospecções revelassem novas reservas (medidas), o limite exportável aumentaria. Um projeto com esse tipo de solução, foi, no corrente ano, apresentado à Câmara, pelo deputado Milton Reis.



Cada vez mais pobre

A intensificação da exploração das reservas de manganês do país e a sua exportação para o exterior, principalmente para os Estados Unidos, ameaçam seriamente as reservas do minério existentes no Brasil.

LIBERDADE DE IMPRENSA NOS ESTADOS UNIDOS (II)

CARLETON BEALS (Serviço Especial de PRENSA LATINA Exclusivo para NR)

NOVA YORK (PL) — Em meu artigo anterior mostrava como, embora nos Estados Unidos mantenham-se — mais que na maioria dos outros países — as formalidades da liberdade de imprensa, essa liberdade em sua essência não existe. Apesar de haver organizações as mais dispendiosas para recolher notícias, as que se publicam são incompletas, parciais, cortadas sob medida e adaptadas à teoria da chamada «liberdade capitalista de empreendimento», dourada lenda que pouca realidade tem. Assim, devido a seu próprio conformismo, sua repulsa à toda controvérsia legítima que requiera alguma agilidade mental, o povo norte-americano continua a ser dos mais mal informados sobre o que acontece no mundo, mais mal informados ainda sobre o significado dos acontecimentos fora de seus próprios limites; os norte-americanos são, sem exagero, a gente mais provinciana da terra, com a possível exceção dos índios jibaras das savanas equatorianas. Além do mais, estão sempre muito ocupados para poder pensar, muito ocupados para sentir prazer, ou para a criação de arte ou de uma grande literatura. Essa idéia dos negócios e da ocupação converteu-se em uma vasta estrutura de ciência e tecnologia que produziu grande riqueza e poderio, atada, entretanto, em seu conjunto ao comercialismo e à guerra. Produziu muita comodidade e eficiência mas não é uma sociedade agradável para pessoas que criam ou que pensam.

Tudo isso se reflete na enorme circulação e no conformismo da imprensa. Existem também, se não a censura aberta do material jornalístico, muitas formas de controle das notícias, do conhecimento e da expressão de opiniões, que evitam que a imprensa norte-americana desempenhe um papel criador ou pelo menos honrado na vida do país. Essas formas de controle são de dois tipos: privadas e oficiais.

Formas Privadas De Controle

(A) Quase todos os jornais importantes são grandes corporações e estão aliados com a alta finança, em espírito e orientação. Seus diretores são homens «de confiança», membros dos clubes apropriados. Interesses e altitudes de grupo impregnam as reportagens e o conteúdo editorial.

(B) Os jornais e revistas não podem fazer face ao custo de impressão e distribuição sem a venda de espaço para anúncios, que representa a maior parte do dinheiro que entra; os anunciantes provavelmente exercem menos pressão sobre os diretores de jornal do que muitos radicais imaginam — seria isso uma violação da ética da «imprensa livre» que em muitas ocasiões pode-

ria criar ressentimentos: os anunciantes não precisam empregar a pressão direta, pois os jornais sabem que perderiam vultosas faturas se publicassem notícias que de algum modo viessem a ser desfavorável aos anunciantes. As notícias que mesmo remotamente possam afetar o anunciante nunca serão publicadas.

Ainda mais: as grandes corporações podem estar seguras da publicação de artigos especiais louvando suas operações. O SATURDAY EVENING POST, a revista semanal de maior circulação no país, muito frequentemente parece uma espécie de fascinante catálogo de vendas das grandes firmas, com suas páginas repletas de publicidade indíreta.

Este comercialismo penetra até a Seção de Livros dos grandes diários. Para que um escritor possa receber uma crítica em primeiro plano, ou sequer uma crítica mais destacada na seção bibliográfica, a Casa Editora do seu livro tem que comprar espaço para anunciá-lo de forma atraente. Os departamentos de publicidade das universidades (cujos livros são quase sempre superiores aos que se publicam com fins comerciais) raramente obinham uma crítica de seus livros até que começaram a anunciar-se nas edições dominicais. Há alguns anos o SMITHSONIAN INSTITUTE publicou um monumental obra em seis volumes sobre os índios sul-americanos. Esta foi uma das realizações eruditas mais notáveis deste século nos Estados Unidos, mas nunca foi mencionada em nenhum jornal.

Monopólio da Publicidade

(C) Publicidade organizada. Os anunciantes e outras pessoas poderosas não dependem somente do poder do espaço que pagam para anúncios. Compram também os serviços das grandes agências de publicidade experientes — concentradas no famoso «grupo de Madison Avenue» — para garantir-se de que as notícias que interessam a eles tenham boa acolhida nos jornais. Estes agentes publicitários são cuidadosos em manter relações sociais e pessoais com os diretores de redação, jornalistas importantes, colonistas e outros, aos quais as agências fazem uma infinidade de favores.

A consequência disso é que, quando as agências desejam que se publique tal coisa, publicam-na. Esta velada corrupção funciona constantemente.

(D) Grupos de pressão. A sociedade norte-americana é uma sociedade organizada, onde as pessoas gostam de ingressar em grupos ou formar pequenos rebanhos. Embora imagine ser uma sociedade individualista, é a menos individualista que se conhece na História. Todos esses grupos influem na imprensa, e aqui também os mais

ricos e mais poderosos têm a primazia: organizações tais como as Câmaras de Comércio, as Associações de Comerciantes e Fabricantes, organizações religiosas — católicas e protestantes — Clubes de Mulheres, organizações operárias ricas. A intenção desses grupos ao exercer pressão sobre a imprensa não é de promover a verdade nas notícias, mas sim puxar a brasa para a sua sardinha e assegurar-se de que sua versão dos fatos, e nada mais que sua versão, seja o que se publique. Algumas vezes aparecem critérios divergentes nos jornais, mas a maioria das vezes esses grupos de pressão representam uma poderosa e encoberta força a impedir que os diretores de redação apresentem uma descrição completa dos acontecimentos, inclusive nos casos em que eles tivessem tal intenção.

(E) Suborno. É menos comum do que o imaginam os radicais. A corrupção é mais sutil e indireta: recepções e acolhidas aos repórteres e jornalistas, atenções e presentes, tais como uma Enciclopédia para as crianças na época do Natal... Uma grande revista que foi muito liberal publicando meus pontos de vista dissidentes sobre assuntos estrangeiros, um dia inesperadamente rejeitou-me um artigo sobre Trujillo e a República Dominicana, enviando-me uma carta em tom irritado e nunca mais publicou meus trabalhos. Eu ignorava que o administrador da revista e sua família sempre passavam seis meses de férias em São Domingos como convidados especiais de Trujillo...

Formas Oficiais De Controle

(A) No tocante a assuntos estrangeiros, a maioria dos jornais seguem a linha oficial do Departamento de Estado. Isso é automático. As notícias desfavoráveis se reduzem à insignificância. As notícias oficiais recebem atenção e espaço destacados. Por conseguinte, os jornais norte-americanos dedicaram amplo espaço às notas do Departamento de Estado ao Governo Cubano, dando muitas vezes os textos integrais, mas só muito raramente se deu espaço bastante para as respostas de Cuba e suas acusações aos Estados Unidos. Numa única ocasião observei ter sido publicado o texto completo de uma nota do governo Cubano no New York Times e a causa disso foi principalmente o fato do Ministro das Relações Exteriores de Cuba tê-la solicitado pessoalmente pelo telefone.

Recentemente, durante as reuniões das Nações Unidas, os discursos do delegado dos Estados Unidos foram publicados na íntegra; o de Castro apenas foi mencionado. Os jornais limitaram-se a publicar reportagens sobre sua aparência física, seu uniforme, sua barba, mas nada sobre o

que ele falou. As acusações dos Estados Unidos a Cuba nas Nações Unidas foram transcritas com todos os detalhes pela imprensa em péso. As acusações de Cuba aos Estados Unidos e à O.E.A. nunca foram publicadas, exceto nos casos em que houve uma contra-acusação em tal ou qual ponto. Para os jornais dos Estados Unidos, a justiça no tratamento das questões não é uma norma básica.

As Ditaduras «Amigas»

(B) A pressão oficial sobre a imprensa, assim como a das grandes firmas, exerce-se principalmente em forma dissimulada. Agentes federais de diferentes repartições visitam as redações dos jornais para «conversar» sobre certos artigos que não foram inteiramente do seu agrado.

No meu próprio caso, tais ataques encobertos contra meus artigos e contra a posição por mim assumida ao escrevê-los têm sido bastante frequentes. Do estrangeiro foram feitos pelos embaixadores Welles, Caffery e Guggenheim em Cuba; pelo embaixador Ceisler na Guatemala (através de um advogado que durante vários anos manteve sua insidiosa agressão); por grandes economistas (a quem davam emprego com os interesses de Patino, o rei do estanho) do Bureau Econômico sob a direção de Wallace durante a guerra, etc.

Os correspondentes estrangeiros que se neguem a seguir a linha traçada pelos embaixadores, não demoram em descobrir que perderam o emprego. As experiências nesse sentido foram numerosas. Por outro lado, alguns correspondentes estrangeiros, inclusive empregados das grandes agências, figuraram nas listas de pagamento de ditadores como Batista, Trujillo, Somoza, Mussolini. Como o Departamento de Estado habitualmente protegeu tais ditadores — por exemplo, não toma medidas punitivas contra Trujillo (apesar de haver sido condenado pela O.E.A.) Franco ou Somoza, mas somente contra Cuba — tais repórteres nunca experimentam um conflito de interesses.

Um dos mais ostensivos exemplos de coerção foi, recentemente, a ordem dada ao rádio e à televisão para que reduzissem ao mínimo as reportagens sobre os discursos de Krushov nas Nações Unidas. O que demonstra o desejo de manter na ignorância o povo norte-americano e constitui uma violação das bases mesmas da democracia e da liberdade de imprensa.

Boicote Oficial

(C) A supressão das notícias em sua fonte. Os diretores de redação que queiram publicar todas as notícias, e notícias verdadeiras, se existirem, de-

param com a impossibilidade de obter os dados.

O sigilo nas repartições do Estado chegou ao extremo. As notícias devem ser obtidas, em sua maioria, nos escritórios de imprensa governamentais. Somente os altos funcionários estão autorizados a dá-las. Quase tudo o que existe carrega a etiqueta de «SECRETO». Mantém-se o público afastado das operações de seu governo e a Agência Central de Inteligência, naturalmente, é tão super-secreta que pode realizar operações militares no estrangeiro sem informar sequer o Chefe do Estado, como foi o caso do U-2, a derrubada de Arbenz na Guatemala e os atuais maquinacões contra Cuba. Governo na sombra é a nova forma de governo em Washington. A imprensa não procura penetrar nessa sombra.

Os repórteres norte-americanos não podem ir à China para informar ao público dos Estados Unidos sobre o que na realidade está acontecendo lá porque o Departamento de Estado o impede. Na realidade, os correspondentes que desejam visitar outras regiões-chaves com tremendo obstáculo, a menos que sejam pessoas «de confiança», homens que escreverão o que deles se espera. A maneira pela qual são usados os milhões de dólares para ajuda estrangeira, é mantida em grande parte oculta aos olhos do público norte-americano, apesar de que disso depende a paz e a segurança do mundo. Na melhor hipótese, uma grande parte desses fundos terá sido criminosamente desperdiçada, o que muito pouco ajuda a aumentar nosso prestígio no estrangeiro.

A imprensa dos Estados Unidos, embora aparentemente goze de liberdade, não está imbuída do espírito da liberdade, que foi corroido pela corrupção reinante e pelas práticas secretas e imorais. Teme qualquer controvérsia legítima. Está atada às grandes firmas e aos funcionários de Washington. Suas reportagens são inadequadas, tergiversadas, apóiam o «status quo», opõem-se violentamente às forças novas de libertação no mundo. Assim, conduz o povo norte-americano pelo caminho da ignorância e do desastre. Dirige-o por meio do patriotismo auto-complacente, elogiando desmesuradamente «o melhor sistema sobre a Terra». Se continuar assim, o povo norte-americano acabará senarando-se definitivamente da espécie humana. Já se encontra seriamente em desarmonia com o resto do mundo, incapaz de sentir compaixão por suas lutas e aspirações. A sobrevivência dos Estados Unidos depende cada vez mais — não do conhecimento e do cérebro, mas sim dos dólares e dos canhões. A imprensa é em grande parte culpada desta vasta degradação do povo norte-americano.

GOVERNO DO PARÁ COMEÇOU A REVOLUÇÃO NO CAMPO

A Cidade da Reforma Agrária

(De JOSÉ DANTAS, correspondente de RR no Pará)



Nasce uma vila

As margens da estrada Belém-Brasília nasceu a Vila Mãe do Rio. É o primeiro núcleo de colonização na grande rodovia que foi planejado e cuja edificação está sendo realizada sob os auspícios do governo do Pará. A história da vila é diferente da de todas as outras que existem no Brasil. É ela a primeira cidade que surge em virtude de medidas governamentais no sentido de realizar a reforma agrária. Seus habitantes são camponeses nordestinos que se instalaram na região e receberam, cada um, um pedaço de terra para cultivar nas proximidades da rodovia. Depois de ganharem a terra, terão também a sua casa e o quintal para cultivar a horta. A Vila Mãe do Rio será dotada de escola, cooperativa, ambulatório, posto de gasolina e outras melhorias.



Planejando a cidade

Na área onde se localizará a Vila Mãe do Rio, o secretário de Obras do Estado, deputado Benedito Monteiro, examina o plano de construção da localidade. Engenheiros e o repórter de RR, observam.



Homenagem aos líderes

Os camponeses de Vila Mãe do Rio prestaram significativa homenagem ao vereador Flaviano Neres, o homem que, através de uma lei municipal entregou a terra para eles cultivarem. Também o deputado Benedito Monteiro, que resolveu a questão junto à Assembleia Legislativa, foi homenageado pelos lavradores.



Assembléia na vila

Os camponeses de Vila Mãe do Rio, realizaram uma grande assembleia durante a visita do secretário de Obras do Estado à localidade. Aproveitaram a oportunidade para levantar as suas mais sentidas reivindicações e prestigiaram inteiramente a iniciativa do deputado Benedito Monteiro no sentido de solucionar o problema agrário no Pará.

BELEM (de JOSÉ DANTAS, nosso correspondente) — O primeiro núcleo do que poderíamos chamar a primeira cidade da estrada Belém-Brasília, a «Vila Mãe do Rio», nasceu da aplicação de medidas de reforma agrária, primeiro caso no Brasil, adotadas inicialmente por lei Municipal e depois pelo Estado. Dentro de poucos dias os chefes de 768 famílias de camponeses que se instalaram no local, receberão seus títulos de posse da terra.

A história desse acontecimento que deverá provocar uma reforma de base na legislação estadual do Pará no que se refere ao problema da terra, começou com a apresentação de um projeto na Câmara Municipal de Irituia. O vereador petebista Flaviano Neres da Silva, o Favico como é conhecido pelo povo, apresentou uma proposição pedindo a reserva das terras de uma determinada área às margens da estrada Belém-Brasília (BR-14), para ali abrigar famílias de imigrantes nordestinos que desejavam cultivá-las. O legislativo aprovou a proposição, a lei foi sancionada pelo prefeito e imediatamente aplicada.

O fato ficou logo conhecido e dias depois a imprensa de Belém denunciava a existência de um grileiro que ocupava terras do Estado à margem da Belém-Brasília e as estava vendendo aos camponeses. A secretaria de Obras, Terras e Viação, da qual era titular nomeado há poucos dias o deputado Benedito Monteiro, adotou então as providências necessárias para apurar a veracidade da denúncia. O próprio titular da secretaria se dirigiu a Irituia e lá comprovou que apenas ocorrera uma violação: sendo as terras de propriedade do Estado, não podia o município distribuí-las como o fez. Entendeu-se depois com os camponeses que já as haviam ocupado, e prometeu tomar as medidas necessárias para legalizar definitivamente a situação.

Logo que retornou a Belém, o deputado Benedito Monteiro enviou, através do governador, mensagem à Assembleia Legislativa solicitando a aprovação de uma lei que reservasse todas as terras de propriedade do Estado ao longo da Belém-Brasília e da Belém-São Luís para nelas ser criada uma rede de Colônia Agrícolas.

Em relação às terras já ocupadas pelos camponeses em virtude da iniciativa dos vereadores de Irituia, o secretário de Obras determinou que se fizesse o levantamento da área já ocupada, e o seu loteamento para a distribuição dos títulos de posse. Determinou também a reserva de uma área de 2.000 metros de frente por 1.000 de fundo, nos dois lados da BR-14, para edificar a Vila Mãe do Rio. Nesse local, cada colono terá um lote de 25 metros de frente por 100 de fundo para construir sua casa e cultivar a horta. O plano de construção da vila, denominado Plano Piloto, foi elaborado por uma equipe de técnicos da Secretaria de Obras, e prevê a construção de um posto de gasolina, sede de cooperativa, escola e tudo o mais que se faz necessário aos camponeses.

Os acontecimentos de Irituia e a decisão do deputado Benedito Monteiro, apoiado na Assembleia Legislativa e no governo do Pará, provocaram enorme repercussão no Estado. Foi constituída na Legislativa estadual uma comissão especial para examinar o problema da terra e elaborar um plano introduzindo modificações profundas na política agrária regional e fazendo aplicar mais efetivamente os termos da Constituição estadual no que se refere ao problema da terra. A realização de uma semana de debates sobre o problema, sob a patrocínio da Secretaria de Obras do Estado do Pará, também provocou o máximo interesse e, dos seus resultados, numerosas contribuições serão fornecidas aos especialistas que prepararam o projeto de Reforma Agrária a ser encaminhado à Assembleia Legislativa.

O deputado e secretário de Estado, sr. Benedito Monteiro, que orienta pessoalmente a batalha pela aprovação de uma lei agrária progressista para o Pará, falando à imprensa declarou: «Com a implantação da Reforma Agrária em nosso Estado, abrem-se perspectivas notáveis para a colonização de nossas terras pelos nordestinos. Quem quer que conheça um pouco da História de nossa região, sabe o quanto a força de trabalho do nordestino serviu para manter a unidade nacional. Por outro lado, é triste constatar as condições sub-humanas em que aqueles nossos valerosos irmãos participaram da luta pela colonização da Amazônia. Agora, promoveremos uma imigração racional do nordestino, através da garantia da posse da terra que virá trabalhar».

Em relação às medidas práticas que irá tomar, afirmou o deputado Benedito Monteiro que a norma básica de sua atividade à frente da Secretaria será «dar o máximo de terra a quem a trabalha». Assinalou também que o governo vai legalizar, dentro do espírito da Constituição Federal, a situação de todos os posseiros existentes no território do Estado, procurando liquidar com as injustiças que se cometem contra os trabalhadores da terra. O projeto de reforma agrária a ser aplicado no Pará, um dos mais avançados no que se refere ao problema da terra no Brasil, conta com o apoio de representantes dos mais diversos camadas sociais do Estado, dos sindicatos e entidades estudantis.

NOVOS RUMOS